

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Paulo Storani

“VITÓRIA SOBRE A MORTE: A GLÓRIA PROMETIDA”

O “rito de passagem” na construção da identidade dos *Operações Especiais* do BOPE.

Niterói
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Paulo Storani

“VITÓRIA SOBRE A MORTE: A GLÓRIA PROMETIDA”

O “rito de passagem” na construção da identidade dos *Operações Especiais*.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Antropologia Social.

LINHA DE PESQUISA: Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos Sociais.

Niterói
2008

Banca Examinadora

Prof. Orientador Dr. Roberto Kant de Lima
Universidade Federal Fluminense

Profa. Co-orientadora Dra. Jacqueline Muniz
Universidade Candido Mendes

Profa. Dra. Simoni Lahud Guedes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Ana Paula Mendes de Miranda
Universidade Candido Mendes

Resumo

Trata-se de uma densa descrição do Curso de Operações Especiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE - da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, analisada na perspectiva da teoria antropológica dos “ritos de passagem”. A etnografia descreve as representações sociais, *performances* e os símbolos do processo de iniciação, os métodos de socialização do conhecimento e as formas de incorporação das idéias-valor que constituem os traços da identidade deste grupo de profissionais chamados de *caverias*. As representações identificadas foram comparadas com trabalhos acadêmicos que tratam da mudança de status de profissionais de segurança pública, bem como as formas de socialização dos códigos de sentimento e de conduta. Os mecanismos de internalização e naturalização, utilizados no processo, foram considerados para análise a partir da relação entre o “saber” teórico e o “fazer” prático, na formação profissional dos operações especiais, e sua influência na construção da identidade da *persona* institucional do BOPE. Com a perspectiva antropológica interpretativa, buscou-se a compreensão do significado das ações simbólicas e *performances* dos atores, no contexto social específico, que se inscreveram nos atos, nos gestos e nos discurso observados durante o Curso de Operações Especiais.

Palavras Chave: segurança pública, rito de passagem, operações especiais e *performance*.

Abstract

This dissertation is about a dense description of the Special Operations Course of the Military Police of the State of Rio de Janeiro, analyzed by the perspective of the anthropological theory of the “rites of passage”. The ethnography describes the social representations, performances and the symbols of this initiation process, the methods of knowledge socialization and the ways to personify the value-idea, that contribute to construct the identity of this tribe called *caverias*. The representations had been compared with academic works and forms of status changing in public professional groups of public security, as well the socialization methods of the feeling codes and behavior. The mechanisms of internalization and naturalization had been considered for analysis of the relation between theoretical “knowing” and practical “making”, and its influence to construction of BOPE institutional *persona*. With the interpretative anthropological perspective, it searched understanding about the meaning of social actor’s symbolic actions, performances and thinking in the specific situation, during the Course of Special Operations.

Keywords: public security, rite of passage, special operations, and performance.

Agradecimentos

Ao Autor da liberdade e o Campeão dos oprimidos que, em prece, rogo pela sabedoria de Sua mente, a coragem de Seu coração, a força de Seus braços, e a proteção de Suas mãos.

À minha mulher Marcia, pelo amor, força e compreensão que nos une e nos mantêm juntos nesta na jornada.

Aos meus filhos Pedro e Camila, origem de minha força e inspiração, pela sua essencial existência em minha vida.

Aos meus orientadores, professores e colegas do PPGA e do Nufep da UFF, por terem compartilhado sua sabedoria e paciência.

Aos meus interlocutores, pela sinceridade e coragem.

Aos homens de Operações Especiais.

Epígrafe

Que profissão é essa, como se obtém sucesso nela e que costumes adquirem, os que a exercem?

Tolstoi, Guerra e Paz.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vi
EPÍGRAFE	vii
LISTA DE SIGLAS	x
PRÓLOGO	11
INTRODUÇÃO - A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ANTROPOLÓGICO	14
NO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	18
DISCUSSÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS RELACIONADAS À PESQUISA	20
O ESTRANHAMENTO	22
CAPÍTULO I	
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA PMERJ E O MITO DE ORIGEM	25
A AUTO-REFERÊNCIA HISTÓRICA DO POLICIAL MILITAR	27
O PARADIGMA MILITARISTA	28
O <i>ETHOS</i> MILITAR COMO IDENTIDADE SOCIAL	30
A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POLICIA	33
A EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOS CONFRONTOS ARMADOS NA ÓTICA DO POLICIAL MILITAR	34
A GÊNESE DO BOPE	39
O BOPE HOJE	43
CAPÍTULO II	
O CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – COEsp	35
O PROCESSO SELETIVO	37
O PROGRAMA DE TREINAMENTO	40
CAPÍTULO III	
O RITO DE PASSAGEM	42
A SEMANA ZERO	53
O primeiro contato do pesquisador com os alunos	54
A ida ao mercado	56
A construção da “fachada”	57
Noções de “poluição” e “perigo”	63
A SEPARAÇÃO: A SEMANA “1” – OU SEMANA	62
A Mortificação do “Eu” e os Signos de uma Nova Identidade	68
A <i>Normalização</i> como Representação	70
A Base de Instrução	71
O Cerimonial de Abertura do COEsp – A <i>confirmação</i> da separação	75
O Início da <i>Docilização</i> dos Corpos	78
Rito, Insulto Moral ou Demonstração de Poder?	81
A Rotina de Instrução	85
Rusticidade como Representação – A <i>Naturalização</i> da Adversidade	88
A Área Verde – O espaço privado de uso coletivo	89
O Xerife	91

A sacralização do secular _____	92
A Cerimônia de inspeção como controle _____	95
A Sanção <i>Normalizadora</i> _____	97
O ambiente hostil - O meio líquido _____	101
Desligamento - A Morte e o Sepultamento da Identidade Liminar _____	106
<i>Dramas Sociais</i> e Naturalização da Adversidade _____	111
A FASE DA LIMINARIDADE _____	116
Simplificar, padronizar e automatizar _____	123
A casa como referência _____	128
A REINTEGRAÇÃO _____	129
CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	130
O BOPE COMO RESULTANTE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO <i>ETHOS</i> GUERREIRO _____	132
O PROCESSO TRANSFORMADOR: O “RITO DE PASSAGEM” _____	122
A socialização como estratégia de construção do novo <i>ethos</i> e visão de mundo _____	134
Os motivos para submissão _____	135
O SAGRADO E O SECULAR _____	137
A REPRESENTAÇÃO DO “NOVO EU” _____	138
A FORÇA DO SÍMBOLO REFERENCIAL _____	139
CAVEIRAS E CONVENCIONAIS _____	141
VÁ E VENÇA! _____	143
Referências Bibliográficas _____	145
Apêndice _____	150
Anexo I _____	152
Anexo II _____	165
Anexo III _____	169

LISTA DE SIGLAS

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CIOE - Companhia Independente de Operações Especiais

COE – Companhia de Operações Especiais

COEsp – Curso de Operações Especiais

DEI - Diretoria de Ensino e Instrução

DGEI - Diretriz Geral de Ensino e Instrução

DPO – Destacamento de Policiamento Ostensivo

EB – Exército Brasileiro

EMG – Estado Maior Geral da Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

MB – Marinha do Brasil

NuCOE – Núcleo da Companhia de Operações Especiais

OPM – Organização Policial Militar

PC - Polícia Civil

PM - Polícia Militar

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

SIEsp - Seção de Instrução Especializada

PRÓLOGO

Abril de 1995, Praia do Forte do Imbuí em Niterói. A escuridão da madrugada nublada dificultava figurar o instrutor sentado na beira da praia, agasalhado e acomodado em um banco, ladeado por dois “auxiliares de instrução” que iluminavam os alunos do Turno 95/I dentro da água do mar, com lanternas *maglight*¹. Os neófitos do VIII Curso de Operações Especiais lutavam contra a força da arrebentação, agarrando-se um no outro para se manterem unidos. Parecia uma “penca de caranguejos”, segundo a definição de um dos próprios alunos. Era o terceiro dia do curso e dos 34 policiais que o iniciaram, 8 já haviam “pedido para sair”, desistindo de continuar no programa de treinamento. O “turno” de alunos estava mergulhado na água fria do mar por duas horas; tal condição intensificava o sofrimento, pois eles não dormiam desde a “Aula Inaugural”, ocorrida no início do treinamento. Toda vez que um aluno não conseguia se manter unido aos demais e se desgarrava do grupo, era empurrado pelas ondas do mar até a praia, provocando a reação do instrutor: “O Turno deixou mais um integrante se desgarrar. Aluno! Volte para sua equipe e informe ao xerife que será acrescido mais 15min na água, além do tempo previsto para o exercício!”

Maio de 1996. Um aluno é retirado das águas da Represa de Ribeirão das Lages, em Pirai, com sinais de hipotermia. Após ser atendido pela equipe de para-médicos, aquecido com cobertores e tomado uma caneca de sopa quente ele é “retornado” para junto do seu turno, dentro da água fria da represa, com um aviso do Instrutor:

“Um membro da equipe não agüentou o frio e a culpa é do turno que não o protegeu! Xerife! O turno ficará mais quinze minutos na água além do previsto, e o aluno ‘hipotérmico’ não poderá sentir mais frio! Dê seu jeito!”

Parecia que o “enigma” das águas frias e calmas da represa dizimaria o Turno 96/I, os alunos do 9º Curso de Operações Especiais, pois dos 28 alunos matriculados, restavam somente 16. As atividades da “Semana 1”, também conhecida como “Semana do Inferno”, eram programadas para ocupar 22 horas do dia com previsão de intervalo de 2 horas, que não eram, necessariamente, contínuas. Tudo o que era realizado, em função da instrução, acabava com uma atividade na água, parecia mais um curso de Comandos Anfíbios dos Fuzileiros Navais, conforme observação de um dos componentes do turno. As atividades exigiam mais que esforço: exigiam “sacrifício”. Aos olhos de qualquer pessoa, iniciada ou não, a

¹ Lanterna de fabricação americana de uso policial, reconhecida pela sua resistência e capacidade de iluminação.

metodologia utilizada na condução dos processos de socialização dos alunos, possuía um forte componente de sofrimento físico e mental.

Fevereiro de 1996. Em razão do assassinato de um casal de professores em uma tentativa de roubo de veículo na Rua Álvaro de Azevedo, próximo à favela do Jacarezinho², no Rio de Janeiro, supostamente cometido por traficantes do local, o Batalhão de Operações Policiais Especiais foi designado para atuar na operação de ocupação da área, juntamente com efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar³. A operação foi desencadeada às 08h30min de uma terça-feira, com as viaturas deixando a Equipe Alfa⁴ do BOPE próximo ao “ponto de entrada”, onde iria prosseguir a pé. O BOPE foi designado para entrar pelo ponto mais crítico da favela, o que não representava nenhuma novidade em operações desta natureza, pois era exatamente isto que esperavam da unidade. Contudo, as altas temperaturas do verão daquele ano faziam com que o uniforme preto e o equipamento individual⁵ dos integrantes do BOPE, se transformassem em um “forno de assar o corpo”, conforme comentário da equipe. A resistência apresentada pelos traficantes locais, durante a incursão, era “guerra avisada”. Conforme o esperado, o local de entrada do BOPE foi onde houve a maior resistência por parte dos traficantes. As equipes do 3º BPM só entraram na favela, após a “tomada” dos acessos pela equipe do BOPE.

Por volta das 14h daquele dia, não se achava mais os policiais do 3º BPM pelos becos e ruas da favela. Ao passar em conduta de patrulha⁶ pelo Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) do Jacarezinho, a equipe Alfa do BOPE assistiu o efetivo do 3º BPM descansando à sombra. O Comandante da Equipe Alfa se dirigiu a um sargento, que aparentemente comandava um dos grupos do 3º BPM, questionando o que faziam ali. A resposta foi acompanhada de uma performance que conjugava um sorriso irônico e os movimentos circulares da mão espalmada sobre o volumoso abdômen: “Estamos esperando o almoço chegar, é hora do rancho! Sabe como é meu chefe! Saco vazio não pára em pé!”. Ao se afastar do local, continuando com a missão de checar vários pontos na favela, um sargento

² A Favela do Jacarezinho era, na época, a segunda maior favela da Cidade do Rio de Janeiro.

³ É comum, em situações críticas, o BOPE ser empregado em apoio ao efetivo de unidades convencionais da PMERJ.

⁴ As equipes de policiais militares do BOPE são diferenciadas por um termo designativo do alfabeto fonético internacional.

⁵ O equipamento utilizado pelo BOPE, em 1996, composto pelo fuzil com quatro carregadores extras, uma pistola com dois carregadores extras, colete balístico, binóculo, faca e algemas, perfaziam um total aproximado de 13 Kg.

⁶ Técnica utilizada pelas equipes do BOPE para incursão em “áreas de risco”.

do BOPE, que estava na equipe, comentou com os demais membros, com um sussurro entre os dentes e uma entonação carregada de desdém: “Bando de invertebrados⁷! Tá [sic] vendo aí! São todos uns *pela-saco* [sic]! Não agüentam o calor e nem ficar sem comer alguns minutos! Fracos!”. O comentário do sargento desencadeou um burburinho repetitivo entre os demais integrantes da equipe: “Bando de *invertebrados! Pela-saco! Fracos!*”.

Março de 2007, Vila Cruzeiro, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Com o “objetivo de retomar parte do Estado dominado por traficantes”, segundo um dos comandantes da operação, as equipes dos batalhões da PM e da Polícia Civil que cercavam o morro, aguardavam a entrada da equipe que iria “abrir caminho”: as equipes do BOPE.

“Na medida em que incursionávamos e tomávamos os pontos críticos, as outras unidades seguiam atrás ocupando o terreno [...] em alguns momentos, quando os traficantes intensificavam os tiros, as unidades de apoio empacavam e até recuavam, nos deixando isolados [...] tanto melhor, não corríamos o risco de sermos atingidos pela retaguarda, [...] menos problemas para nos preocupar.” (Oficial do BOPE, integrante da equipe da operação da Vila Cruzeiro, em março de 2007).

Ao relembrar meu treinamento no Curso de Operações Especiais, na condição de aluno e posteriormente como Coordenador, confrontando com as representações simbólicas verificadas ao longo de minha passagem pelo BOPE e pela Polícia Militar, não pude deixar de refletir e de me debruçar sobre algumas questões sobre o Batalhão de Operações Policiais Especiais: (a) O que faz estes homens se comportarem de forma diferentes dos demais? (b) Que motivos levam policiais militares a ingressarem em um programa de treinamento tão rígido? (c) O Curso de Operações Especiais é a estrutura capaz de produzir novas pessoas? e (d) Qual o papel do Curso de Operações Especiais na socialização destes homens? Diante destas questões, passei a considerar a possibilidade de estudar e entender o processo de construção da identidade dos policiais militares que se submetem ao Curso de Operações Especiais e a influência deste “rito de passagem” no *ethos* do BOPE, no que passo, agora, a dissertar.

⁷ Invertebrado é o termo usado pelos policiais que concluem o Curso de Operações Especiais para designar os que não possuem o curso. Refere-se, metaforicamente, ao corpo que não possui estrutura para suportar pressão física e psicológica.

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ANTROPOLÓGICO

Em 2005, eu terminava o curso de pós-graduação em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. No ano anterior havia concluído a primeira, em Gestão de Recursos Humanos. Nos dois cursos estudei a matéria “Cultura e Organizações” onde tive a oportunidade de entrar em contato com noções de cultura, representação, papel e identidade social, de verificar como estas categorias estão presentes na sociedade e nas instituições, e como sua compreensão podia esclarecer os modos de perceber, pensar e agir das pessoas, a ponto de se poder caracterizar o grupo social a que pertencem. Neste período eu era Diretor de Recursos Humanos da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, onde começava a desenvolver projetos de desenvolvimento de pessoas, amparado nestes conceitos.

Em um trabalho para a FGV sobre representações nas organizações públicas, escolhi o caso da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sob o aspecto da fusão da antiga Polícia Militar do Estado da Guanabara - PMEG e Polícia do Estado do Rio de Janeiro – PMRJ. Desenvolvi reflexões sobre os diferentes modos de representação da nova polícia, criada a partir de uma fusão de outras duas que desempenhavam a mesma atividade, porém, em espaços geográficos e sociais diferentes. Considerava que as observações na pós-fusão seriam resultantes de permanências institucionais das organizações extintas que sobreviveram ao processo. Eu buscava identificar, empiricamente, as características de cada uma, os sistemas de valores, as formas de construção das relações internas e externas e as supostas conseqüências para a nova instituição, fruto desta “bricolagem organizacional”. A Professora Valderez Fraga, titular da matéria, me orientou a aprofundar os estudos sobre o tema em razão da escassez de estudos a respeito das organizações públicas.

Acreditava, até então, que o mestrado em Administração Pública na FGV seria o melhor caminho para pesquisar o assunto, até conversar com o Major PM Robson Rodrigues, amigo de longa data. Robson estava cursando o mestrado em Antropologia Social do Programa de

Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e após ouvir minha intenção de tema para pesquisa me convenceu a buscar o mestrado em Antropologia da UFF, como a melhor metodologia para desenvolver o tema, explicando que a UFF estava se firmando como um dos principais pólos de estudos e pesquisas em Segurança Pública no Rio de Janeiro. A indicação foi reforçada por outros dois amigos os Professores Cesar Honorato e Newton Oliveira, que me convenceram em concorrer ao mestrado em Antropologia Social do PPGA/UFF. Em novembro de 2006 me inscrevi no processo seletivo para a turma de mestrado de 2007.

Ao ter contato com a fonte bibliográfica da prova escrita, primeira etapa do concurso para o mestrado, verifiquei a dificuldade que eu teria em compreender a essência dos textos antropológicos propostos. Decidi ir além e comecei a pesquisar a história da antropologia, sua evolução, as escolas e os principais autores; que deixaram de ser nomes passando a referências. Enfim, pesquisadores e pensamentos passaram a construir o entendimento sobre o nível de profundidade no qual eu deveria mergulhar para produzir minha pesquisa. Mas antes, eu deveria vencer o primeiro desafio: concorrer com 96 cientistas sociais para as 17 vagas disponibilizadas pelo PPGA-UFF.

Acostumei a aproveitar toda a oportunidade que surgia para buscar entender melhor o que lia nos textos indicados pelo Edital do Concurso. Ao encontrar colegas sociólogos, antropólogos, ou alunos da pós-graduação em Antropologia, não perdia tempo e saía fazendo perguntas sobre os textos que estava lendo. Robson Rodrigues, Luciane Patrício e Haydée Caruso foram minhas fontes iniciais. O resultado do esforço foi minha classificação dentro do número de vagas.

Passei para segunda fase: entrevista com a Banca do Concurso. No dia marcado para a entrevista conheci alguns candidatos na área de espera do 4º andar do Prédio “O” do Campus da UFF no Gragoatá. Percebi que eu era, de longe, o mais velho dos aprovados. Antropólogos e sociólogos recém formados constituíam o seletivo grupo de apreensivos jovens. Todos, com hora marcada, não levavam mais do que vinte e cinco minutos de entrevista com a banca composta por três professores doutores do PPGA. Eu estava com minha carta de intenção de projeto e me considerava pronto para ser entrevistado.

Chegada minha vez, um dos professores da banca veio me buscar e conduzir até a sala da entrevista. Ao entrar cumprimentei os presentes e, com uma rápida olhada, verifiquei a

disposição da mesa com as posições que cada um deveria tomar naquele processo: a cadeira na cabeceira da mesa de costas para a janela basculante indicava a posição da Presidente da Banca, que lia minha ficha de inscrição e prova do concurso enquanto eu me acomodava; as duas cadeiras na mesma lateral da mesa indicavam a posição dos demais membros, que passavam a me observar; a cadeira posicionada na cabeceira oposta da Presidente, onde um copo de vidro indicava que acabara de ser cheio com água, indicava a posição do entrevistado. Tomei assento e verifiquei que a luz que entrava pela janela ofuscava minha vista. Obrigado a abaixar a cabeça e semi-serrar os olhos, eu tentava observar meus interlocutores, esperando algum pronunciamento. Refletindo sobre aquela situação e o clima do ambiente, pensei: “Parece um processo inquisitorial”.

Com a explicação da Presidente da Banca de que a entrevista não se tratava de uma nova prova, as perguntas que se seguiram me deram impressão contrária: “Você pode explicar o que quis dizer na primeira questão?”; “Qual o seu entendimento sobre o tema da segunda questão?”; e “Já que você foi econômico na terceira questão, poderia explicar melhor?” Após quase 45 minutos de entrevista a Banca se pronunciou satisfeita, no entanto, pedi a palavra e ousei: “Gostaria de falar”. Discorri, por mais 10 minutos, sobre o que me levou a buscar o PPGA da UFF, como me preparei para o concurso e qual era minha origem⁸, fato que a banca declarou conhecer. Após minha saída da sala os demais candidatos me abordaram, perguntado: “Cara! O que foi que aconteceu lá dentro?”. Com o questionamento do colega passei a refletir sobre a forma como fui entrevistado, minha ousadia e minha entrada neste mundo “estranho”, que representava mais uma mudança em minha vida profissional. Sendo aprovado na entrevista, passei sem maiores problemas na última etapa, a prova de idiomas, garantindo minha entrada no programa de pós-graduação, que na verdade considerei uma grande vitória.

Embora tenha apresentado uma proposta de intenção de pesquisa, fiquei entusiasmado com uma das fontes bibliográficas: Floresta de Símbolos⁹. Na descrição do processo ritual, feita por Victor Turner, não pude deixar de relacioná-lo com uma passagem de minha vida profissional onde fui iniciado e, posteriormente, iniciador. Este processo havia influenciado minha visão de mundo e meu comportamento diante de dificuldades: o Curso de Operações Especiais da PMERJ. Durante meus estudos para o concurso, liguei para o então Major PM

⁸ Fato que será exposto mais adiante.

⁹ TURNER, Victor. *Floresta de símbolos. Aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

Alberto Pinheiro Neto, também cursado em Operações Especiais, e li para ele um trecho da página 144 de “Florestas de Símbolos”, sem dizer que era uma citação de um livro. A exclamação do Pinheiro Neto definiu o que eu deveria pesquisar: “Você está descrevendo o COEsp!”.

As semelhanças entre a teoria dos ritos de passagem e o COEsp eram recorrentes. Passei a considerar, de fato, a possibilidade de pesquisar o tema. Em um encontro marcado com o Professor Doutor Roberto Kant de Lima, expus minha intenção e solicitei sua orientação no mestrado, que concordou e indicou a bibliografia básica e estudos antropológicos sobre o tema. Em razão da profundidade do tema, relacionado à PMERJ, convidei a Professora Doutora Jacqueline Muniz para co-orientação. Minha passagem no PPGA, com os debates em sala e os diálogos com meus colegas de mestrado, e as discussões com os pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa - NUFEP¹⁰, durante as reuniões que passei a frequentar, ajudaram-me a definir melhor o objeto de pesquisa: vendo, ouvindo e aprendendo.

Determinado o objeto, parti para a prática. Finalizei a reunião de toda a bibliografia básica indicada e planejei o trabalho de campo. Pretendendo realizar a pesquisa durante o curso de operações especiais de 2007, tomei conhecimento por amigos do BOPE que o curso não seria realizado naquele ano, em razão da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro¹¹. Decidi, então, acompanhar o Curso que seria realizado em 2006, o que me obrigou a tomar rápidas providências para “entrar no campo”. Fiz um contato preliminar com o Comandante do BOPE, o Tenente Coronel Mário Sérgio de Brito Duarte, e expliquei minha intenção de pesquisar o COEsp. Ele, então, me pediu para formalizar o pedido por escrito para que pudesse avaliar a possibilidade de autorização.

O Tenente Coronel Mario Sérgio era considerado, na PMERJ, um oficial diferenciado pela sua história profissional, pela sua formação como professor de Matemática e aluno de graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Sabia que a possibilidade do entendimento da importância da pesquisa e a consequente aprovação da proposta, teriam maior chance do que em outras circunstâncias. Preparei uma carta de intenção indicando a proposta de pesquisa, seus objetivos e a solicitação de autorização para

¹⁰ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação do Professor Doutor Roberto Kant de Lima, que reúne pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e que se encontram, periodicamente, para discutir e socializar assuntos relacionados aos projetos, estudos e pesquisas do núcleo.

¹¹ Durante a realização dos XIV Jogos Pan-Americanos o efetivo do BOPE foi empregado, em sua totalidade, na proteção dos eventos e todo o treinamento foi voltado para as atividades de segurança dos jogos.

acompanhar o curso e segui para o BOPE para encontrar seu Comandante, dois dias depois do primeiro contato.

NO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS



Figura 1 - Entrada do BOPE

Ao chegar ao final da Rua Campo Belo, no bairro das Laranjeiras, parei na entrada do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Figura 1), onde um painel de 2,0 m de altura por 2,0 m de largura com o brasão da unidade continha um aviso: “Visitante seja bem-vindo, mas não faça movimentos bruscos”. Soldados com o uniforme preto do BOPE, que guardavam o portão de entrada, em formação tática¹², perguntaram minha intenção e pediram minha identificação. Avisei: “Venho encontrar o comandante, meu nome é Paulo Storani e sou pesquisador”. Enquanto subia os 500m da rua de acesso para as instalações da unidade, após minha entrada ser autorizada, refletia o motivo pelo qual não havia me identificado como oficial da PM e como *caveira*¹³, chegando à conclusão: começou o *estranhamento*.

Chegando às instalações do quartel do BOPE fui recebido por um soldado, que já me esperava no primeiro nível do prédio: “Professor, me acompanhe”. Ao entrar na unidade observei algo que para um leigo passaria despercebido: uma mulher com cerca de 30 anos de idade, passava pela área de estacionamento do BOPE conduzindo duas crianças, uma de sete e outra de dez anos aproximados, com uniforme da rede pública municipal de ensino. Aquele fato seria totalmente atípico se considerasse que se tratava de um quartel da PM, onde pessoas

¹² Posicionamento no espaço físico que permite que os operadores possam desencadear uma resposta planejada.

¹³ Termo designativo de concludente do Curso de Operações Especiais.

“estranhas” são proibidas de ingressar, em razão da preservação da “segurança das instalações”, ainda mais sendo um quartel do BOPE e as residências mais próximas integravam a Favela Tavares Bastos.

Fui recebido pelo Tenente Coronel Mário Sergio em seu gabinete. Após expor longamente minha proposta e os objetivos da pesquisa, ele concluiu:

“Autorizo e vou levar o fato ao Comandante Geral [da PMERJ]. A pesquisa é importante para nós [BOPE], pois precisamos nos conhecer melhor. Deixo claro que só autorizo por que é você que a está realizando. Sua proposta e a autorização serão publicadas no Boletim Interno do BOPE”.

Entendi, naquele momento, que minha passagem pela PMERJ como oficial e por ser um iniciado no COEsp, seriam os fatores que me permitiriam ingressar no universo simbólico das Operações Especiais na condição de pesquisador. Após nossa conversa sobre a pesquisa, perguntei ao comandante sobre a mulher que havia visto passando pelo estacionamento do quartel, ele me levou à janela de seu gabinete e me mostrou a Favela Tavares Bastos:

“Não há mais tráfego na favela, abrimos um portão no muro que separa o BOPE da comunidade e deixamos que as pessoas utilizem, durante o dia, a passagem para chegar a Laranjeiras [bairro] por aqui, caso contrário elas levariam muito tempo descendo a favela até o asfalto e contornando pelo Largo do Machado. Temos uma relação muito boa com a comunidade [...] hoje os policiais do BOPE cortam cabelo nas barbearias [da favela] e contratam lavadeiras [apontando alguns uniformes do BOPE pendurados em varais de casas próximas]. Resolvemos também alguns problemas internos da comunidade [...] temos um oficial responsável para atender as pessoas [...] até já fomos chamados para apagar incêndio: o carro do Corpo de Bombeiros não conseguia passar pelas ruas estreitas até o alto da favela, daí fomos chamados pela comunidade [...] ao chegar no local vimos que a falta de condições [hidrantes] para resolver o problema faria com que o fogo se alastrasse pelas casas [...] um *caveira* deu uma solução: quebrar uma caixa d’água que havia sobre o local do incêndio. Como não tínhamos acesso à ela demos nosso jeito: quebramos a caixa no tiro. O incêndio foi apagado, mas tivemos que fazer uma vaquinha para pagar outra caixa d’água e ajudar a reparar os danos do incêndio [...] a dona da casa era muito pobre e reclamou muito.”

Nas visitas ao BOPE ao longo da pesquisa, já no Comando do Tenente Coronel Alberto Pinheiro Neto, pude verificar a evolução da relação da unidade com a comunidade. Projetos sociais com crianças e jovens da favela, realizados nas instalações do batalhão, mudaram a sua rotina (Figura 2), algo inimaginável anos antes. Estes fatos me despertaram para as perspectivas em Antropologia Urbana, ao considerar a relação dos integrantes do BOPE com a comunidade da favela Tavares Bastos, em contraposição do que ocorre com outras comunidades, onde o poder do tráfico e das milícias impera sobre os problemas locais,

ocupando o poder do Estado. Contudo, o momento me orientava para meus objetivos iniciais: o COEsp.



Figura 2 - Galeria da Honra do BOPE

DISCUSSÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS RELACIONADAS À PESQUISA

Para produzir a etnografia proposta e analisar os temas relacionados ao meu objeto de pesquisa - os “ritos de passagem” - busquei o amparo das teorias antropológicas que tratam do tema, relacionando-as com as formas de representações do “eu” e de *performance*. Sobre a noção da *performance*, considerando o “mundo social” como um “palco” onde as pessoas se destacam como atores que desempenham papéis pré-estabelecidos socialmente. Desta forma, considerei as formas de representação observadas como condição fundamental para compreensão da dinâmica performática, dos diversos atores, durante os ritos, cerimônias e atividades do Curso de Operações Especiais.

As categorias identificadas no trabalho de campo e as formas de socialização dos códigos de sentimento, conduta e de valores sociais foram contextualizadas com outras formas similares de mudança de status dos profissionais de segurança pública, apresentadas em trabalhos acadêmicos de mesma natureza. Para identificar os significados e os mecanismos de internalização e naturalização, busquei a relação entre o “saber teórico” e o “fazer prático” na formação profissional do policial do BOPE, e sua relação na construção da identidade da *persona* institucional. Com a perspectiva antropológica interpretativa, objetivei a compreensão do significado das ações simbólicas dos atores sociais, pela sua complexa

“teia”. O trabalho consistiu no esforço de captar o “modelo nativo” dos significados das “ações simbólicas” – ou performances – no contexto social específico, que se inscreveram nos atos, gestos e nos acontecimentos durante o Curso de Operações Especiais.

A pesquisa foi realizada no período compreendido entre março de 2006 a novembro de 2007. Foi desenvolvida em três momentos: o pré-campo, com a pesquisa da bibliografia básica; a pesquisa empírica, o trabalho de campo propriamente dito e as entrevistas; e pós-campo, com a redação da dissertação. No pré-campo reuni a bibliografia básica indicada pelos meus orientadores. Com o acervo inicialmente reunido delimito o objeto de pesquisa e a teoria com a qual passei a considerar o trabalho.

O trabalho de campo teve a duração de quatro meses, no período compreendido entre junho a outubro de 2006. Minhas visitas a campo foram planejadas obedecendo a três momentos distintos, tomando como referência as fases dos “ritos de passagem”¹⁴: na fase de *separação*, durante duas semanas de junho; na fase de *liminaridade*, durante dois dias de julho¹⁵; e na fase de *reintegração*, durante três dias de agosto. Durante as fases do Curso de Operações Especiais recorri à observação e às entrevistas, gravadas e anotadas no caderno de campo, bem como tive a oportunidade de tirar as fotos que ilustram o texto. Posteriormente ao campo, utilizei a entrevista toda vez que precisei esclarecer alguma questão identificada ao longo da redação da etnografia.

Tive a oportunidade de entrevistar os trinta e quatro alunos matriculados, antes do início do Curso de Operações Especiais, os alunos remanescentes, durante o processo de passagem, e os concludentes do curso. Foram também entrevistados oito integrantes da equipe de instrução do COEsp; nove integrantes do BOPE, entre oficiais, sargentos, cabos e soldados, cursados e não cursados; e seis policiais de outras unidades da PMERJ, entre oficiais e sargentos, que serviram para construir um melhor entendimento acerca das representações observadas no campo.

¹⁴ “Van Gennep mostrou que todos os ritos de passagem ou de “transição” caracterizam-se por três fases: separação, margem [ou “limen”] e reagregação. A primeira fase (separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo [...]. Durante o período “liminar” intermediário, as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas; passa através de um domínio cultural que têm poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase [reagregação ou reincorporação] consuma-se a passagem” (TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 116).

¹⁵ Interrompida em razão de um acidente ocorrido comigo no campo, narrado ao longo desta dissertação.

Para obter impressões dos candidatos, antes do início do curso, utilizei a entrevista estruturada (ver Anexo I) por meio da conversação objetiva. Quando havia alguma questão a ser esclarecida, empreguei entrevistas semi-estruturadas; quando desejava obter impressões momentâneas dos interlocutores, durante determinados momentos no campo, utilizei as entrevistas não estruturadas. As investidas para as entrevistas tiveram de se adequar à função que passei a exercer em agosto de 2006, como Secretário Municipal de Segurança Pública de São Gonçalo, Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Para melhor compreensão do leitor sobre ao desenvolvimento do trabalho, devo esclarecer que busquei construir o objeto de pesquisa, no primeiro capítulo, pelo entendimento do processo histórico e social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e do próprio Batalhão de Operações Policiais Especiais. No segundo capítulo apresento detalhes do Curso de Operações Especiais, como o processo seletivo e o programa de treinamento. No terceiro capítulo inicio a etnografia descrevendo cada etapa do curso tomando como referência as fases dos “ritos de passagem”, que inicia com a *separação*, seguida da fase de *liminaridade*, e terminando com a fase *reintegração* ou *reagregação*. No último capítulo apresento as considerações finais que não esgotam o tema, mas que espero provocar outras reflexões que possam suscitar novas pesquisas.

O ESTRANHAMENTO

O professor Kant de Lima havia me alertado para uma situação fundamental em minha pesquisa: minha posição em relação ao objeto. Eu acreditava que esta preocupação tinha fundamento na minha história profissional: Capitão da Reserva¹⁶ da Polícia Militar, desde 1997, havia pertencido ao BOPE, minha última unidade até passar para a inatividade¹⁷, quando fui aprovado para o concurso de Professor da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, para trabalhar na Fundação de Apoio à Escola Técnica Estadual – FAETEC. Além de ter pertencido ao BOPE, fui iniciado no Curso de Operações Especiais em 1995 e exerci a função de Coordenador de curso em 1996, ou seja, iniciador de outros iniciantes. Embora estivesse afastado por quase dez anos do serviço policial, tal condição poderia interferir, de alguma forma, no processo de pesquisa.

¹⁶ Oficial fora do serviço ativo da corporação.

¹⁷ No caso, passar para reserva.

Segundo meu orientador esta situação poderia também representar, em contrapartida, uma vantagem estratégica. Sendo um “nativo” eu poderia produzir uma interpretação em “primeira mão”, conforme a expressão de Clifford Geertz¹⁸. Os textos antropológicos elaborados por “estranhos”, segundo Geertz, são interpretações construídas de segunda ou terceira mão, com base em suas próprias concepções. Portanto, minha visão não seria “por sobre os ombros do nativo”, mas “dos meus próprios ombros”. Mesmo estando consciente desta “vantagem”, busquei o distanciamento crítico necessário à observação das representações sociais que pude perceber no trabalho de campo. Sabia que o sucesso da pesquisa dependeria da minha capacidade de *ver, ouvir e escrever*, no texto etnográfico, com a necessária e relativa isenção.

Acredito que experiência de *observar* com olhar “calibrado” pela teoria antropológica, e o fato de ter “desempenhado” os dois principais papéis identificados, o de neófito e de iniciador, contribuíram para a preservação do equilíbrio entre a teoria e a prática, o que também me permitiu não ser surpreendido ou arrebatado por alguns acontecimentos no campo e nas entrevistas. Grande parte das representações observadas eu já conhecia do tempo em que eu servi às Operações Especiais, outras surgiram após meu afastamento. Estas diferenças foram fundamentais para a pesquisa, pois possibilitaram a oportunidade de verificar as mudanças e permanências no processo estudado, ao longo dos 12 anos de construção histórica, tomando como referência o tempo em que eu me encontrava na condição de aluno e coordenador de COEsp. Contudo, alguns fatos específicos observados no campo me levaram a refletir sobre sua dimensão “ritual”, pois embora fossem contemporâneos à minha passagem pelo BOPE, passei a entender sua relevância na construção do *ethos* e visão de mundo dos iniciados, ao analisá-los sob a perspectiva antropológica, como veremos mais adiante.

No *ouvir*, procurei tratar os entrevistados como interlocutores e não como informantes, promovendo o diálogo objetivado na busca do entendimento que cada um construía sobre o tema da entrevista ou situação vivenciada no campo. Procurei identificar, na subjetividade de cada um, as recorrências e discrepâncias construídas no longo processo de passagem e em razão dele, o que me fez ampliar o número de interlocutores durante a pesquisa. De forma diferente que ocorreu durante a observação, no *ouvir* foi possível descortinar informações fundamentais para a compreensão das transformações que ocorreram na visão de mundo dos entrevistados, durante e após sua passagem pelo processo ritual.

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 11.

Se não fui arrebatado no *olhar* e no *ouvir*, foi no ato de *escrever* que isto ocorreu. No momento da redação da dissertação, com base nos dados do caderno de campo e na escuta das entrevistas gravadas, passei a compreender a dimensão destas “faculdades” ou “atos cognitivos” na forma exposta por Roberto Cardoso de Oliveira¹⁹. Ao *escrever*, o visto e ouvido da pesquisa empírica foi confrontado com a teoria antropológica estudada, o que me levou à reflexão e à conseqüente compreensão da dimensão do curso de operações especiais na construção da identidade dos *caveiras*, que espero reproduzir nesta etnografia. Minha proposta, então, é promover uma “descrição densa” de um processo ritual, expondo sua normalidade e diferenças referenciais, comparadas com outros estudos e pesquisas elaboradas, sem reduzir sua particularidade.

¹⁹ DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2000, 220p.

CAPÍTULO I

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA PMERJ E O “MITO DE ORIGEM”

A historiografia da Polícia Militar é marcada por sua vinculação aos fenômenos sociais e políticos do processo de transformação da sociedade brasileira. As mudanças ocorridas, ao longo de sua história, seriam respostas às condições locais que empregaram os recursos e os precedentes disponíveis em cada época. De um modo geral, as mudanças serviram para adequar as instituições policiais às transformações ocorridas ao longo do processo de construção social do Brasil, atendendo aos interesses das classes dominantes²⁰.

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808, foi criada em 10 de maio, daquele mesmo ano, a Intendência Geral de Polícia. Referenciada no modelo francês, introduzido em Portugal em 1760, esta instituição era responsável “pelas obras públicas e por garantir o abastecimento da cidade, além da segurança pessoal e coletiva, o que incluía a ordem pública, vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos” (HOLLOWAY, p. 46). O Intendente Geral ocupava uma posição de destaque na sociedade da época, o cargo de desembargador. Com status de ministro de Estado a ele cabia: decidir sobre os comportamentos a serem considerados criminosos; estabelecer a punição que julgasse apropriada; efetuar a prisão dos violadores da lei; levar a julgamento os presos; condenar e supervisionar a sentença dos infratores. Desta forma, seu cargo englobava poderes legislativos, executivos e judiciais.

Outra inovação, contemporânea à transferência da família real para o Brasil, foi a criação da Guarda Real de Polícia, em 13 de maio de 1809. Esta instituição consistia em uma força policial de tempo integral, organizada militarmente como uma força patrimonial aquartelada, com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos, devendo agir

²⁰ HOLLOWAY, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 255.*

“quando fosse necessário”²¹. A Guarda Real era subordinada à Intendência Geral de Polícia, e pretendia ser a réplica da força policial de Lisboa no Rio de Janeiro.

A Guarda Real de Polícia foi incumbida do patrulhamento das ruas, principalmente à noite, contra a suposta ameaça representada pelo grande número de escravos²². Esta força tinha a missão de manter a tranqüilidade pública e outras obrigações relativas à ordem civil. Como descrito por Holloway (1997), apesar de seu efetivo reduzido²³, “sua missão de policiar em tempo integral se tornava mais eficiente do que o antigo sistema de vigilância esporádica [realizada] por guardas civis”. Seu efetivo, oficiais e soldados, eram provenientes das fileiras do Exército regular. Como tropas militares, recebiam um soldo simbólico, uniforme, além de alojamento e comida nos quartéis.

Holloway destaca um ponto interessante acerca do financiamento dos organismos policiais e a origem da sua autoridade. Embora o poder de agir fosse delegado do monarca, portanto a autoridade emanava dele, os recursos para a manutenção dos salários e despesas das forças policiais eram derivados do setor privado. “A reciprocidade entre a fonte da autoridade do Estado e a elite econômica é um exemplo específico das relações mais gerais que explicam grande parte da evolução conservadora rumo à independência política do Brasil e o concomitante desenvolvimento das instituições do Estado” (1997, p. 48).

Em julho de 1831 um fato marcou a historiografia da Polícia Militar. Os integrantes da Guarda Real de Polícia e o 26º Batalhão de Infantaria do Exército, se amotinaram e passaram a realizar atos de violência e saques na capital²⁴. Tal comportamento levou o Regente Feijó a abolir, em 17 de julho, a Guarda Real. Contudo, devido à necessidade de proteger as pessoas e seu patrimônio, em 10 de outubro do mesmo ano, foi criada outra organização policial militarizada, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. A diferença entre a nova força e a anterior começava na sua subordinação ao Ministro civil da Justiça, e não mais ao da Guerra como a Guarda Real, e os melhores critérios de seleção, salário e treinamento (HOLLOWAY, 1997, p. 92-93). Esse fato, como observa Holloway, permitiu que a elite brasileira criasse sua

²¹ Podemos entender que se tratava, a princípio, de uma força policial de intervenção. Atuava após a constatação do fato, como força reativa.

²² BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930* Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p 41-43.

²³ O efetivo autorizado para o funcionamento da GRP era de 218 homens entre oficiais e soldados. Porém, em 1818 contava com 75 homens, e no final da década de 1820 chegava a 90 homens.

²⁴ Para melhor conhecimento ler HOLLOWAY, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 74-82.

própria versão de instituição policial, em substituição do criado sob a égide da corte portuguesa, 23 anos antes (1997, p. 254).

Sucessora funcional da Guarda Real de Polícia, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes sofreu transformações e mudanças de denominação em 1842, 1858, 1866, 1889, 1893, 1901, 1905, 1911 e 1920 (HOLLOWAY, 1997, p. 255; e BRETAS, 1997, p. 39-49). O termo “polícia” retornou ao nome da instituição em 1866, com a designação formal de Corpo Militar de Polícia da Corte; a Constituição republicana de 1891 a alterou para Brigada de Polícia da Capital Federal e, a partir de 1920, passou-se a adotar a denominação de Polícia Militar (BRETAS, 1997), que vige até os dias de hoje.

A transformação da polícia do século XIX é considerada, por Holloway (1997, p. 255) e Muniz²⁵, como o esforço do Estado se adaptar às mudanças sociais, criando uma ameaça palpável pelo patrulhamento ostensivo das ruas e para detenção e aplicação de medidas disciplinares dos “violadores” da Lei. Tal força serviu, posteriormente, de modelo para as demais organizações similares no país. O papel militar de patrulhamento uniformizado das ruas acompanhou modelos semelhantes, mas não necessariamente iguais, às forças policiais militarizadas em outros países, como os *gendarmes* da França, os *carabinieri* da Itália e os guardas civis da Espanha²⁶. Tais forças eram caracterizadas pela relação de distanciamento dos cidadãos comum, e sua vinculação ao um poder central.

A AUTO-REFERÊNCIA HISTÓRICA DO POLICIAL MILITAR

A origem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela ótica dos próprios policiais, verificada nas entrevistas realizadas, tem como referência a Guarda Real de Polícia de 1809. Os integrantes da corporação entendem que o motim de 1831 seria decorrência do processo histórico da Polícia Militar, e que tal acontecimento não representou uma solução de continuidade na construção da identidade da corporação. Apesar desta forma de se ver, o fato da extinção e criação de uma nova instituição em 1831, poderia demarcar um novo ponto de partida para se entender a Polícia Militar de hoje. Contudo, tal visão requereria um estudo com maior profundidade e metodologia científica.

²⁵ MUNIZ, Jacqueline. “*Ser Policial é Sobretudo uma Razão de Ser*” - *Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política – IUPERJ. 1999, p 52.

²⁶ Para saber mais ler HOLLOWAY, 1997.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, constatou-se que o conhecimento sobre o processo histórico da Polícia Militar é mais presente nos oficiais do que nos praças. Alguns fatores que poderiam explicar algumas representações, verificáveis nos comportamentos dos integrantes da corporação policial, como se verá adiante, são desconhecidos dos próprios oficiais. O desconhecimento, de alguns entrevistados, sobre a origem do modelo policial que influenciou o surgimento da Guarda Real de Polícia, bem como do seu amotinamento, extinção e a criação da nova instituição em 1831, são recorrentes. Embora a historiografia da corporação seja socializada nos cursos de formação da corporação, boa parte de seus integrantes não retêm as informações relacionadas.

Desde sua origem, a força policial no Rio de Janeiro foi constituída e representada como uma força militar. Durante quase 160 anos de sua história a corporação foi comandada, por um oficial de alta patente do Exército Brasileiro e controlada por um órgão desta força²⁷. Este fato poderia ser considerado como uma forma de intervenção direta na gestão da instituição, com a conseqüente assimilação das idiosincrasias e modelos dos gestores do Exército, pelos integrantes da Polícia Militar.

O fato que marcou, decisivamente, o papel da corporação na história recente foi sua participação nos órgãos de informações do Exército e em suas ações de repressão das manifestações públicas durante a ditadura militar, como força de controle de distúrbios civis. Desviando-se, de forma significativa, de seu objetivo como força de segurança pública, a Polícia Militar incorporou o estigma²⁸ social associado à tortura e à repressão da liberdade política e de expressão. Este estigma contribuiu para o cenário da segurança pública, que passou a ser construído a partir da década de 80, e influenciou o papel da Polícia Militar, como instituição de controle social, como será exposto mais adiante.

O PARADIGMA MILITARISTA

²⁷ Para saber mais ler Muniz (1999) e BASÍLIO, Marcio Pereira. *O Desafio da Formação Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou realidade possível?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. 2007.

²⁸ O termo estigma, aqui usado, é entendido como referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que, na realidade, é uma linguagem de relações e não só de atributos. Para saber mais ler GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

Para melhor entendimento da forma como a segurança pública tem sido tratada pelo Estado, enquanto política pública, adoto a formulação de Jorge da Silva²⁹, que estabelece os paradigmas *prevencionista*, *penalista* e o *militarista*. O paradigma *prevencionista*, consideraria a segurança pública como uma questão tanto da comunidade quanto do poder público, apresentando princípios pró-ativos de atuação. Tal paradigma estaria orientado por atividades preventivas, com ênfase na mediação de conflitos, estabelecendo o foco nos cidadãos. A pretensão deste paradigma seria controlar o crime pelo uso seletivo da força, ou seja, aplicar uma resposta adequada ao fato e proporcional à resistência encontrada.

O paradigma *penalista* consideraria a segurança pública um problema apenas da alçada do governo e do judiciário, apresentando princípios reativos de ação. Por esse paradigma, os infratores seriam focalizados individualmente e a atividade policial estaria pautada na lei penal, com foco nos fatos criminais. A repressão policial, pela aplicação das leis penais, seria a solução para a questão da segurança pública. O número de inquéritos instaurados e de pessoas encarceradas referenciaria o sucesso desta política.

Ao pensar segurança pública pelo “paradigma *militarista*”, podemos categorizá-la como sendo todas as medidas necessárias à preservação da ordem urbana, constituída de ações reativas amparadas por uma lógica de confronto contra os possíveis perturbadores. Desta forma, as desordens públicas manifestas se constituiriam em problema a ser resolvido por meio de táticas de combate, em que inimigos seriam identificados e neutralizados. Filho³⁰ afirma que, na concepção militarista, haveria locais próprios para um teatro de operações onde as baixas poderiam ser consideradas algo esperado pelo embate entre forças opostas.

O resultado dessa concepção *militarista*, para da Silva (2003), seria a eleição do aparato bélico e da mobilização de grandes efetivos em detrimento das atividades de investigação e de polícia técnica. Desta forma, se a percepção de violência aumentasse, seria porque os efetivos policiais foram insuficientes para patrulhar e confrontar, os bandidos estariam mais bem armados ou faltaram maior determinação dos policiais para agir. Nesta concepção, a eficiência e eficácia da polícia seriam avaliadas pelo número de prisões, de apreensões, de mobilização de efetivos.

²⁹ DA SILVA, Jorge. *Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

³⁰ FILHO, Wilson de Araújo. *Ordem Pública ou Ordem Unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis dissonâncias pp 11 a 164*. In Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Niterói: EDUFF, 2003.

No antagonismo entre os modelos militarista e penalista ao *prevencionista*, podemos identificar a existência de dois campos de atuação: Cenário de maior potencial ofensivo; e cenário de menor potencial ofensivo. Nos conflitos de maior potencial ofensivo, também chamado de Conflito de Baixa Intensidade³¹, o modelo militarista e penalista seria mais aplicável. Nos conflitos de menor potencial ofensivo, caracterizado por Delitos Urbanos³², o modelo *prevencionista* seria mais aplicável. Ambos os cenários exigem conhecimentos e comportamentos específicos para atuação dentro de padrões legitimados pelas práticas do estado de direito, o que envolveria toda a estrutura empenhada. Contudo, este tema exigiria o aprofundamento em seu estudo, face às peculiaridades identificadas, por permitir a conjectura da existência de dois modelos de atuação ou, talvez, de dois modelos de instituições.

O ETHOS MILITAR COMO IDENTIDADE SOCIAL

Everett Hughes³³ afirma que os grupos profissionais tendem a construir representações coletivas, peculiares ao seu trabalho, que se constituem uma das partes mais importantes de sua identidade social³⁴. Goffman reforça este conceito e ressalta que “a identidade pessoal, assim como a identidade social, estabelece uma separação, para o indivíduo, no mundo individual das outras pessoas” (1988, p. 77). Ao considerar as questões sobre o trabalho, identidade e separação, o que dizer, então, dos integrantes de organizações com características de *instituições totais*³⁵, como as organizações militares? Sobre este tema Girardet³⁶ esclarece o fenômeno da separação, ou afastamento do militar do não militar, o “paisano”:

“Com efeito, ao mesmo tempo em que as dragonas conferem àqueles que as portam uma igualdade recíproca e absoluta, elas os separam da massa de seus concidadãos, os “paisanos”, os “burgueses” e os colocam num plano moral diferente daquele do restante da nação. Impõe às suas consciências outras exigências, submetem suas

³¹ Emprego esta categoria, elaborada por Mary Kaldor, tomando como base às chamadas “novas guerras” ou “guerras da pós-modernidade”. Este termo designa um novo tipo de violência organizada que não distingue os conflitos entre Estados, ou grupos com motivação política, com o crime organizado, envolvendo grupos com objetivo financeiro, e com as violações massivas dos direitos humanos. (MOURA, Tatiana. “Novíssimas Guerras, Novíssimas Pazes. Desafios Conceptuais e Políticos”. Comunicação apresentada no Painel “Novíssimas Guerras, Novíssimas Pazes” do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, CES, Coimbra, 17 de setembro de 2004).

³² Emprego esta categoria para designar os delitos típicos das cidades e de concentrações urbanas, que requereria conhecimento específico sobre mediação de conflitos por parte dos agentes da lei.

³³ HUGHES, Everett. *Men and Their Work*. Connecticut: Greenwood Press Print, 1981, p. 43.

³⁴ “A categoria e os atributos que ele [o indivíduo]... prova possuir, [...]” (GOFFMAN, 1988, p. 12)

³⁵ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 2ª reimp. da 7ª Ed de 2001. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 11)

³⁶ GIRARDET, Raul. *A Sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias* (José Lívio Dantas trad.). Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, p 73.

vidas a outras leis que não aquelas que regem a existência da maior parte de seus concidadãos.” (2000, p. 63)

Castro³⁷ aponta para a suposta razão deste distanciamento; algo que distingue os dois universos, o militar e o civil, e caracteriza o primeiro pelo chamado “espírito de corpo”:

“[...] comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (espírito de corpo), mesmo que freqüentemente aos preços de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.”

O “espírito de corpo”, assim como o “espírito militar”³⁸, são representações sociais³⁹ do “militarismo” que, juntamente com outros atributos, constituem características da identidade adquirida, ou incorporada, pelos processos de socialização da instituição militar. Estes processos, de uma forma geral, como asseveram Berger e Luckmann⁴⁰, estão implicados na formação e conservação de um *ethos*⁴¹ institucional. Neste caso, estamos diante de um *ethos* militar que tem na hierarquia e na disciplina seus pilares, e que acaba por definir e afastar dois mundos, o “intramuros” e o “extramuros”.

Este *ethos* militar gerou um modelo aplicado à organização profissional das polícias ostensivas brasileiras. Sua adoção, segundo Muniz (1996), obedeceu ao processo histórico, narrado anteriormente, e é caracterizado pela evocação imagens do universo propriamente militar. Estas imagens estão presentes na própria designação institucional (Polícia Militar), como também em sua estrutura burocrática (Batalhões, companhias, pelotões). Desta forma, não é difícil constatar que o paradigma militarista e, talvez, o penalista orientam as ações no campo da segurança pública. Tal assertiva é identificada nas representações que permeiam, ainda, qualquer discussão sobre as questões relativas à segurança pública:

³⁷ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 31.

³⁸ Girardet esclarece que “o papel do soldado tendia a reduzir-se à aplicação mecânica das ordens que ele recebia. Era no espírito de obediência que acabava por se resumir o ‘espírito militar’”. (GIRARDET, op. cit., p. 73)

³⁹ “As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação - a compreensão e o domínio do ambiente social - material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam caracteres específicos no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica.” (JODELET, 1984 *apud* PONCIONI, Paula. *Tornar-se Policial: A construção da Identidade Profissional do Policial do Estado do Rio de Janeiro*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia. USP, 2003, p. 11)

⁴⁰ BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 228.

⁴¹ Na perspectiva de Geertz, *ethos* são “os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos”. (GERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p 93)

“As metáforas militares também colorem as expectativas públicas em relação às polícias ostensivas. Alegorias associadas à simbologia da guerra como o ‘combate’, o ‘confronto’, o ‘inimigo’ etc. são empregadas tanto no senso comum quanto na mídia para descrever as ações da polícia e para cobrar iniciativas e formas de intervenção. Também são freqüentes as fabulações que vinculam a função de polícia a uma ‘guerra contra o crime’ e, mais recentemente, a uma ‘guerra às drogas’. Alguns aspectos, sobretudo aqueles mais imediatamente apreensíveis, favorecem a cristalização dessas metáforas, parte delas até condizente com a realidade policial militar.” (MUNIZ, 1999, p. 112).

Alguns pesquisadores questionam a aplicabilidade deste modelo, quando o relacionam ao trabalho de polícia preventiva pelo o paradigma prevencionista. Esta crítica estaria fundamentada na impropriedade do *ethos* militar, quando confrontado com a magnitude e diversidade de forças sociais e as múltiplas e diferentes facetas do trabalho policial, em face de uma lógica eminentemente reativa, pautada em indicadores quantitativos e não qualitativos. Kant de Lima⁴² identifica dois aspectos a de influência negativa deste *ethos*:

“Primeiro, quanto a sua organização interna e quanto a suas relações externas com outras instituições da sociedade: sendo a Polícia Militar uma organização subordinada, seus oficiais são subalternos aos oficiais das Forças Armadas. [...]. Em segundo lugar mantém da hierarquia militar a estrita obediência e a negação da autonomia, que, se pode ser indispensável às funções a serem executadas no cenário da guerra, revelam-se obstáculos importantes na atuação policial, tanto no que diz respeito a sua necessária autonomia de decisão na prática de suas funções profissionais, quanto no modo pelo qual se deve fazer a avaliação de sua conduta na eficácia obtida na mediação dos conflitos, medida não pelo grau de obediência a ordens superiores, mas pela sua criatividade na condução de negociações bem sucedidas.”

Efetuando a análise da crítica de Kant, sobre as representações militares de obediência e negação da autonomia necessária à mediação de conflitos, identifiquei duas dimensões distintas, aparentemente antagônicas, que na verdade as entendo como complementares. A primeira trata da organização militar como forma de administração⁴³ dos recursos humanos e materiais; tal dimensão envolveria o universo militar propriamente dito, o “intramuros”: o quartel. A segunda dimensão envolveria a o lócus da ação policial: a rua. No universo da “rua” ocorreria a interação entre os dois mundos, o “militar” e o “civil”, e que exigiria uma performance mais apurada do ator policial, que transcenderia ao simples cumprimento de ordens superiores. Desta forma temos duas categorias de significação sociológica: o “quartel” e a “rua”.

⁴² KANT DE LIMA, Roberto. *Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas*. In: ZAVERUCHA, Jorge (org). *Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219.

⁴³ Entendam-se como as ações de planejamento, execução e controle; a seleção e preparação de pessoas; e aplicação dos recursos logísticos.

Tomando como referência o clássico de Roberto da Matta, “A Casa e a Rua”⁴⁴, proponho considerar o “quartel” como a “casa”, o espaço privado do militar onde estão “os nossos”, que devem ser protegidos e “favorecidos” – pelo espírito de corpo – e onde as representações são socializadas por meio de metodologia peculiar. A “rua”, como em Da Matta (1985), é o espaço público; um espaço “hostil” onde não valem as leis e os princípios éticos, a não ser sob a vigilância da autoridade que viria do “quartel”. A rua, então, é o espaço de ocorrência de fatos onde a convivência e solução dos problemas dependeriam de uma negociação constante, entre desiguais: A autoridade, os cidadãos e as pessoas.

A “rua”, também, seria o espaço onde as regras militares do “quartel” se flexibilizariam, e uma nova regra pautaria o comportamento dos iguais, dos militares: a regra da “rua”. Desta forma, o “quartel” e a “rua” representariam categorias que constituiriam: “[...] esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disto, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DA MATTA, 1985, p.12).

A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POLICIAL

“A profissão policial como uma ocupação privilegiadamente complexa, difícil, e séria, em que freqüentemente são exigidos de seus praticantes a iniciativa, o julgamento e a decisão para responder às variadas demandas, usando a força quando necessário”⁴⁵. Diante desta constatação, devemos imaginar a amplitude requerida pelos processos de socialização dos conhecimentos, necessários para lidar com situações que, normalmente, causariam repugnância, medo, ou paralisia em outros. Kant de Lima (1997) evidencia o modelo de socialização praticado nas organizações policiais:

“A formação policial entre nós [no Brasil] tem sido tradicionalmente centrada na idéia de ‘treinamento’, onde se busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas, como as questões da infância e da adolescência, das drogas, da discriminação social, racial, de gênero, do idoso etc. Em suma, ‘condicionamos’ o policial para obedecer ordens irreflexivamente, a comando, para depois colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das ruas, esperando que ele aja reflexivamente, e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio.”

⁴⁴ DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁴⁵ BITTNER, Egon. *Aspects of police work*. Boston, MA: Northeastern University Press, 1990 apud PONCIONI, 2003, p 187

Além de Kant de Lima, outros pesquisadores observam que os processos de socialização profissional privilegiam uma teoria distanciada da prática das ruas (MUNIZ, 1999, p.153-180; PONCIONI, 2003, p. 190-25; e CARUSO, 2004, p. 95-134). Assim, o que é socializado formalmente não tem ou não teria respaldo no cotidiano⁴⁶, segundo os principais atores deste cenário: os policiais. O fazer prático, então, seria resultante de uma socialização informal gerada no interstício entre o “quartel” e a “rua”, e colocaria estes dois campos de saber em confronto permanente.

A prática da “rua”, orientada pela visão militar do “combate ao crime”, fortaleceria o conceito, no senso comum, de que esta seria a missão precípua das instituições policiais. Este entendimento acaba por promover a distinção de dois “tipos” de policial: o policial de quartel - o burocrata - e o policial de rua - o operacional. Tal conceito é percebido amplamente pelo público e pelos próprios policiais, e acaba por gerar e fortalecer outro arquétipo: o “guerreiro”. Nesta perspectiva, o “*ethos* guerreiro [o policial *de rua*, o operacional] é paulatinamente sedimentado na identidade profissional do policial como um importante requisito para que ele possa, ‘com sucesso’, realizar a árdua missão do ‘combate real’ à criminalidade.” (PONCIONI, 2003, p 187).

Embora não falem críticas em relação ao modelo militarista adotado pelo Estado para sua força policial de patrulhamento ostensivo, como também ao *ethos* guerreiro, desenvolvido na prática diária do confronto com criminosos armados, o fato concreto é: este é o modelo vigente, e que contribuiu para o processo de institucionalização e construção da identidade social da Polícia Militar; que assim será, até que seja mudado pelos os mandatários, quando entendermos que não esteja mais atendendo às necessidades sociais; quanto maior o conhecimento sobre estas instituições, melhor o entendimento sobre dever ou não mudá-las. Desta forma, procurarei construir a visão do *empoderamento* bélico e tático da força policial do Rio de Janeiro desde 1920, quando recebeu a denominação de Polícia Militar, até nossos dias, confrontando com a evolução da criminalidade.

A EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOS CONFRONTOS ARMADOS NA ÓTICA DO POLICIAL MILITAR

Durante as entrevistas com os policiais do BOPE, verifiquei a percepção recorrente nos relatos dos policiais mais *antigos*⁴⁷, sobre uma suposta relação entre a evolução bélica dos

⁴⁶ Cf. CARUSO, 2004.

⁴⁷ Neste caso, a categoria “antigo” se refere aos policiais com mais tempo de serviço prestado à corporação.

narcotraficantes com o conseqüente aumento dos “confrontos armados” e da violência. O final da década de 50 constitui o marco mais distante da história oral destes policiais. Os fatos narrados foram fixados na mente destes policiais, pela forma recorrente como a mídia tratava os “casos de polícia”, onde a destreza dos marginais e dos policiais eram enaltecidas, em momentos distintos, como se quisessem promover uma disputa entre eles. A mídia teria tornado este período em uma “fase romântica”, em que os marginais seriam caracterizados pela “malandragem”, por viverem na boemia envolvidos com prostitutas, cabarés, bebidas, pela destreza no carteadado, e pela capacidade de ludibriar a polícia com fugas espetaculares das “batidas policiais”.

Segundo estes interlocutores, os criminosos mais violentos eram assaltantes de bares, lojas e pequenos comércios. As mortes ocorriam durante os assaltos, em distância reduzida e seriam motivadas pela reação dos proprietários ou usuários. As armas mais utilizadas pelos criminosos eram a navalha, o revólver calibre 32 e 38 e pistola calibre 45, em alguns casos. Nesta época, o fato mais marcante teria ocorrido em Duque de Caxias, onde o bando do assaltante “Mineirinho”⁴⁸ teria, supostamente, invadido um posto da PM, assassinado os policiais e roubado suas armas. O armamento utilizado pela polícia era revólver calibre 38, e submetralhadoras *Thompson*⁴⁹ e *INA*⁵⁰, ambas de calibre 45.

Na década de 60 o crime evolui para assaltos que marcaram a época, como o “Assalto ao Trem Pagador”. O armamento dos criminosos continuou o mesmo, mas suas táticas foram aprimoradas e os nomes, ou melhor, vulgos, começavam a surgir na mídia, como: Mineirinho, Tião Medonho, Caveirinha, Fidel Castro e Cara de Cavalo. Da mesma forma, pelo lado da polícia nomes foram consolidados, como os detetives: Perpétuo, Le Cocq, Sivuca e Americano. A imprensa, falada e escrita, explorava as ações criminosas tanto quanto as policiais. Entre os confrontos, que começavam a surgir, tomou vulto o que resultou a morte do detetive Le Cocq, pelo criminoso “Cara de Cavalo”. A curta distância ainda caracterizava os poucos confrontos com armas de fogo⁵¹.

⁴⁸ Vulgo de José da Rosa Miranda, conhecido assaltante e autor de 9 homicídios. Com fama de enfrentar policiais, foi encontrado morto no dia 30 de abril de 1962, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. RIBERIO, Otávio. *Barra Pesada*. Coleção Edição do Pasquim Vol. 12. Rio de Janeiro: CODECRI, 1977, p. 14-35.

⁴⁹ Arma de fabricação americana, produzida a partir de 1919, conhecida pela arma preferencial dos gangsteres de Chicago-EUA nos anos 20 e 30.

⁵⁰ INA, de Indústria Nacional de Armamento. Arma fabricada no Brasil nos anos 50.

⁵¹ Revólveres, pistolas e submetralhadoras.

Na narrativa dos interlocutores, até meados dos anos 70, a PM concentrava sua atenção nas ações de manutenção da ordem pública e nada tinha a ver com patrulhamento ostensivo. Quando começou a mobilização contra a ditadura, no final dos anos 60 e durante os anos 70, a PM reprimia as manifestações públicas, para “preservar a ordem”, enquanto o crime evoluía. Os policiais entrevistados apontaram que a PM foi usada como o “braço armado” da repressão política, por estar subordinada ao Exército. Esta visão de sujeição é apresentada por Muniz (1999) que relata desde a década de 30 as polícias militares eram estruturadas à imagem e semelhança das unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular⁵² e a ele deveria se subordinar⁵³. A Constituição de 1967 acompanhou este modelo, quando atribuiu à PM a manutenção da ordem pública e a segurança interna. Contudo, por meio de decreto-lei⁵⁴, as corporações militares estaduais estavam autorizadas a exercer o policiamento ostensivo fardado, o que poderia representar no retorno da PM às atividades de polícia (ibidem, p.77-75).

Segundo os relatos dos interlocutores, o cenário criminal da década de 70 foi marcado pelos assaltos a bancos. Estas ocorrências foram encaradas, inicialmente, como crime de motivação política: “Diziam que eram estudantes e militantes de esquerda. No início até podia ser, mais depois, a *vagabundagem* [sic] entrou na onda, era assalto a banco sem parar, parecia que todo mundo tinha virado comunista” (Oficial do BOPE, possuidor do curso de Operações na Selva do EB, que ingressou na PM nos anos 70). Este tipo de delito, então, era tratado pela extinta Lei de Segurança Nacional (LSN). Criminosos comuns passaram a ser encarcerados juntamente com presos políticos no Instituto Penal Candido Mendes, na Vila Dois Rios, na Ilha Grande. Segundo os relatos dos policiais militares entrevistados, a promiscuidade entre os presos resultou na criação de uma organização fundamentada em uma ideologia⁵⁵:

“Paz, justiça e liberdade é um fundamento ideológico. Embora os marginais de hoje não tenham a capacidade de perceber isso, os fundadores tinham [...] aprenderam

⁵² Determinado pela Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936.

⁵³ A Carta Magna de 1946 determinava: “As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos estados, territórios e no distrito federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares reserva do exército.” (MUNIZ, 1999, 72).

⁵⁴ Decreto-Lei nº 317 de 13 de março de 1967.

⁵⁵ O “mito de origem” da criação das facções criminosas no Presídio Candido Mendes, na Ilha Grande, e sua fundamentação ideológica pode ser comprovada ou refutada por vários trabalhos acadêmicos e memórias registradas em livro como: PIMENTA, Carlos. *Ilha Grande. Sucursal do Inferno*. Belo Horizonte: Almeida Artes Gráfica Editora, 1998; MACHADO, Catia Conceição Faria. *Revolucionários, Bandidos e Marginais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, como forma de obtenção parcial do grau de Mestre em História, 2005; e MISSE, Michel. *A constituição e reprodução das redes de mercado informal ilegal de drogas a varejo no mercado informal do Rio de Janeiro e seus efeitos de violência*. www.necvu.ufrj.br/arquivos/0%20movimento.pdf.

isto com os intelectuais de esquerda, presos no Instituto Penal Candido Mendes da Ilha Grande [...] ninguém ainda percebeu, se perceberam não comentam, pois estes fundamentos estão no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, só que em sentido invertido. Na mesma parte [do preâmbulo da Declaração Universal], há uma espécie de advertência, que alerta se estes bens não forem protegidos [pelo Estado], as ‘pessoas’ poderão se insurgir contra a ‘tirania e opressão’. Isto é ou não um fundamento ideológico?” (Oficial da reserva da PM, *caveira*, ex-integrante do BOPE).

A droga passa a ser percebida como um problema grave a partir dos anos 80. Os interlocutores apontam a abertura política como um fator concorrente ao enfrentamento do tráfico de entorpecentes:

“A anistia trouxe de volta os exilados políticos. [...] isto não foi o problema, a verdadeira questão estava na forma como eles percebiam a polícia. Eles [os anistiados] foram eleitos para cargos políticos. Pregaram a mudança da polícia, mas na verdade não sabiam como fazer isto, e a PM também não. [...] Passaram a limitar as ações policiais e o Comando da PM aceitou. Com a inércia da polícia os traficantes fizeram a festa [...] se organizaram e se estruturaram nas favelas, era onde o poder público menos atendia.” (Oficial da Reserva da PM, *caveira*, ex-integrante do BOPE).

Alguns interlocutores apontam outro fato que, juntamente com a questão política, ajudou a construir o cenário que vivemos na atualidade, o discurso mais esclarecedor observa:

“A produção da droga em escala industrial nos países andinos, no início dos anos 80, fez os preços despencarem no Brasil. A Rota Sul, que partia da Colômbia e passava pelo Rio de Janeiro rumo a Europa, começou a abastecer o mercado de drogas do Rio [de Janeiro], que antes era rota de passagem e a droga principal era a maconha. A cocaína que era droga de rico passou a ser oferecida por preços ‘acessíveis’ [no Rio de Janeiro]. [...] a demanda reprimida diante da oferta abundante, fez o negócio da droga render muito, e os traficantes a se capitalizarem rapidamente. Com o dinheiro compraram armas cada vez mais poderosas [...] começaram com pistolas, depois submetralhadoras e, finalmente, os fuzis de assalto. Com grupos fortemente armados, a facção mais agressiva passou a tomar os pontos de venda de drogas da concorrência nas favelas [...] o lado [facção] agredido começou a comprar armas para proteger seus pontos da invasão. Foi o início da ‘Guerra do Rio’ que dura até hoje.” (Oficial da Reserva da PM, *caveira*, ex-integrante do BOPE).

Em relação ao recrudesimento dos confrontos armados nos anos 80, entre a polícia e os grupos criminosos, um oficial observa:

“[...] quando o candidato ao governo do [Estado do] Rio foi eleito, após os quatro anos de retraimento da polícia, com um discurso novo de enfrentamento, talvez por conta da pressão da opinião pública, o Estado passou a empregar a polícia contra os grupos criminosos. [...] os confrontos com os marginais se tornaram mais violentos, mais letais e passaram a ocorrer em maiores distâncias. Muitos policiais morreram em razão da falta de preparo técnico, para este novo tipo de confronto, e do armamento inferior. Esta inferioridade [bélica] só foi equilibrada com o empréstimo

de fuzis [FAL] do Exército, em meados dos anos 90. O marco da luta contra o narcotráfico foi o caso da Rocinha [1988] quando o Naldo [Chefe do tráfico local] fez disparos de fuzil do alto do morro [...] diante deste cenário ou você se corrompe, ou você se omite, ou vai para guerra. O BOPE optou ir para guerra, subiu a Rocinha e pegou o Naldo, Buzunga e Brasileirinho [traficantes da Rocinha], daí passou a atuar efetivamente nas ‘áreas de risco’. Até hoje não saiu de lá, e pelo jeito não vai sair tão cedo.” (Oficial da PM, *caveira*, ex-integrante do BOPE).

Com base nesta visão dos policiais, proponho uma classificação das fases do confronto pela relação entre o armamento utilizado pela polícia e pelos grupos criminosos, a distância dos confrontos e gradiente de letalidade, que neste caso será estimado com base nas fases anteriores:

Quadro 1

Sistema Classificatório das Fases de Confronto Policial

Fase	1-Romântica	2- da Repressão	3 – da Difusão do Tráfico	4 – Beligerante	5 – Guerra Urbana
Período	Década de 50 e 60	Década de 70	Década de 80	Década de 90	1ª Década do Século XXI
Modalidade Criminosa Relacionada	Jogo: Roubo a estabelecimento comercial	Roubo a banco	Roubo a banco; e Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas	Tráfico de drogas
Armas dos Criminosos	Revólver .32 e .38 Pistola .45	Revólver .32 e .38 Pistola .45	Pistolas 9 mm Smtr 9 mm Cal 12 Fuzil 5,56 mm	Pistolas 9 mm Smtr 9 mm Fuzil 5,56 mm e 7,62 mm Granadas de mão	Pistola 9 mm Fuzil 5,56 mm e 7,62 mm Granadas de mão
Alcance Máximo das Armas dos Criminosos	Até 800m	Até 800m	Até 2500m	Até 3000m	Até 3000m
Armas da Polícia	Revólver. 38 Pistola .45 Smtr .45	Revólver. 38 Pistola .45 Smtr.45 Cal 12	Revólver. 38 Pistola .45 Smtr 9 mm Smtr .45 Cal 12	Revólver. 38 Pistola 9mm Smtr 9 mm Cal 12 Fuzil 7,62	Pistola 9mm Pistola .40 Cal 12 Fuzil 7,62 e 5,56mm
Alcance Máximo das Armas dos Policiais	Até 800m	Até 800m	Até 800m	Até 3000m	Até 3000m
Distância Real dos Confrontos	Até 5 m	5 a 15 m	5 a 30 metros	10 a 50 metros	15 a 100 m
Letalidade	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta

Ao analisar os dados do Quadro 1 podemos estabelecer algumas inferências. A evolução bélica foi um processo gradual que acompanhou as modalidades criminosas relacionadas ao emprego de arma de fogo, agregando letalidade aos confrontos entre

quadrilhas e as forças policiais e, posteriormente, entre as próprias quadrilhas que disputavam a hegemonia do controle do tráfico. Os confrontos começam a tomar maiores dimensões no final dos anos 60, com a espetacularização midiática das ocorrências nas rádios e jornais. Este fenômeno acabou por gerar uma disputa entre dois grupos na Polícia Civil, que adotavam formas diferenciadas de resolução do problema: um grupo liderado pelo Detetive Le Cocq, caracterizado pelo confronto e hoje conhecido como “bandido bom é bandido morto”; e o outro pelo Detetive Perpétuo, caracterizado pela resolução de problemas sem o emprego de armas de fogo e com a prisão do criminoso.

A Fase 3 – Difusão do Tráfico - foi um marco no aumento da letalidade nos confrontos. A introdução do armamento utilizado em guerras convencionais, como o fuzil no calibre 5,56 mm, aumentou o alcance dos projéteis e, por seguinte, a vitimização de inocentes pelas “balas perdidas”. Nesta fase, observa-se que as forças policiais não acompanharam a evolução do armamento dos criminosos, o que só ocorreu a partir de meados da Fase 4 – Beligerante, se consolidando na Fase 5 – Guerra Urbana. Este “equilíbrio bélico” e a introdução de novas armas e técnicas utilizadas em guerras não convencionais acabaram por aumentar, ainda mais, a letalidade dos confrontos. Contudo, para melhor compreensão do processo da evolução do confronto policial e suas conseqüências, seria necessário relacionar o sistema classificatório com as séries históricas de morte por arma de fogo. Deixo de fazê-lo, neste momento, por não ser objeto desta pesquisa.

A GÊNESE DO BOPE

“[1974] A situação era crítica e nós não tínhamos condições técnicas para atuar naquela crise. Aconselhei não invadir, mas fui voto vencido [...] decidiram entrar com o pessoal do DAE [Destacamento de Atividades Especiais da PM que atuavam em situações semelhantes ao Goeap]. Sabia que não daria certo.” (Paulo Cesar Amendola de Souza, Tenente Coronel PM Reformado).

Em 1974, durante a Fase 2 (ver Quadro 1), quatro internos do Presídio Evaristo de Moraes, conhecido como Galpão da Quinta da Boa Vista, rebelaram-se após uma frustrada tentativa de fuga. Tomaram como refém funcionários do presídio, policiais militares e o próprio diretor do Presídio, o Major da Polícia Militar Darci Bittencourt. A Secretaria de

Estado de Segurança Pública convocou o Grupo de Operações Especiais⁵⁶ (Goesp), da própria Secretaria, para atuar na solução da crise. O Chefe do grupo, o Capitão Paulo Cesar Amendola de Souza, aconselhou não invadir. Contudo a invasão foi executada por outro grupo, o Destacamento de Atividades Especiais da PM (DAE) que atuavam em situações semelhantes ao Goesp. Contudo, a ação resultou na morte de todos os rebelados e de todos os reféns, inclusive o Diretor do Presídio, evidenciando a incapacidade do sistema de segurança pública de agir em situações peculiares que exigissem conhecimentos e treinamento específicos.



Figura 3 - Coronel EB Sotero, Comandante Geral, e Capitão PM Amendola (1978)
(Fonte: Arquivo pessoal do Tenente Coronel PM Paulo Cesar Amendola de Souza)

A partir da rebelião do Galpão da Quinta da Boa Vista, o então Capitão Amêndola começou a estudar as ocorrências com refém, em outros países, e os grupos policiais preparados para agir nestas situações: “A polícia militar não estava preparada para aquele tipo de cenário, a PM estava voltada para a defesa interna e territorial [...], as técnicas policiais [da época] eram pouco aplicáveis nas ocorrências daquela natureza”. Em 12 de janeiro de 1978, de posse de um projeto elaborado ao longo de 1976 e 1977, o Capitão Amendola propôs ao Coronel EB Mario José Sotero de Menezes, Comandante Geral da PMERJ (Figura 3), a criação de um grupo para atender ocorrências que fugissem à capacidade física, técnica e psicológica das unidades da PM.

⁵⁶ “Grupo de Operações Especiais (Goesp) criado em 4 de julho de 1969, na gestão do General Luís França de Oliveira, então Secretário de Segurança Pública. Subordinado à Secretaria de Segurança Pública, era constituído de policiais militares e policiais civis treinados nas Forças Armadas, para atuar no enfrentamento de grupos guerrilheiros”. (Paulo Cesar Amêndola de Souza, Tenente Coronel PM Ref.)

O processo de seleção, treinamento, emprego e controle deste novo grupo, deveriam obedecer a fundamentos rígidos, e “mais do que isto tudo, o grupo deveria ter uma *mística* própria”, como observa o Tenente Coronel Amendola. No Boletim da PM nº 14, de 19 de janeiro de 1978, foi criado o Núcleo da Companhia de Operações Especiais – NuCOE. A nova unidade ficou subordinada, operacionalmente, ao Chefe do Estado-Maior da PMERJ, instalando-se, inicialmente, em barracas de campanha, montadas no espaço compreendido entre os prédios da Escola de Formação de Oficiais da PMERJ⁵⁷ e do CFAP, no bairro de Sulacap.



Figura 4 - Os fundadores do NuCOE (1978)

(Fonte: Arquivo pessoal do Tenente Coronel PM Paulo Cesar Amendola de Souza)

Durante o I Curso de Operações Especiais, em 1978, o Capitão Amendola, juntamente com sua equipe de instrução (Figura 4), escreve a canção da unidade em duas estrofes e um refrão, de uma forma “[...] simples como devem ser os homens de operações especiais, transparente na divulgação de seus valores, e preciso na mensagem a ser enviada para todos.” (Tenente Coronel Amendola). Amendola explica que tudo relacionado ao NuCOE “era feito com muito sacrifício”, pois, não havendo recursos financeiros ou materiais, sua equipe improvisava, “dava seu jeito” para realizar as tarefas. Na falta de instalações adequadas, alojavam-se em barracas de campanha emprestadas do Exército. Na falta de meios e locais para treinamento, eles construíam pistas de obstáculos e pistas de tiro, utilizando troncos de árvore e material improvisado, o que dava o tom de rusticidade à construção e ao próprio grupo. “Sacrifício pela causa do grupo e rusticidade como fundamento, eram as principais

⁵⁷ Atual Academia de Polícia Militar D. João VI.

características dos integrantes fundadores do NuCOE”, segundo Amendola. Estas categorias seriam incorporadas ao processo de treinamento, como veremos mais adiante.

Lealdade, destemor, e integridade serão os primeiros lemas,
desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade,
a qualquer hora, a qualquer preço.
Idealismo como marca de vitória.

Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos,
criminosos declarados e, em igualdade, derrotamos os omissos.
Guerra sem trégua, heróis anônimos,
Operações Especiais!

E o Batalhão, coeso e unido,
não recua ante adversidades.
Com ousadia enfrentamos realidade.
Vitória sobre a morte é a nossa glória prometida.
Hurra!
(Canção do BOPE - Letra de Paulo Cesar Amendola de Souza - 1978)

Em 1980, a unidade adota seu polêmico emblema (Figura 5): um disco preto, representando o luto permanente, ornado por uma borda em vermelho, representando o sangue derramado em combate; no centro do disco se inscreve um desenho de crânio humano, representando a morte, com um sabre de combate o trespassando de cima para baixo, representando a vitória sobre a morte em combate; o conjunto é ornado por duas garruchas douradas cruzadas, que simbolizam, internacionalmente, a polícia militarizada. “Começava nascer a ‘mística’ da unidade de operações especiais”, conforme declaração do Tenente Coronel Amendola, onde a “glória prometida” seria a vitória sobre o que mais se poderia temer no combate: a morte.



Figura 5 - Brasão do BOPE

Ainda em 1980 é adotado o distintivo do Curso de Operações Especiais (Figura 6). O conjunto do centro do emblema da unidade passa a integrar o símbolo da conquista daqueles que terminam o processo de treinamento, sendo ornado com dois ramos de louro representando a vitória pelo sacrifício da passagem. Os iniciados passam a ostentar a marca de sua “glorificação”, o pacto estabelecido na promessa de “vitória sobre a morte” para aqueles que conseguissem terminar o programa de treinamento, o COEsp.



Figura 6 - Distintivo do COEsp

O BOPE HOJE

“[...] somente no ano de 2007, foram mais de 2.200 horas de operação contra o crime, 100% em área de conflito, uma média de 06 horas operadas por dia, durante 365 dias do ano, num total de 52 marginais presos e 40 mortos em confronto; 78 armas apreendidas, dentre as quais 18 fuzis de assalto, 39 pistolas, 12 revólveres, 01 metralhadora e 05 granadas; além de apreensão de drogas e recuperação de automóveis roubados. [...] A Unidade de Intervenção Tática, subunidade do BOPE, especializada em resgate de reféns, foi empregada em 06 ocorrências de crise com tomada de reféns, resgatando com vida e sem ferimentos todas as pessoas que se encontravam sob o jugo de armas, de psicopatas e assaltantes. Nove cidadãos fluminenses tiveram suas vidas salvas diretamente pelas mãos de nossos policiais.” (Tenente Coronel Alberto Pinheiro Neto, Ordem do Dia do aniversário de 30 anos do BOPE – 19 de janeiro de 2008).

Por resolução do Comandante Geral da Corporação, publicada no Boletim da PM nº 33, de 07 de abril 82, o então NuCOE passou a integrar o estado efetivo do Batalhão de Polícia de Choque – BPChoque, recebendo a designação de Companhia de Operações Especiais – COE. Em 27 de junho de 1984, pela publicação em Boletim da PM nº 120, a COE passou a ser novamente denominada de Núcleo da Companhia de Operações Especiais – NuCOE,

funcionando, ainda, nas instalações físicas do Regimento Marechal Caetano de Farias⁵⁸, ficando subordinado administrativamente ao BPCChq, e retornando sua subordinação operacional ao Chefe do Estado Maior. Posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 11.094 de 23 de março de 1988, foi criada a Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE, subordinada ao Comandante Geral. Finalmente, pelo Decreto nº 16.374 de 01 de março 1991 foi criado o Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, ampliando a estrutura da CIOE.

Atualmente o emprego do BOPE, em situações críticas ou missões específicas, está regulado pela Nota de Instrução nº 004/02 – EMG, publicado no Boletim da PM nº 090 de 18 de maio de 2007. Para cumprir sua missão o batalhão possui cerca de 400 policiais militares, distribuídos em três grupos orgânicos: Unidade de Intervenção Tática, empregada em ocorrência que envolva a tomada de reféns; Unidade de Operações em Áreas de Risco, empregado nas operações em que as unidades policiais chamadas de convencionais são conseguem atuar; Seção de Instrução Especializada⁵⁹, responsável pelos cursos e treinamentos do efetivo do BOPE, de unidades da PMERJ e de outras corporações militares e policiais; Seção de Doutrina e Pesquisa, responsável pela pesquisa e gerenciamento de projetos; Seção de Educação Física, responsável pelo treinamento e acompanhamento físico dos integrantes do batalhão; e Grupo Administrativo, responsável pelas tarefas administrativas das seções do batalhão, como a Seção de Pessoal, a Seção de Inteligência, a Seção de Operações e a Seção Administrativa.

Para o ingresso no BOPE existem três portas de entrada, exclusiva para policiais militares: o Curso de Operações Especiais; o Curso de Ações Táticas⁶⁰; e ser possuidor de alguma especialização requerida para diversas atividades das seções da unidade. Contudo, é fundamental ser voluntário, ser indicado por um integrante do BOPE e passar pelo crivo da Seção de Informações do BOPE. Soldados recém formados no CFAP, egressos das Forças Armadas e possuidores de cursos considerados como equivalentes ao COEsp⁶¹, são recrutados para servirem no BOPE. Porém, é comum que estes policiais busquem realizar o COEsp. O

⁵⁸ Localizado na Rua Salvador de Sá nº 2, no Centro do Rio de Janeiro.

⁵⁹ Ao longo da história do BOPE, a SIEsp treinou várias corporações policiais e outras forças de segurança, como a Força Nacional, os efetivos das Forças Armadas do Brasil, que foram enviadas em Missão de Paz para o Haiti, a Polícia Federal e órgãos de segurança dos três poderes. Conforme informação do comandante do BOPE, ao longo de 2006 e 2007, 1.657 policiais e militares de 12 forças diferentes foram treinados pela SIEsp.

⁶⁰ Curso de especialização de policiais, para atuarem em áreas de risco e ocorrências com refém, de quatro semanas de duração, tendo formado, desde 1996, 493 policiais e militares de diversas forças.

⁶¹ Curso de Comandos e Operações na Selva, no Exército, e Comandos Anfíbios na Marinha.

mesmo ocorre com os possuidores do Curso de Ações Táticas, pois concluir o COEsp é estar no topo da hierarquia de valores de um sistema onde prevalece o *ethos* guerreiro, “é ser reconhecido pelos demais, é se tornar referência” (Aluno do COEsp 06/I, ex-fuzileiro naval, possuidor do Curso de Comandos Anfíbios).

CAPÍTULO II

O CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – COEsp

“O Batalhão de Operações Policiais Especiais é a última linha de defesa da sociedade. Se falharmos em nossa missão, nada deterá a sanha dos criminosos contra as pessoas de bem.” (Coronel PM Humberto Mauro Ramos de Oliveira - Comandante do BOPE - Aula Inaugural do VIII COEsp – 2006)

O Curso de Operações Especiais, grosso modo, é um programa de treinamento que tem por objetivo socializar conhecimentos e desenvolver habilidades específicas de policiais que se submetem voluntariamente ao processo que os prepara para atuar como o último nível de “força” empregada pelo Estado. O programa é parte integrante do calendário acadêmico da PMERJ, que é preparado pela Diretoria de Ensino e Instrução⁶² da corporação. Este calendário é publicado no Boletim da PM⁶³, no início de cada Ano Letivo⁶⁴. As atividades acadêmicas do COEsp são realizadas pelo próprio BOPE, que também é considerado como Unidade de Apoio de Ensino⁶⁵.

O planejamento e execução do curso ficam a cargo da Seção de Instrução Especializada do BOPE – SIEsp⁶⁶. O Curso é classificado, funcionalmente, em três categorias que definem o público para o qual ele se destina. O COEsp Categoria “A” tem como objetivo especializar

⁶² A Diretoria de Ensino e Instrução da PMERJ – DEI é responsável pela direção das atividades acadêmicas da Polícia Militar, por meio da avaliação das demandas operacionais e administrativas, pelo planejamento de cursos e estágios, e pela fiscalização e controle das atividades executadas pelas unidades de apoio de ensino da corporação.

⁶³ O Boletim da Polícia Militar é o periódico informativo diário das atividades administrativas e operacionais da PMERJ.

⁶⁴ O Ano Letivo na PMERJ inicia em fevereiro e termina em dezembro, demarca o período de atividades acadêmicas da corporação, que funcionalmente é dirigida pela DEI.

⁶⁵ As Unidades de Apoio de Ensino compõem o grupo de estabelecimentos de ensino da PMERJ, subordinados administrativamente à DEI, como a Academia de Polícia Militar D. João VI - APM, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP e o Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança Pública – CQPS.

⁶⁶ A SIEsp, subunidade do BOPE, foi criada para atender, especificamente, à necessidade de instrução do efetivo da unidade e da Polícia Militar.

os Oficiais Superiores⁶⁷ da Polícia Militar, no que se refere ao planejamento de Estado Maior⁶⁸ em operações especiais; embora seja previsto, nunca foi realizado. O COEsp Categoria “B” tem como objetivo especializar os Oficiais Intermediários⁶⁹, Oficiais Subalternos⁷⁰ e Graduados⁷¹, para comandar equipes de operações especiais. Foram realizados 17 cursos categoria “B” de 1978 a 2008, com 155 concludentes (Quadro 2). O Curso Categoria “C” é destinado à preparação dos Cabos e Soldados, para atuarem como membros de equipes de operações especiais; foram realizados 16 cursos categoria “C”, de 1981 até 2008, com 173 concludentes (Quadro 2). A PMERJ disponibiliza vagas, quando solicitadas, para as Polícias Militares de outros Estados da Federação, para as Forças Armadas, para a Polícia Federal e Polícia Civil, tendo formado, ao todo, 66 policiais e militares de outras instituições desde o primeiro COEsp (Quadro 3).

Quadro 2
Evolução Onomástica dos Cursos de Operações Especiais Categoria “B” e “C”

Curso Categoria “B”	Ano	Nº de Concludentes da PMERJ	Curso Categoria “C”	Ano	Nº de Concludentes da PMERJ
I	1978	12	I	1981	5
II	1980	7	II	1988	15
III	1981	8	III	1990	19
IV	1988	8	IV	1993	12
V	1989	17	V	1995	7
VI	1990	11	VI	2001	7
VII	1991	5	VII	1979*	14
VIII	1995	16	VIII	1980*	5
IX	1996	8	IX	1994*	10
X	1998	13	X	1994*	15
XI	2000	12	XI	1994*	19
XII	2002	14	XII	1994*	12
XIII	2003	5	XIII	2004	10
XIV	2004	7	XIV	2005	8
XV	2005	4	XV	2006	7
XVI	2006	4	XVI	2008	8
XVII	2008	4			
Total		155	Total		173

Fonte: SIEsp/BOPE

* Curso de Ações Especiais reconhecido, pela PMERJ, como equivalentes ao COEsp Categoria “C”

⁶⁷ Compreende os postos de Major, Tenente Coronel e Coronel.

⁶⁸ Refere-se ao planejamento que envolve mais de uma seção do Estado Maior da Unidade, como: a P-1, Seção de Pessoal; P-2, Seção de Inteligência; P-3, Seção de Operações; P-4, Seção de Administração.

⁶⁹ Compreende o círculo hierárquico dos oficiais intermediários: posto de Capitão.

⁷⁰ Compreende o círculo hierárquico dos oficiais subalternos: posto de 1º e 2º Tenente.

⁷¹ Compreende círculo hierárquico dos graduados: 1º, 2º e 3º Sargento.

Quadro 3
Número de Concludentes do COEsp Categoria “B” e “C” por Corporação

Corporação	Concludentes
CBERJ	01
Exército Brasileiro	01
Força Aérea Brasileira	06
Polícia Civil do RJ	03
Polícia Federal	02
PMAC	01
PMAL	08
PMAP	01
PMBA	01
PMCE	01
PMDF	03
PMES	06
PMMA	04
PMMG	01
PMMS	01
PMMT	03
PMPA	07
PMPB	01
PMPE	07
PMPR	01
PMRS	02
PMESC	03
PMSE	02
PMERJ	264
Total	330

Fonte: SIEsp/BOPE

O PROCESSO SELETIVO

As atividades do COEsp iniciam com a publicação do Edital do curso no Boletim da PMERJ, geralmente nos meses de fevereiro ou março. Na publicação é indicada a abertura do período de inscrição⁷², os pré-requisitos exigidos para oficiais e praças, as fases e datas de todas as etapas do processo seletivo e a data do início do curso. São pré-requisitos para a inscrição no COEsp: (1) não estar respondendo a procedimento administrativo disciplinar, penal militar ou penal; (2) no caso de praça, estar no comportamento “Bom”⁷³, no mínimo; (3) no caso de soldado, ter mais de três anos de serviço na corporação; (4) estar desimpedido

⁷² Os policiais militares interessados (Oficiais, até o posto de Capitão, Sargentos, Cabos e Soldados) se inscrevem no curso, por meio de um requerimento em formulário padrão da PMERJ, solicitando ao Comandante de sua unidade autorização para tal fim.

⁷³ O comportamento das praças da PMERJ é classificado de acordo com punições sofridas, ao longo de um período de tempo de serviço, sendo categorizados como: Insuficiente, Regular, Bom, Muito Bom e Excepcional.

de se inscrever em razão de interstício de outros cursos realizados⁷⁴; (5) se oficial, estar no posto de 2º Tenente, 1º Tenente ou Capitão; e (6) receber parecer favorável à inscrição, exarado pelo Comandante da OPM do voluntário.

As expressões que marcam a expectativa da abertura das inscrições para o Curso de Operações Especiais são recorrentes nos relatos dos candidatos. Este fato provoca uma alteração no comportamento dos pretendentes ao curso, acabando por refletir em seu convívio profissional e familiar. O grande número de desligamentos e as histórias sobre suas causas fortalecem o mito de dificuldade do curso, no qual “muitos querem, poucos tentam, e raros os que chegam ao final.” (auxiliar de instrução do COEsp).

“Fiquei esperando a publicação da abertura das inscrições para o COEsp, quando publicou pensei: é agora ou nunca.” (Oficial, 5 anos de serviço na PMERJ, candidato ao COEsp)

“Quando informei ao meu Subcomandante que iria me inscrever no COEsp, ele me perguntou: ‘Tá maluco [sic]? Tá comendo merda [sic]? Se é falta de porrada me avisa que eu escalo um para te bater’.” (Oficial, 7 anos de serviço na PMERJ, candidato ao COEsp)

“Comentei com os colegas do batalhão que iria me inscrever no curso do BOPE; todo mundo começou a me zoar [sic]: ‘Aí Mané [sic], é faca na caveira e nada na carteira! Vai comer cobra e tomar tapa na cara! O que você vai ganhar com isto?’. Virei alvo das brincadeiras.” (Soldado, cinco anos de serviço na PMERJ, candidato ao COEsp)

“Minha mulher pirou: ‘Tá maluco [sic]? Vai fazer aquelas coisas de doido? Depois vai ficar tomando tiro de bandido, sabendo que não vai mudar nada neste país? Pensa bem o que você está fazendo, não quero ficar viúva não?’” (Sargento, 11 anos de serviço na PMERJ, candidato ao COEsp)

“Era meu sonho fazer o curso. Falava com todo mundo que ia me inscrever, desde a Academia. Quando publicava a inscrição, achava que eu não estava bem fisicamente para “aturar” o “tranco” e acabava deixando para me inscrever no próximo curso.” (Oficial, 12 anos de serviço na PMERJ, nunca se inscreveu no curso)

“Quando chegou a notícia [no Batalhão] que eu seria inscrito no curso, todo mundo passou a me considerar: ‘Vai pro [sic] BOPE no Rio de Janeiro? Vai ser *caveira*? Os *cabras* lá são muito macho [sic]! Não tem prá ninguém [sic]!’.” (Sargento, 13 anos de serviço na PM de um Estado do Nordeste, candidato ao COEsp)

“Só em falar com os colegas do meu Batalhão, de minha vontade em me inscrever no curso passei a me sentir diferente, já me via como um *caveira*. Passei a sair para as missões me sentindo mais ousado, mais determinado. Esse negócio mexe com a gente!” (Oficial, 5 anos de serviço na PEMRJ, candidato ao COEsp).

⁷⁴ As Normas Reguladoras dos Cursos da PMERJ estabelecem interstício mínimo a ser cumprido pelo policial que finaliza determinado curso, impedindo que ele se inscreva em outro. O período de impedimento varia com o tempo tomado pelo curso realizado.

Finalizado o período de inscrição nas unidades da PMERJ, os requerimentos são avaliados. Preliminarmente, na própria unidade do interessado e posteriormente na DEI, que pondera cada requerimento segundo as normas referentes aos pré-requisitos para inscrição nos cursos da corporação e do COEsp. Na OPM, o requerimento poderá ser indeferido se não atender os pré-requisitos determinados na publicação. Não é incomum o indeferimento de inscrição por falta de amparo nas normas, ou mesmo em razão de parecer contrário do Comandante. Neste caso, o parecer é fundamentado na possibilidade de perda de efetivo, principalmente de oficiais, causado pela disponibilização do policial militar para o curso pretendido. Após receber os requerimentos encaminhados com parecer favorável, a DEI publica a relação dos inscritos, determinando dia e local dos testes previstos no processo seletivo. Os requerentes passam, a partir desta data, para categoria de “candidatos”.

O Processo Seletivo do COEsp é composto de quatro etapas: exame médico; teste físico; teste psicológico; e pesquisa social. Estas etapas têm o objetivo de verificar a capacidade física, psicológica e a condição moral do candidato ao curso. O exame médico, de caráter eliminatório, é realizado no Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) durante três dias, e é composto por exames clínicos que envolvem: exame ortopédico, cardiológico, patológico, hematológico e audiométrico. O Teste Físico (Quadro 3), de caráter eliminatório, é composto por provas que têm o objetivo de avaliar a capacidade orgânica geral do candidato, sua força muscular localizada de braços, pernas e abdômen, e sua habilidade de deslocamento e permanência estática na água. É realizado durante três ou quatro dias e a ele são submetidos os candidatos aprovados no exame médico.

Quadro 4

Teste Físico do COEsp

Prova	Parâmetro de Aprovação
Tração na barra fixa	Realizar o mínimo de 8 repetições
Flexão abdominal	Realizar o mínimo de 44 repetições
Subida na corda vertical	Alcançar 6 m de altura na corda vertical
Transposição de muro	Transpor um muro de 3m de altura
Passagem no pórtico	Efetuar a passagem pelo pórtico de 6m de altura
Natação	Nadar a distância de 200m em até 6 minutos
Natação equipado	Nadar 50 m em menos de 60 seg
Teste de flutuação estática	Manter o corpo em flutuação estática, durante 15min
Corrida de 10 km	Correr 10 km no tempo máximo de 60 min

Fonte: SIEsp/BOPE

O Exame Psicológico⁷⁵ compreende a avaliação psicológica dos candidatos aprovados no exame físico, por meio da aplicação de bateria de testes específicos e entrevistas, que possui a finalidade de aferir o nível de controle emocional e as aptidões psicológicas para as atividades de Operações Especiais. O Exame não possui caráter eliminatório, contudo indicará ou contra-indicará o candidato para matrícula no curso. A avaliação psicológica do candidato serve como base para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno durante a realização do curso. O exame é composto dos seguintes testes: Teste de Inteligência; Teste de Atenção Concentrada; Teste de Memória Visual; Testes Projetivos; e Entrevista.

O Exame Social compreende a pesquisa dos antecedentes disciplinares e comportamentais do candidato aprovado nos testes físicos. As informações são obtidas nas unidades em que o candidato tenha servido, bem como em seu ambiente familiar e de lazer. É realizado pela 2ª Seção do Estado Maior do BOPE⁷⁶, e se inicia com a publicação do resultado do exame médico no Boletim da PM. O Relatório Final do exame determinará a indicação ou contra-indicação, para a matrícula, do candidato ao COEsp. Todas as fases do processo seletivo são publicadas no Boletim da PM, e o resultado final determina apresentação dos aprovados no BOPE para início do curso.

O PROGRAMA DE TREINAMENTO

O COEsp é realizado pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais. É um programa de treinamento planejado em 4 fases distintas (Quadro 4), distribuídas ao longo de 17 semanas e se propõe a compartilhar e desenvolver conhecimentos, treinar habilidades e identificar atitudes, que são entendidos como fundamentais às atividades de operações especiais no âmbito da segurança pública. As matérias são distribuídas pelas fases de acordo com um nível crescente de complexidade, de forma que o aluno só atinja a fase de seguinte se tiver alcançado a condição básica necessária, considerada como pré-requisito. A estrutura pedagógica parte, inicialmente, das matérias que exigem maior exigência física e psicológica, finalizando naquelas de maior exigência cognitiva, onde prevalece a capacidade de planejamento e execução operacional, sob condições adversas, e o controle dos resultados.

⁷⁵ Os padrões estabelecidos para indicação de aptidão são de caráter confidencial.

⁷⁶ A 2ª Seção do Estado Maior é responsável pela coleta e processamento de dados, para fornecer informações necessárias ao planejamento operacional e administrativo da OPM, e para o processo de tomada de decisão do Comandante.

Cada fase é separada por módulos que são organizados de forma a agrupar matérias e jornadas, considerando suas especificidades e afinidades. Os módulos e as jornadas⁷⁷ podem durar de dois a sete dias ininterruptos, podendo tomar 24h do dia. São previstas palestras com especialistas, em temas de interesse do que se entende como Operações Especiais, que podem ocorrer no âmbito do BOPE, da PM ou em outras organizações militares e civis, neste caso a atividade recebe o título de Cooperação de Instrução.

Quadro 5
Matérias do COEsp por Fases

Administrativa	Condicionamento Básico	Técnicas Operacionais	Operações
Reavaliação Física	Instrução Tática Individual	Operações em Montanha	Planejamento e operações em área de risco
Ofidismo	Básico de Patrulhas	Operações em Altura	Planejamento e operações em área de floresta
Técnicas de Acondicionamento de material	Técnica de Transposição de Obstáculos	Operações em Área de Floresta	Planejamento e operações com tomada de refém
Básico de Higiene e Socorros de Urgência	Camuflagem	Operações com Cães	
	Combate corpo a corpo	Operações com Cavalo	
	Orientação no Terreno	Socorro e Salvamento em Combate	
	Natação Utilitária	Tiro Tático	
	Nós e Voltas	Operações helitransportadas	
	Básico de Operações com Botes	Abordagem de edificações, veículos e pessoas	
		Técnicas de mergulho livre e autônomo	
		Armamento, munições e agentes não letais	
		Ação Anti-bombas	
		Operações em Área de Risco	
		Proteção de Autoridades	
		Direção defensiva e ofensiva	
		Combate a Incêndio	
		Gerenciamento de Crise	
		Negociação	
		Comando e Controle de Operações	
		Assalto Tático	
		Estágio de Inteligência	
		Palestras	

Fonte: SIEsp/BOPE

⁷⁷ As jornadas são atividades práticas de duração variável, realizadas fora do BOPE.

CAPÍTULO III

O RITO DE PASSAGEM

A SEMANA ZERO

Finalizado o processo seletivo do XVI Curso de Operações Especiais, os candidatos aprovados foram apresentados⁷⁸ no quartel do BOPE⁷⁹. Esta apresentação, ocorreu sete dias antes das 17 semanas de instrução programadas do COEsp, razão pela qual este período é designado como “Semana Zero”. Nesta fase, os candidatos, ainda na condição de aspirantes a neófitos, têm o primeiro contato com a coordenação do curso, com a equipe de instrução e com o próprio universo simbólico do BOPE. Tomando como referência a perspectiva de Goffman⁸⁰, a observação da interação entre os atores, no cenário que passava a ser construído, permitiu identificar representações simbólicas entre os *cursados* e os, ainda, *invertebrados*⁸¹. Estas observações foram fundamentais para compreender a construção da relação, ao longo do processo do rito de passagem, entre estes dois grupos.

O encontro, entre estes dois universos, foi marcado por um ambiente de extremo formalismo. Embora o leigo possa pensar que este seja o ambiente característico do meio militar, as demonstrações de camaradagem, na verdade, não são incomuns entre os integrantes do mesmo círculo, de oficiais e de praças⁸² da Polícia Militar, e mesmo entre os diferentes círculos de status. Na verdade o extremo formalismo observado se tratava de uma forma de “estranhamento” institucional entre as categorias observadas.

⁷⁸ Formalidade militar que significa, a partir do ato, que o apresentado passa para a responsabilidade administrativa da unidade de apresentação.

⁷⁹ Situado no alto do morro de Nova Cintra nos limites do Bairro das Laranjeiras e Catete na zona sul do Rio de Janeiro.

⁸⁰ Nesta perspectiva, as pessoas são atores que desempenham papéis sociais, quando interagem ou se encontram, e representam de acordo com pressupostos do cenário e da platéia que assiste a interação, ou seja, a cena (GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985).

⁸¹ Cursado é um das categorias utilizadas como auto-referência pelos concludentes dos COEsp em contraposição com os não cursados, os invertebrados, os sem-estrutura.

⁸² O círculo de oficiais é estratificado em três subdivisões: oficiais subalternos, oficial intermediário e oficiais superiores. O círculo dos praças é subdividido em: cabos e soldados; sargentos e praça especial.

A “Semana Zero” é uma fase preliminar⁸³ e possui um caráter aparentemente burocrático, onde os futuros alunos receberam orientações sobre as medidas administrativas para obtenção de informações pessoais, material do curso fornecidos pelo BOPE, o Manual do Aluno, a lista de material para a preparação dos kits individuais, a ser comprado no comércio, e são instruídos em temas que ajudarão na fase inicial do programa de treinamento.

No XVI COEsp, a Semana Zero foi planejada de forma que a parte da manhã, de cada dia do período, fosse ocupada com a reavaliação física dos candidatos, com a distribuição de equipamento e com instrução sobre temas considerados preparatórios para o Curso de Operações Especiais, como Ofidismo e Higiene e Socorro de Urgência. A parte da tarde dos dias da semana foi disponibilizada para os candidatos poderem ir ao “mercado” para fazerem as compras do material que será utilizado durante as atividades do curso.

O primeiro contato do pesquisador com os alunos.

Meu primeiro contato com os candidatos ao Curso de Operações Especiais foi no primeiro dia da Semana Zero, por volta das 9h da manhã de uma segunda-feira. Os candidatos foram recebidos pelo Subcoordenador do curso, no auditório do BOPE. Após a apresentação formal, com a entrega dos ofícios⁸⁴ de suas respectivas unidades, foram distribuídas Fichas de Informações, para serem preenchidas, nas quais os candidatos deveriam indicar: nome; endereço; telefone pessoal, telefone e nome de pessoas para contato em caso de acidente; tipo sanguíneo; dados de interesse médico, como doenças pré-existentes e formas de alergia a medicamentos; número de camisa, de calça e coturno; cursos realizados; e unidades da PMERJ que serviu.

Depois de cumpridas as medidas burocráticas, os candidatos foram encaminhados para o Almoxarifado da SIEsp, para receberem o material individual, com a recomendação de realizar a manutenção em todo o equipamento distribuído⁸⁵, que passava, naquele momento, para sua responsabilidade. Como última atividade do dia, os candidatos receberam da equipe de instrução o Manual do Aluno do COEsp (Anexo I). Este manual previa todas as diretrizes,

⁸³ Este termo passou a ter um sentido diferente a partir do meu contato com as categorias dos ritos de passagem

⁸⁴ Documento de comunicação oficial, que no caso apresenta formalmente o policial militar, que passa à disposição do COEsp a partir daquele momento.

⁸⁵ Os alunos receberam o seguinte material: 01 mochila de campanha; 02 uniformes camuflados, padrão verde descontínuo; 01 uniforme preto padrão BOPE; 01 saco de lona; 01 cinto de guarnição; 01 coldre de pistola; 01 conjunto caneca, cantil e porta cantil; 01 conjunto marmita e porta marmita; 01 conjunto de talher articulado; 01 facão de mato (terçado); 01 rede de selva; 01 poncho; 01 saco de dormir; 01 edredom; e 01 boné camuflado.

normas e rotinas do curso, bem como a lista de material obrigatório e opcional a ser adquirido para montagem dos kits individuais. A entrega do manual foi realizada sem cerimônias; contudo, a equipe de instrução alertava para leitura minuciosa do manual, e o cuidado na compra dos itens indicados no anexo do documento, não por sua natureza, mas pelo que significaria possuí-los ou não.

“Tê-los [o material da lista a ser adquirido] à mão significará conforto, não tê-los, sofrimento”. Diante do discurso solene de um monitor de instrução, um sargento com anos de experiência no BOPE e na equipe de instrução, os candidatos ficaram passaram a demonstrar preocupação, e quando foram liberados, no final da manhã do primeiro dia da Semana Zero, iniciaram uma busca por informações sobre a lista, saindo à procura dos “*caveiras*” da equipe de instrução e do BOPE, na tentativa de obterem informações sobre o que poderia ser comprado, e não estaria na lista, o que poderia ser descartado da lista e, principalmente, onde comprar. A busca pelos melhores locais teria o objetivo, segundo um candidato, de saber “onde comprar tudo, pelo melhor preço e que pudesse ser parcelado”. Saber os “*macetes*”, os “*bizús*”⁸⁶, com os já iniciados, os “*cursados*”⁸⁷, significava a redução do tempo de busca e, assim, a postergação do início do “sofrimento”.

Neste período fui apresentado aos alunos. No auditório do BOPE, o Coordenador do COEsp realizou minha apresentação formal, citando meu currículo, minha passagem pela unidade e o motivo da minha presença. Sendo deixado sozinho com os alunos, logo após a apresentação, tive a oportunidade de falar sobre os objetivos e relevância do trabalho, da forma como pretendia conduzir a pesquisa e a não obrigação de concederem entrevistas. Esclareci que todos os fatos narrados por eles nas entrevistas ou observados por mim no campo, só surgiriam com a publicação da dissertação. Acreditava que esta colocação fosse importante para não criar a idéia de que a pesquisa estivesse servindo para avaliar as performances dos alunos, ou eu estar sendo utilizado como um informante, no sentido policial, para a equipe de instrução. Não estranhei o fato de não haver perguntas sobre o que expus, pois já havia muita coisa para eles se preocuparem. A partir deste momento, passei a conviver, observar e entrevistar os alunos, tentando interferir o menos possível nos processos de trabalho.

A ida ao mercado

⁸⁶ Gíria militar que significa uma “dica”, uma informação sobre determinado assunto.

⁸⁷ Termos muito utilizado pelos policiais militares para se referirem aos concludentes do curso.

Ao ouvir os relatos dos alunos sobre as circunstâncias da compra dos itens da lista de material, não pude deixar de relacionar o fato com a ida ao mercado dos *abiãs*⁸⁸. O “ir às compras” dos candidatos ao COEsp, equivaleria à ida ao mercado daqueles que estão se preparando para serem iniciados nos cultos africanos. O cuidado em conhecer as especificações de cada item da lista, a orientação de uma espécie de *ebômin*⁸⁹, a busca de atenção e conselhos dos vendedores das casas especializadas sobre os produtos a serem adquiridos, o comportamento e o cuidado dos candidatos com o material adquirido, levou-me a “considerar a ida ao mercado não só como uma fase preliminar, mas, propriamente, o início da aventura da iniciação, uma etapa que já se encontra sob a égide do rito de passagem” (VOGEL, 1993).

O valor necessário para a compra do material, de uma extensa lista, perfazia a quantia aproximada de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). O montante era significativo ao considerarmos a remuneração média dos policiais militares: de capitão, valor líquido de R\$ 2.800,00; de 2º tenente, R\$ 2.100,00; de sargento, R\$ 1.800,00; e de soldado, R\$ 980,00. Muitos candidatos declararam nas entrevistas, principalmente os cabos e soldados, que pediam dinheiro emprestado a parentes ou colegas de suas unidades, para não deixar de comprar nada. O esforço de se comprar todos os itens da lista, não significa a busca do “não sofrer”, e sim amenizar as condições que estavam por vir. Deduzi, a partir deste comportamento, que todos os entrevistados sabiam o que esperava por eles nas atividades curriculares, bem como o que eles poderiam fazer para tentar se adaptar à futura condição de neófito do COEsp. O “sofrimento” passava a representar uma categoria recorrente na rotina do curso, como se verá adiante.

A situação econômica dos policiais, principalmente os praças, seria extremamente influenciada em razão do curso. A maioria dos entrevistados realizava atividades extras, chamadas de “bico”, que seriam interrompidas durante o período do curso, em face da exigência da dedicação exclusiva das atividades. O trabalho “extra” de alguns candidatos se concentrava na realização de segurança de pessoas e de instalações físicas. Alguns poucos exerciam outras atividades, como mecânica, pintura de automóveis ou pequenos comércios. O afastamento do “bico” causava preocupação em alguns, pois poderiam acabar “perdendo” a vaga na segurança; circunstância que era agravada pela possibilidade de não ter como pagar,

⁸⁸Neófito no Candomblé. (VOGEL, Arno. MELLO, Marco Antonio da Silva. DE BARROS, Jose Flavio Pessoa. A Galinha-d’angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 1993, p. 13)

⁸⁹ Pessoa instruída na vivência dos ritos dos cultos africanos (*Idem*).

posteriormente, os empréstimos que eram feitos para comprar o material para o curso. Este fato não afetava tanto os oficiais, por terem remuneração maior e serem, na maioria, solteiros. Os sargentos e cabos eram, na maioria, casados⁹⁰.

A construção da “fachada”

Durante a Semana Zero os candidatos foram submetidos à reavaliação do teste físico. Este fato poderia levar à conclusão precipitada de um retrabalho, pois os testes já teriam sido realizados durante o processo seletivo, por uma comissão da Diretoria de Ensino e Instrução da PMERJ. Contudo, segundo o Coordenador do COEsp, a reavaliação teria um duplo objetivo: verificar a condição física do candidato e a sua *performance*⁹¹ na realização de cada prova.

A categoria *performance*, neste contexto, está relacionada tanto com o resultado do candidato, na realização dos testes, quanto sua destreza e estratégia na execução das provas que, nesse caso, exigiria a “gestão dos recursos orgânicos” individuais. Mais do que isso, seria verificado o comportamento cooperativo, ou não, do candidato, em relação aos demais. Sobretudo, a prova física se constituía na primeira oportunidade de interação da equipe de instrução com os futuros alunos em uma condição de razoável estresse, causado pela ansiedade do resultado e a pressão dos instrutores, onde as representações simbólicas dos *caveiras* começavam a se manifestar.

A reavaliação física foi realizada na base da SIEsp, localizada no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMERJ, e nas instalações do próprio BOPE. A primeira etapa das provas foi realizada no Batalhão, logo no início do dia posterior à apresentação. Os candidatos, diferentemente da prova aplicada pela DEI quando usavam uniforme de educação física, agora utilizavam o uniforme de serviço operacional completo⁹², que acabava por acrescer o nível de dificuldade a realização do exercício.

⁹⁰ Esta condição social discrepante poderia ser mais bem investigada em outra pesquisa.

⁹¹ Segundo Goffman, e seu texto original em inglês, *performance*, tal como na sua tradução “desempenho”, pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em cada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes. Também está relacionado com o resultado obtido, que pode ser de caráter quantitativo, escalonado em grau, ou qualitativo, da forma como é percebido (1985, p. 23).

⁹² O uniforme de serviço operacional, também chamado de “mug”, é composto de calça e gandola de terbrim, com botas (coturno) e boné (cobertura).

O primeiro teste aplicado foi a “tração na barra fixa”. Esta prova tem a finalidade de avaliar a força muscular localizada de membros superiores, exigindo-se o número mínimo de oito repetições. O exercício era realizado com o candidato se pendurando em uma barra fixa, pelas mãos em pronação⁹³, a uma altura de 2,5m deixando o corpo totalmente estendido. O exercício consistia em elevar o corpo, por meio da flexão dos braços, até que o queixo ultrapassasse a linha da barra, e retornar à posição inicial com a distensão do corpo. Era uma prova de relativa facilidade para os candidatos já aprovados, que se limitam, em sua maioria, a executar o número mínimo de repetições determinado, contrariando o melhor resultado obtido na prova aplicada pela DEI.

A estratégia de dissimular a capacidade física durante o curso é conhecida pela equipe de instrução, que denominava esta condição de “resistência passiva”⁹⁴. Trata-se da tentativa do aluno expressar uma realidade falsa no intuito de escamotear sua verdadeira condição física⁹⁵, criando uma “fachada”⁹⁶, um “ajustamento secundário”⁹⁷ de uso comum durante o curso, e objeto das diversas formas de “sanções normalizadas”⁹⁸ quando identificada, conforme relato do Coordenador do Curso. Esta forma não sancionada de comportamento era entendida como uma tática para ludibriar a equipe de instrução, dando uma falsa idéia de limitação física. Na visão do aluno, esta dissimulação, naquele momento da prova e posteriormente durante o curso, teria o objetivo de “se guardar” para as atividades práticas onde se exigiria por uma *performance* ótima. A intenção seria poupar energia; manter uma “reserva tática” para ser utilizada quando necessário, em razão de se desconhecer o programa de atividades do curso.

⁹³ Palmas das mãos voltadas para frente.

⁹⁴ Forma de resistência não violenta à ação perpetrada por outra pessoa. Foi originariamente empregada para denominar a forma com os seguidores de Mahatma Ghandi resistiam à repressão do governo britânico na Índia do meado do século XX.

⁹⁵ “A expressividade do indivíduo (e, portanto, sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a expressão que emite. A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos. [...]. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, [...]. O indivíduo evidentemente transmite informação falsa intencionalmente por meio de ambos estes tipos de comunicação, o primeiro implicando em fraude, o segundo em dissimulação.” GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 12.

⁹⁶ “Fachada, [...], é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (op. cit., p. 29)

⁹⁷ “[...], práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permite que os internados consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas”. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 2ª reimp. da 7ª Ed de 2001. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 54.

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 149.

A prova de “capacidade abdominal” foi realizada na manhã do segundo dia da Semana Zero. O exercício consistia na repetição de movimentos em que o candidato, deitado no chão em decúbito dorsal e com os braços e pernas estendidas, deveria executar a flexão simultânea do tronco sobre o abdômen e das pernas, até que este conjunto fosse unido, ocorrendo o alinhamento dos cotovelos com os joelhos, no final da flexão, estando os braços estendidos e paralelos ao solo, e o posterior retorno à posição inicial. Exigia-se o número mínimo de quarenta e quatro repetições, no tempo máximo de um minuto.

Durante o teste de “capacidade abdominal”, verificou-se a primeira manifestação do formalismo na interação entre os iniciantes e iniciados e como ela seria mediada a partir da fase preliminar. Os candidatos se encontravam reunidos no espaço aberto no último andar do BOPE; eram chamados em grupos de quatro, para realizarem o teste, onde cada um era avaliado por um auxiliar de instrução. O evento era assistido pela equipe de instrução e por três oficiais *caveiras*, da unidade. Um candidato, oficial da mesma turma da Academia de um dos oficiais que observava a prova, após realizar seu teste, passou pelo seu “colega” de turma e fez um comentário, em tom de voz baixo o suficiente para não ser ouvido pelos demais oficiais, que se encontravam ao lado; imediatamente o Capitão do BOPE, em tom de repreensão, tornou público o comentário do candidato completando:

“Está pensando que ainda está na Academia⁹⁹, é amiginho de turma do *caveira* aqui e vai ser ‘peixado’ no curso. Para seu conhecimento: Eu não tenho mais turma de Academia, tenho Turno de Operações Especiais. Ouviu ‘senhor’ candidato? Ponha-se no seu devido lugar.”

Ficou explicitado nas entrevistas que, de uma forma recorrente, os vínculos pretéritos nas relações interpessoais, entre alguns dos candidatos e integrantes do BOPE¹⁰⁰, de uma forma geral, foram estabelecidos por terem pertencido a uma mesma turma durante a formação profissional¹⁰¹, pelo servir¹⁰² juntos em uma mesma unidade, ou por terem participado de uma mesma operação policial ou outra atividade de serviço. Desta forma, o comportamento excessivamente formal no tratamento dos candidatos, por parte dos “Bopenanos”¹⁰³, pode ser entendido como uma forma de “estranhamento institucional”,

⁹⁹Referência ao tempo de cadete na Academia da PMERJ.

¹⁰⁰ Incluem-se os praças e os oficiais, principalmente por pertencerem a um círculo de menor número e possibilidades de interações nas rotinas das unidades da Polícia Militar.

¹⁰¹ Neste caso era mais comum entre os oficiais do que entre os praças.

¹⁰² Trabalharem durante algum tempo em uma mesma unidade da Polícia Militar.

¹⁰³ Termo utilizado pelos policiais militares, não pertencentes ao quadro do BOPE, para fazer referência aos que servem no batalhão. (CARUSO, Haydée Gloria Cruz. *Das Práticas e dos Seus Saberes: A construção do “fazer” policial entre as praças da PMERJ*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-

servindo para colocar os alunos em seu “devido lugar”, conforme explicado pelo Coordenador do curso.

A prova de corrida de 10 km, realizada no terceiro dia da Semana Zero, representa a principal prova de estratégia e da “gestão dos recursos orgânicos” da reavaliação física. A prova se constitui em completar o percurso que se inicia na Praça Antonio Vizeu, no Alto da Tijuca¹⁰⁴, e termina próximo ao Mirante Dona Marta, em Botafogo, no tempo máximo de 60 minutos. O candidato deve estar vestido com camiseta, calça do uniforme de operações e calçado com as botas, também chamado de “coturno”. A principal característica do percurso é o acentuado aclive de 4 km, e os 6 km de forte declive, que exige o estabelecimento de uma estratégia apropriada de execução da corrida. Conta um Instrutor que, quando a avaliação física era de responsabilidade do BOPE, era comum observar os candidatos iniciarem a prova com um ritmo de corrida muito forte, que os exauria e os levava a parar nos primeiros 3 km da prova, acabando por serem reprovados no teste; durante a prova, quando passavam do ponto mais alto do percurso e iniciavam o declive, também era comum os candidatos aumentarem a velocidade, o que resultava em lesões nos joelhos que, se não os tiravam da prova, teriam efeitos significativos durante o curso.

A saída do quartel do BOPE, para o local da Corrida de 10 km, era marcada por aparato burocrático que mobilizava vários recursos da unidade e um planejamento específico. Um micro-ônibus para o transporte dos alunos, viaturas¹⁰⁵ para a equipe de para-médicos, equipe de instrução e equipe de segurança, rádios para comunicação e armamento. A atividade fora do quartel do BOPE era considerada uma Operação Policial, em razão do nível de risco relacionado aos locais por onde se passaria e onde a prova seria realizada, demandando, assim, um prévio planejamento.

A saída do quartel do BOPE foi precedida de um *briefing*¹⁰⁶ conduzido pelo Subcoordenador do curso. Os candidatos foram dispostos em formação de oito colunas por quatro fileiras de forma que todos pudessem ver e ouvir o Subcoordenador que orientava os

graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia. 2004, p. 48-49)

¹⁰⁴ Bairro de relativa altitude da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰⁵ Termo aportuguesado da palavra em francês “*viature*”, adotado pelas forças militares e policiais do Brasil supostamente em razão da influencia das Missões Militares Francesas no final do século XIX e início do século XX.

¹⁰⁶ *Informations, instructions, advice (informações, instruções, conselhos)*. Dicionário Oxford University Press. 1974. O *briefing* de missão é sempre realizado com formalismo e constitui uma das características do BOPE. Os “brifados” se posicionam em forma ou sentados em sala de aula ou sala de *briefing*.

candidatos sobre os cuidados relacionados à segurança no trajeto até o local do evento, nos locais de início e fim da corrida, e durante o percurso, bem como sobre as características e exigências da prova. Durante este *briefing* os candidatos tiveram sua atenção chamada para um fato que passou despercebido pela Equipe de Instrução, mas que produziu um efeito interessante sobre os candidatos, a ponto de alguns se posicionarem melhor para observar a cena, fato que significava “mexer em forma”, algo reprovado e sancionado, se constatado.

O Capitão escalado como Oficial de Segurança da prova limpava um Fuzil AK-47¹⁰⁷, todo desmontado, em uma bancada própria para esta tarefa na área de saída do BOPE e a quinze metros de distância do local onde se encontrava os candidatos. Após a limpeza, o capitão juntou todas as partes da arma e saiu com elas nas mãos na direção dos candidatos. No trajeto, o oficial começou a montar o fuzil e ao chegar ao local de reunião dos candidatos, a arma estava completamente montada e pronta para uso. O ato, aparentemente simples para os policiais do BOPE, surtiu efeito significativo nos candidatos, a ponto de gerar comentários sobre a cena e exigir a intervenção do Subcoordenador, repreendendo-os pelo burburinho. Concluo que o motivo do comportamento dos candidatos deveu-se: primeiro em razão de que não há o hábito de cada um realizar a manutenção no seu próprio armamento na PMERJ, tarefa que é realizada pelo armeiro¹⁰⁸ da unidade; segundo, que um oficial raramente faria esta manutenção; terceiro, que o armamento não era orgânico da PMERJ, ou seja, não era adotado como arma de emprego ordinário, como o FAL¹⁰⁹, e desta forma, sua manutenção exigiria conhecimento além do ensinado nas escolas de formação e especialização da PMERJ.

Ao chegar ao local da prova, os candidatos foram conduzidos até o ponto de partida, e a equipe de instrução distribuída ao longo do percurso, para orientar o trajeto. Após a largada, a viatura de Salvamento e Resgate da PMERJ fechava a retaguarda do grupo de corredores, e a viatura da segurança atuava como unidade precursora da prova, reconhecendo cada local por onde os candidatos passariam. A corrida se desenvolveu sem problemas, mas algumas observações passaram a identificar situações que influenciariam o desenvolvimento do curso. Um grupo de candidatos, formado por integrantes o BOPE decidiram correr juntos, acompanhando a estratégia de um Cabo do BOPE que era candidato, mas que pertencera à

¹⁰⁷ *Avtomat Kalashnikova 1947* - Arma Automática de Kalashnikov modelo de 1947, é um fuzil de assalto de calibre 7,62 x 39 mm criado em 1947 por Mikhail Kalashnikov.

¹⁰⁸ Policial responsável pela local de guarda do armamento e de sua manutenção.

¹⁰⁹ O FN FAL, é fabricado no Brasil pela Indústria de Material Bélico – IMBEL, onde é designado como Fuzil Automático Leve ou Fuzil de Assalto Ligeiro. É utilizado pelo Exército Brasileiro e recebe nomenclatura de Fuzil 7,62mmx51 mm M964 – FAL.

equipe da instrução de cursos anteriores da unidade. O Cabo possuía o Curso de Comandos Anfíbios¹¹⁰, gozava de respeito por parte dos integrantes do BOPE e, segundo as tradições da unidade, ele era considerado “Operações Especiais” como os possuidores de Curso de Comandos e Operações na Selva, ambos realizados no Exército Brasileiro. Alguns poucos candidatos optaram em correr sozinhos, utilizando sua própria estratégia. Segundo um Oficial da Equipe de Instrução, neste ponto era possível identificar como agia o sentimento de grupo, estimulado por um “sofrer junto”. Este fenômeno passaria a fazer parte da rotina dos futuros iniciados e que transformaria sua forma de perceber, sentir e agir.

No quarto dia da Semana Zero os candidatos se apresentaram na base da SIEsp, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMERJ. A primeira atividade do dia foi à palestra sobre “Higiene e Cuidados Pessoais” conduzida pelo Oficial Médico do BOPE. A instrução versava sobre os cuidados com tratamento de ferimentos no corpo, lesões musculares e, principalmente, cuidado com os pés em situações extremas. Em seguida os alunos tiveram aula sobre montagem da “rede de selva”¹¹¹ com um integrante da Equipe de Instrução. Boa parte dos alunos prestava atenção na aula, e alguns demonstravam ansiedade, em razão da prova que se seguiria à aula, a reavaliação de natação.

A prova de natação se constituía em três etapas. A primeira o candidato deveria nadar a distância de 200m no tempo máximo de 6minç a segunda, em nadar 50m em 1min 30seg; e a terceira o teste de flutuação estática, durante 15min. As duas últimas etapas eram realizadas com o uniforme de operações completo¹¹². A prova foi realizada na piscina do CFAP, que possui 25m de comprimento, por 12m de largura, com 1m de profundidade na parte mais rasa, e 4m na parte mais profunda. Durante a aplicação da primeira e segunda etapa, quatro alunos ultrapassaram o tempo máximo para a realização das provas, o que levou a Equipe de Instrução a questionar o resultado oficial da prova aplicada pela DEI. Contudo, nada se poderia fazer, segundo o Coordenador do COEsp, pelo fato da reavaliação não ter caráter eliminatório.

Noções de “poluição” e “perigo”

¹¹⁰ Curso similar ao COEsp, realizado pelo Corpo de Fuzileiro Navais da Marinha do Brasil, para especializar fuzileiros em Operações Especiais.

¹¹¹ Abrigo estruturado em uma rede de descanso, cercado de tela, próprio para ambientes de floresta.

¹¹² Calça, gandola e coturno.

Os candidatos, antes de serem submetidos à prova de natação, foram organizados em um espaço da parte superior do parque aquático do CFAP, sendo colocados no dispositivo de formatura para receberem as instruções sobre a tarefa a ser cumprida; o “estar em forma”, organizados, significava estar pronto para o cumprimento da missão. Após a realização da tarefa, os candidatos que obtiveram sucesso, que era nadar no tempo máximo determinado, foram separados e colocados em uma “situação de conforto”, sentados na arquibancada do local. Os candidatos que não conseguiram os índices mínimos foram colocados em um terceiro local, dentro do lava-pés da piscina; uma área caracterizada pelo impuro, pela sujeira, local onde os detritos devem ser retirados do corpo, ou seja, purificado para a entrada na água. Esta forma de diferenciar os grupos vencedores dos vencidos, ou fracassados, constituía uma representação que seria uma constante nas posteriores atividades do curso.

O resultado negativo de alguns alunos nas duas primeiras etapas, fez manifestar uma das mais simbólicas representações do COEsp a “separação dos fracassados”. Esta categoria, segundo o coordenador do curso, representa uma forma de se evitar a contaminação do grupo por aqueles que fracassaram no cumprimento da tarefa. Esta noção de pureza e impureza, na perspectiva de Mary Douglas¹¹³, surgiu nesta fase e permaneceu no horizonte discursivo e explicativo da equipe de instrução, durante todo o processo, contribuindo para a formulação de categorias e estratificações dentro do próprio grupo, hierarquizando práticas e posições durante o COEsp.

Na perspectiva dos iniciados, os “covardes” que nunca tentam e os “fracos” que ficam pelo caminho, configurariam símbolos dotados da capacidade de evocar múltiplos significados, relacionando as características indesejáveis para alguém que desejaria ser um *caveira* e, desta forma, deveria ser separado dos demais. A própria organização e ocupação do espaço demonstraram esta característica. A covardia e o fracasso, de uma forma geral, eram representados como “poluentes”¹¹⁴.

¹¹³ DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

¹¹⁴ “[...] é preciso levar em conta outros perigos que os indivíduos emanam consciente ou inconscientemente. Que não fazem parte da sua psique e que não são impostos nem ensinados por iniciação nem por nenhuma outra forma de aprendizagem. Trata-se dos poderes de poluição inerentes à própria estrutura das idéias e que sancionam toda a desobediência simbólica à regra segundo a qual estas coisas devem estar reunidas e aquelas separadas. A poluição é, pois, um tipo de perigo que se manifesta com mais probabilidade onde a estrutura, cósmica ou social, estiver claramente definida. Os "poluentes" nunca têm razão. Não estão no seu lugar ou atravessaram uma linha que não deveriam ter atravessado e este deslocamento resultou num perigo para alguém. (DOUGLAS, 1976, p 135-136).

A etapa final, a flutuação estática, foi iniciada logo após a última bateria da prova de natação com o uniforme completo, sendo realizada no início da tarde. Deve-se observar que os candidatos não tiveram horário para descanso e refeição e seu estado de ânimo era representado pela forma de postura corporal de manter a cabeça e o tronco ligeiramente inclinados para frente enquanto estavam em forma, diferente da postura ereta exigida nesta condição. Esta forma de se apresentar constituiria uma das representações que passariam a fazer parte das rotinas do curso.

A prova de flutuação representa a entrada “informal” no Curso de Operações Especiais devido ao estresse que os candidatos são submetidos. A prova exige que o candidato mantenha o corpo flutuando no mesmo lugar, na superfície da água, durante quinze minutos, não podendo tocar a borda até o término do teste. Todos os candidatos são colocados na parte mais profunda da piscina, que é cercada por uma corda delimitando um espaço útil de 12m por 4m, que determina um espaço de cerca de 1m² para cada um flutuar. Após os quinze minutos previstos, os alunos são mantidos dentro da piscina, pois a prova havia terminado, mas não a avaliação.

Após o tempo previsto para a permanência dos candidatos, o instrutor responsável pela prova determinou o início da “adaptação ao meio líquido”. Este exercício se constituía em uma seqüência de atividades que serviria para avaliar alguns atributos dos candidatos, conforme a explicação do instrutor que aplicava o exercício:

“Diante do que irá acontecer nos próximos dias, precisamos verificar o comportamento dos alunos sob estresse. Como ele reage à adversidade de um ambiente hostil [a água] e como ele se relaciona com os demais membros do grupo nesta condição. Este é o momento da verdade, ninguém consegue se esconder ou representar o que não é de fato.”

A equipe de instrução iniciou uma série de tarefas realizadas pelos candidatos que flutuavam dentro da piscina. Inicialmente foi ordenado que “entrassem em forma”, ou seja, se organizassem dentro da piscina em quatro colunas, corretamente alinhadas, passando a obedecer a comandos de ordem unida¹¹⁵. Durante, este “aquecimento”, foram distribuídos

¹¹⁵ Exercício militar de comando e execução, por parte de um grupo, envolvendo deslocamentos e voltas a pé firme.

cinco cintos de lastro¹¹⁶ que deveriam ser mantidos na superfície, sobre as cabeças dos candidatos que o segurassem. Esta tarefa determinava o tempo de permanência do grupo dentro da piscina, ou seja, cada vez que o cinto fosse deixado ir ao fundo da piscina ele deveria ser resgatado, sendo acrescidos, então, quinze minutos a mais no tempo previsto para permanência dentro da água.

Inicialmente os candidatos tentavam suportar o máximo de tempo com o cinto de lastro recebido, segurando-o sobre a cabeça. Este exercício exigia um esforço muito maior para se manter na superfície, entretanto, a sobrecarga os levava a afundar, fazendo-os largar o artefato: “mais 15 minutos na água”, anunciava o Instrutor. A busca incessante dos cintos no fundo da piscina de 4m de profundidade, e o esforço de se manter na superfície, mesmo sem o cinto, começavam a cansar os alunos. A partir de uma hora e vinte minutos da atividade de permanente flutuação, começava o esboço do “pânico de afogado”, quando as pessoas passam a agir de forma irracional para sobreviver no meio hostil.

Com o aumento do cansaço os candidatos passaram a evitar segurar o cinto e, alguns exaustos, a buscar a borda da piscina. Esta atitude de fuga da tarefa era sancionada com brados de advertência, ameaças de desligamento do processo seletivo e empurrões para retorno à água, pela equipe de instrução. O comportamento de fuga da tarefa resultava na sobrecarga daqueles que ainda se submetiam ao exercício, até que ninguém mais conseguia segurar os lastros e os cintos acabaram por parar no fundo da piscina. O cansaço passou ao desespero, quando alguns candidatos tentavam sair da piscina sendo impedidos pela equipe de instrução, que os empurrava de volta, até que dois alunos, quase se afogando, “pediram para sair” do processo seletivo, declarando que estavam abandonando o curso. Este acontecimento foi efusivamente comemorado pela Equipe de Instrução, que voltaram sua atenção para os demais candidatos dentro da piscina, convidando-os a também se retirarem do curso:

“Senhores! Vamos acabar com esse sofrimento. Qual a razão para tanta dor? Tudo isso por causa de um pedaço de metal com uma caveira [referência ao brevê metálico de Operações Especiais]? Voltem para as suas unidades de convencionais e nos deixem continuar nossa guerra, há muito que fazer. Não nos façam perder tempo!”

¹¹⁶ Cintos com pesos de chumbo, totalizando 5 kg, utilizados para manter a flutuação negativa do mergulhador, ou seja, mantê-lo submerso.

Mesmo com os candidatos exaustos foi lhes ordenado, pela equipe de instrução, para que resgatassem os cintos no fundo da piscina, sendo orientados a planejar o que fazer, antes do início da tarefa. A recomendação surtiu efeito quase imediato, fazendo que os candidatos passassem a deliberar formas de cumprir a missão, até que chegaram a uma decisão. Os candidatos formaram um círculo dentro do espaço limitado da piscina, e os dois dos mais adaptados à água mergulharam para resgatar os lastros. Ao chegarem à superfície repassavam o artefato, imediatamente, ao colega ao lado, e este ao outro ao lado, no sentido horário, de forma que o cinto ficava o tempo suficiente para a troca do portador, em uma seqüência ininterrupta, como planejaram antes de mergulhar. Quando todos os cintos foram resgatados, foi encerrada a adaptação com o tempo de duas horas e quinze minutos, com uma recomendação do Instrutor: “Se não souberem trabalhar em equipe, não comecem o curso, pois a sobrevivência do grupo depende de cada indivíduo”.

O último dia da Semana Zero foi destinado às orientações finais e à fiscalização do equipamento distribuído pela SIEsp e do adquirido pelos candidatos. Os alunos receberam a última instrução na condição de candidatos, sobre a técnica que seria repetida incontáveis vezes durante o curso: a impermeabilização do material a ser transportado nas mochilas, dentro de sacos plásticos separados, e seu acondicionamento. Este procedimento poderia parecer muito simples, mas representaria uma condição de extremo de conforto, quando fosse necessário trocar roupas e meias molhadas por outras secas, desde que estas estivessem bem acondicionadas dentro da mochila.

Um conjunto de seis retalhos de pano branco medindo 7x7cm com números de dois dígitos pintados em preto, do número “01” ao número “32”, foram distribuídos para os candidatos. Os números foram designados para cada um, seguindo o critério de antiguidade, do mais “antigo”, ou de maior posto, ao mais “moderno”, ou de menor posição hierárquica do grupo. Com a entrega dos retalhos, seguiu-se a orientação do monitor de instrução que determinava que estes fossem costurados em partes específicas do uniforme recebido: na parte frontal da cabeça do boné, com o meio do retalho sobre uma linha imaginária longitudinal, que separava o boné em lado direito e esquerdo; no lado direito e abaixo do cós da calça, com a bainha superior do retalho tangenciando-o, e a bainha esquerda a uma distância de quatro dedos da braguilha; e nas costas da camisa de manga comprida, chamada de gandola, com a bainha superior do retalho tangenciando a costura das costas, em um ponto central que deveria alinhar com a coluna vertebral.

As orientações transmitidas eram pronunciadas de forma rápida e no mais rigoroso formalismo discursivo, como se uma receita estivesse sendo ditada. Alguns alunos procuravam anotar as observações em pequenos blocos, outros tentavam memorizar como se contassem nos dedos a quantidade de orientações. No conjunto, contudo, perdiam-se muitas informações como se viu mais adiante durante o curso, quando o descumprimento das regras ditadas resultava em sanções físicas. No final do dia os candidatos foram liberados com a orientação de aproveitarem bem o final de semana e que retornassem ao BOPE na segunda-feira seguinte, às 8 h, “prontos” para a Aula Inaugural, o marco “burocrático” do início do Curso de Operações Especiais.

A SEPARAÇÃO: SEMANA “1” OU SEMANA DO INFERNO

“Esta período foi muito bem definido pelo Coordenador de meu curso, o IX COEsp: ‘É ‘sopa de ‘tamanco’, é ‘pau puro!’” (Coordenador do COEsp 06/I).

Os candidatos se apresentaram no BOPE na manhã da segunda-feira, posterior à Semana Zero, para assistirem a Aula Inaugural do COEsp. Trajando os uniformes de operações de suas unidades e corporações¹¹⁷, o que tornava o grupo diversificado pelos tons de diferentes cores e pelas insígnias e distintivos de curso, usados por alguns. Esta diversidade de cores seria contrastada, em breve, com o padrão único que passaria a ser adotado pelo grupo. Os “quase-alunos” se apresentaram com a cabeça raspada com máquina um¹¹⁸, o que passou a dar sentido ao estar “pronto” para o início do curso, conforme a orientação do Instrutor na sexta-feira anterior.

A Aula Inaugural marcou o início das atividades do XVI Curso de Operações Especiais. Normalmente a palestra é proferida por uma autoridade do campo da Segurança Pública ou algum ex-comandante do BOPE. Entretanto, a palestra foi realizada pelo próprio Comandante do BOPE, o Tenente Coronel Mario Sérgio de Brito Duarte, no auditório da unidade. Em sua exposição o Comandante discursou sobre o histórico da evolução da criminalidade no país e no Rio de Janeiro, passando pelos fatos que motivaram a criação do Núcleo da Companhia de Operações Especiais – NuCOE, e sua evolução até a criação do BOPE. O Comandante enfatizou a adaptação da unidade às mudanças da dinâmica da criminalidade, com a

¹¹⁷ Havia candidatos de outros Estados da Federação e corporações policiais.

¹¹⁸ Nível de corte à máquina, que permite visualizar o couro cabeludo.

preservação de seus valores fundamentais criados na sua fundação. O comandante observou que este fato - adaptação e preservação de valores - representava o motivo do sucesso do grupo. As idéias do Tenente Coronel Mário Sérgio eram apresentadas de forma que os alunos pudessem construir um entendimento de modelo de estrutura policial para ser empregada como força máxima do Estado, em situações críticas na Segurança Pública. Segundo o comandante, esta forma de olhar dos “caveiras” representava o entendimento de seu papel social¹¹⁹, diante de sua missão institucional, e para o que eles eram preparados.

A Mortificação do “Eu” e os Signos de uma Nova Identidade

A forma de “mortificação da identidade”, para construção de um novo “sujeito”, assemelha-se ao processo de afastamento do iniciado das instituições totais, na forma observada por Genep¹²⁰ e Turner¹²¹, quando eles perdem suas vestimentas de origem e seus sinais de status, passando a utilizar trajes que não mais os distinguem, da mesma forma que sua designação pessoal e sua identidade, são alteradas (TURNER, 1974, p 132). Goffman (2005, p. 24) esclarece que o processo *mortificação do eu* é “relativamente padronizado nas instituições totais”, e no meio policial e policial militar este processo foi identificado por De Sá¹²², Da Silva¹²³, Nummer¹²⁴ e Sirimarco¹²⁵, como uma estratégia de incorporação de valores e construção de uma nova identidade social. Os estudos destes autores descrevem o processo de entrada dos neófitos no universo policial militar, e analisa a desconstrução da identidade “civil”, para construção de uma “policial ou militar”. Contudo, vislumbra-se a oportunidade de aprofundamento do conhecimento do processo de mortificação de um “eu” policial e a (re)construção de um *ethos* e da visão de mundo, de profissionais que já se encontram sob a égide deste universo.

¹¹⁹ Segundo Goffman, papel social pode ser definido “como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, [...] um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas. (1985: 24)

¹²⁰ VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem: Estudos sistemáticos dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Vozes, 1978.

¹²¹ TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura.* Petrópolis: Vozes, 1974.

¹²² DE SÁ, Leonardo Damasceno. *Os Filhos do Estado.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 13.

¹²³ DA SILVA, Agnaldo Damasceno. *Praça Velloso: Um estudo da socialização do Policial Militar.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Goiânia, 2002, p. 37.

¹²⁴ NUMMER, Fernanda Valli. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar.* Niterói: EDUFF, 2005, p. 76.

¹²⁵ SIRIMARCO, Mariana. *Corporalidades. Producción (y replicación) del cuerpo legítimo en el proceso de constución del sujeto policial.* Tesis de Doctorado em Ciências Antropológicas. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2006, p. 122.

Após a Palestra os candidatos foram conduzidos, de caminhão lonado¹²⁶, para a Base de Instrução¹²⁷ da SIEsp no CFAP. Na base, os candidatos trocaram o uniforme de operações de suas unidades pelo uniforme camuflado, padrão verde descontínuo, o qual seria sua “segunda pele”, a partir daquele momento, conforme o discurso de um dos auxiliares de instrução. Com o novo uniforme, cada aluno passava a ser designado pelo número costurado no uniforme. Sua identidade social passava a ser referenciada por um número de dois dígitos, explicitado em sua “segunda pele” como uma marca, um “estigma”¹²⁸ que o distinguiria naquele universo simbólico como um ser em transição, um neófito, um aprendiz.

Além da marca na “segunda pele”, o signo da nova identidade era pintado, na cor branca, em cada peça do equipamento. Os locais de aplicação obedeciam a critérios de funcionalidade, com o objetivo de facilitar a visualização e a identificação do proprietário do material, pelo aluno ou pela equipe de instrução. Na mochila era pintada nas costas, de forma que ficasse mesma altura do número fixado na gandola; no coturno, na parte de interna e lateral do cano das botas, a dois dedos da bainha; nas meias na mesma altura e lado da identificação das botas; no conjunto cantil e porta-cantil, na parte externa da capa do cantil, a dois dedos da bainha; na sunga de banho, na mesma posição da calça do uniforme; e no fuzil, nas duas laterais da coronha. Tudo era padronizado de forma a evitar o diferente, o que pudesse destoar e identificar cada um pela diferença ostensiva. Tudo deveria ser rigorosamente igual, de forma a nivelar o grupo na igualdade.

Cada peça do equipamento, no uniforme, deveria estar na mesma posição: as mochilas deveriam estar com o mesmo volume; os cantis colocados no lado direito do corpo, preso no cinto de guarnição, a quatro dedos para a retaguarda, a partir da extremidade lateral do corpo; o conjunto terçado-bainha¹²⁹ deveria ser fixado no lado esquerdo do cinto de guarnição, ficando paralelo ao corpo; a amarração dos cadarços dos coturnos no padrão transversal contínuo, e atado com nó de soltura rápida; e o “cabo solteiro”¹³⁰ “aduchado”¹³¹, com o

¹²⁶ Viatura de carroceria totalmente coberta com uma lona, que passava, naquele momento, a constituir o meio de deslocamento do grupo.

¹²⁷ Local com estrutura suficiente para a realização de uma jornada do COEsp.

¹²⁸ “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso”. (GOFFMAM, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988, p. 13)

¹²⁹ Conjunto composto de facão de mato, com lâmina de 40 cm, e bainha em nylon.

¹³⁰ Corda utilizada para fins diversos em escaladas em montanha, que também é denominado “cabo da vida”.

¹³¹ Forma específica de amarração de corda, que permite boa compactação e fácil desenrolamento.

mesmo número de voltas, e preso na extremidade lateral do lado direito do cinto de guarnição. Tais medidas objetivavam, segundo o Coordenador, a padronização dos apetrechos ao nível do detalhe, e serviria para que ninguém se distinguisse dos demais. O “padrão” determinado pelo uso do mesmo uniforme, todos com a cabeça raspada, a utilização do mesmo equipamento e sua colocação com a mesma configuração, serviria, neste caso, para estabelecer uma espécie de *igualdade* entre os *diferentes*.

A Normalização como Representação

A padronização é uma máxima dos procedimentos do COEsp. Tudo o que for relacionado à organização e aproveitamento do espaço e do tempo deve obedecer a três regras básicas: máximo rendimento; máxima segurança; e mínimo esforço. Este processo de padronização é chamado de “3M”. No entendimento do Coordenador do curso, o *máximo rendimento* diz respeito ao resultado ótimo esperado para qualquer atividade, quando os objetivos são alcançados. A *máxima segurança* é a forma em que se realiza a atividade com o mínimo de risco para as pessoas, no caso, as “pessoas de bem” e “os próprios policiais do BOPE”, como enfatiza o Coordenador. O *mínimo esforço* é a determinação da simplicidade como regra, para que sejam empenhados os recursos, materiais e orgânicos, estritamente necessários à realização da tarefa.

Segundo um Instrutor, as regras “3M” buscam desenvolver, nos alunos, a estrutura de pensamento lógico necessária ao desempenho de ações extraordinárias e de rotina, durante as fases do curso, para a obtenção da melhor *performance* nas atividades programadas. Padronizando ou normalizando as práticas, a equipe de instrução estabelece a forma de realização e do resultado a ser alcançado. Desta forma, a não execução de uma atividade, da forma orientada, e do resultado não atingido, sujeita o praticante, no caso o neófito, a uma “sanção *normalizadora*” ou disciplinar, na forma apresentada por Foucault¹³². A prática da técnica “3M” foi observada em vários momentos do processo de passagem dos iniciantes, como veremos mais adiante.

Com a chegada do final da tarde, os quase-alunos começavam a demonstrar uma aparente ansiedade. Estava próxima à hora da Cerimônia de Abertura do COEsp, a Aula

¹³² Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 149-153.

Inaugural “à vera”, nas palavras de vários componentes da equipe de instrução que ficavam, a todo momento, lembrando do que estava por vir: a apresentação dos iniciantes aos iniciados, os *caveiras*. A ansiedade tinha fundamento, pois era notório o fato de vários alunos se lesionarem nesta cerimônia. Tímpanos rompidos, mãos cortadas e fraturas ocorridas em cerimônias anteriores, enriqueciam o imaginário dos iniciantes e reforçavam o mito do evento. A Aula Inaugural ocorrida pela manhã, era apenas um cumprimento de protocolo burocrático, pois, à noite na Área do Cerimonial é que os candidatos se tornariam alunos e adentrariam no universo simbólico do Curso de Operações Especiais.

A Base de Instrução

“O inferno é verde, é úmido e é aqui.”
(Instrutor do COEsp)



- 1- Áreas de Barracas
- 2- Área Cerimonial
- 3- Enfermaria
- 4- Sala de Aula
- 5- Área Verde
- 6- Latrinas
- 7- Barragem de Lages
- 8- Represa de Lages
- 9- Área de Instrução de Natação Utilitária
- 10- Entrada da área

Figura 7 – Imagem de Satélite da Base de Instrução em Ribeirão das Lages (Fonte: Google Earth)

Os quase-alunos foram embarcados no caminhão lonado, e seguiram para a Base de Instrução da “Semana Um”, que ficava localizada na Represa de Lages, no Município de Pirai, a 95 km da Cidade do Rio de Janeiro. O local estava sendo utilizado desde o VIII COEsp, em 1996. Segundo o oficial da Equipe de Instrução, responsável pela montagem das bases do curso, parecia que a área teria sido preparada pela providência divina para a realização de cursos de operações especiais, em razão de sua localização geográfica, sua topografia e condições climáticas, ou seja: “longe de tudo, boa altitude com montanhas, florestas, frio e muita água. Tudo para propiciar o maior ‘desconforto’ possível para os alunos”.

O acesso à Base de Instrução se dava por uma estrada pavimentada de 6 km de extensão, que ligava a Rodovia Presidente Dutra até a Represa de Lages. A estrutura da base consistia em um complexo de barracas de campanha¹³³, distribuídas em um altiplano, em forma de arco, incrustado entre os cumes de elevações, que circundavam a parte sudeste da barragem da represa (Figura 7). O local escolhido possuía vista singular do alto da Serra das Araras para a região da Baixada Fluminense; era rodeado por uma cadeia de elevações coberta por densa mata atlântica, que confrontava os acidentes geográficos artificiais, diques e barragens construídas para apartar a água represada do imenso vale que se estendia do alto da montanha, onde se encontrava a Base de Instrução, até altitudes menores.



Figura 8 - Sala de Aula da Base de Instrução

A preparação da Base, por uma equipe precursora, havia começado cinco dias antes da data prevista do início do curso. As barracas eram ordenadas no terreno de acordo com sua finalidade e de forma que toda a área pudesse ser observada e vice-versa, em um dispositivo *panóptico*¹³⁴. A barraca da Coordenação do Curso determina um ponto central de onde podia observar toda a estrutura montada; este ponto era ladeado pelo depósito de material do curso e dos alojamentos da equipe de instrução, as barracas dos Monitores e Auxiliares de Instrução. Em um ponto próximo, foi instalada a barraca da cozinha de campanha e refeitório. Entre o

¹³³ Barracas, de lona ou nylon, com a capacidade de acomodar dez pessoas deitadas, utilizada em exercício de campo de forças militares.

¹³⁴“O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar [ininterruptamente] e reconhecer imediatamente [qualquer alteração]” (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 166).

refeitório e a elevação que cercava a área, foi instalada a barraca de chuveiros da equipe de instrução, e ao lado, o ponto de lavagem de painéis. Cerca de 100m de distância da cozinha e dos alojamentos, no extremo da chapada e a favor do vento, foi instalada a barraca das latrinas da equipe de instrução.

No extremo oposto do altiplano ficava a barraca da sala de aula (Figura 8). Cerca de 50m da sala de aula, em um platô situado abaixo do nível da chapada principal e no interior da mata, ficava a “Área Verde” dos alunos, estrutura que falaremos detalhadamente mais adiante. A 200m da barraca da coordenação, sobre uma enseada da lagoa da represa, foi montada a “pista de transposição de obstáculos”. Entre a barraca da coordenação e a sala de aula, foi montada a barraca da enfermaria e em frente à coordenação, foi preparada a “Área Cerimonial” do COEsp.



Figura 9 - Área Cerimonial

A Área Cerimonial (Figura 9) foi instalada em um local de fácil observação de qualquer parte da Base. Possuía uma estrutura constituída de três espaços distintos: a área de inspeção, onde os alunos formavam; a área de formatura da equipe de instrução, onde os *caveiras* se posicionavam; e o “cemitério”, onde eram “sepultados” os alunos desistentes. A área de inspeção media 10x12m, sendo delimitada por uma corda presa na ponta de estacas de madeira, fincadas em cada vértice da estrutura e a 90 cm do solo. Uma pequena entrada, do lado direito de sua parte frontal, era destinada ao acesso dos instrutores, e outra, em toda a

extensão da retaguarda da área, destinava-se aos alunos. Cada vértice da formação geométrica da área estava ornado com tochas de querosene, que eram acesas à noite. Em seu interior, lajotas pintadas de branco com o número de cada aluno escrito em preto, impecavelmente distribuídas pelo espaço, identificavam as posições a serem ocupadas por cada neófito.

Do lado esquerdo e à frente da área de inspeção, com uma estrutura de 4x4m cercado de arame farpado, estava instalado o “Cemitério Cerimonial” (Figura 10). Este era o local destinado ao sepultamento simbólico, dos alunos desistentes do COEsp, por meio da fixação de uma cruz com a inscrição do número do aluno, e onde as almas dos desligados ficam presas, como será citado adiante. O cemitério ficava do lado oposto ao local onde a equipe de instrução entrava em forma para as cerimônias, à direita e à frente da área de inspeção. Estes dois espaços representavam pólos distintos e antagônicos que ficavam à frente dos alunos, na área de inspeção, nos momentos mais solenes da rotina da Semana Um: do lado direito os Operações Especiais, aqueles que “sobrevivem”; do lado esquerdo os fracassados, os que “jazem”. Cerca de 5m à frente da área de inspeção, um mastro vertical com 6m de altura, para hasteamento da Bandeira Nacional e o estandarte do BOPE¹³⁵, determinava a parte medial da Área Cerimonial. No mastro, preso em uma barra a 1,80m do solo, pendia um sino de bronze¹³⁶.



Figura 10 - Cemitério Cerimonial

O pano de fundo da Área Cerimonial era a extensa mata atlântica, que cobria os montes do entorno do vale, e o horizonte leste de onde surgiam os primeiros raios de sol ao amanhecer. O conjunto de estruturas da área poderia ser facilmente identificado como um

¹³⁵ Bandeira de pano preto com o brasão do BOPE costurado no centro, que ficava hasteada abaixo do Pavilhão Nacional.

¹³⁶ O sino era tocado toda vez que um aluno pedia desligamento, muitas das vezes era tocado pelo próprio aluno, que declarava sua desistência.

local de culto: a área de inspeção onde estariam os neófitos, os conversos; o mastro em forma de cruz, o altar, onde se contemplaria os símbolos “sagrados” (Bandeira Nacional e bandeira do BOPE), e de onde o “prelado”, o coordenador e seus assistentes, dirigiriam as cerimônias; e por fim, os espaços antagônicos constituído pelo “cemitério dos fracos” e o local de posicionamento da equipe de instrução, os *caveiras*. Este cenário foi o palco de uma das cenas mais interessantes do período de *separação*, que será descrita adiante.

O crânio, com a faca trespassada, sobre duas garruchas cruzadas é o símbolo estampado em todos os locais de referência da Base da Instrução: na entrada da base; na porta de entrada da barraca da coordenação do curso; na entrada das barracas da equipe de instrução; e na área do cerimonial. O símbolo da unidade determina os locais das cerimônias e aqueles que não podem ser “profanados” pelos neófitos. Na perspectiva de Turner (2005), considero-o como “símbolo dominante”¹³⁷ do COEsp.

O Cerimonial de Abertura do COEsp – A confirmação da *separação*

“Ninguém é bem-vindo. Ninguém os convidou. Vieram sobre suas próprias pernas e são responsáveis por seus próprios atos [...]. Preparam-se!” (Comandante do BOPE e Diretor do COEsp 06/I).

Estava escurecendo na Base de Instrução, e o vento frio que varria constantemente o local também trazia os convidados para a cerimônia: os *caveiras*. O Cerimonial de Abertura dos cursos de operações especiais era a oportunidade de encontro de várias gerações de cursados. Todos que compareciam ao evento vinham “prestar homenagens”, segundo a declaração de um iniciado, aos iniciantes. O encontro dos “convidados” era marcado por demonstrações de exultação recíproca, externadas por brados de “caveira”, apertos de mão que estalavam alto quando as palmas se chocavam com força, e o som das fortes batidas de mãos espalmadas nas costas um do outro, que se faziam ecoar no vale que se abria em frente ao local da cerimônia. Estas eram as formas mais evidentes de demonstração de apreço entre eles.

Os convidados trajavam uniformes camuflados, em sua maioria, ou a farda de sua unidade. Os cursados vinham dos diversos batalhões da Polícia Militar, da Aeronáutica, mas

¹³⁷“O símbolo é a menor unidade do ritual que ainda mantém as propriedades específicas do comportamento ritual [...] encarada pelo consenso geral como tipificando ou representando ou lembrando algo através da posse de qualidades análogas ou por meio de associação em fatos ou pensamentos. [...] possui um alto grau de constância e consistência, que perpassa o sistema simbólico inteiro” (TURNER, 2005, pp. 49 e 63).

em sua maioria eram do próprio BOPE. Oficiais, sargentos, cabos e soldados, da ativa e da reserva, constituíam o seletor grupo. O tom de voz dos *caveiras* era tão elevado que transformava o evento em uma espécie de festa de confraternização. O encontro parecia reforçar os laços comuns que os unia: o ritual de iniciação e o próprio curso de operações especiais. Este fato podia ser constatado pela característica comum aos pequenos grupos que se formavam no local, em sua maioria, de iniciados de um mesmo curso.

Os temas das conversas dos grupos, que aumentavam na medida em que os convidados chegavam, eram recorrentes: discorriam, em tom jocoso, sobre os sofrimentos e os fatos ocorridos no tempo de curso, e as formas em que alguns alunos se comportaram. As conversas eram, em sua totalidade, sobre fatos ocorridos nas cerimônias de cada um dos presentes, onde eram enaltecida a dureza no tratamento e o nível de pressão física e psicológica mensurados pelo número de pedidos de desligamentos¹³⁸, que ocorriam durante a cerimônia.

Outra característica dos cursados era se auto-referirem por um sistema classificatório, onde cada um pertencia a um turno, no qual o ano de conclusão do curso se associava à sua ordem sequencial de realização. No caso o curso que estava por iniciar era o COEsp/06, que congregava o XVI COEsp Categoria “B” e XV COEsp Categoria “C”. Esta classificação, muitas vezes, era vinculada ao nome do coordenador e dos membros da equipe de instrução, servindo para qualificar o nível de dificuldade ou o nível técnico que o curso fora conduzido. Este “sistema classificatório” permitia inferir a existência de uma relação de qualidade, com as características da equipe que participou da formação. Contudo, prevalecia o entendimento de que quanto mais duro o curso, mais preparado o cursado.

A concentração dos convidados acontecia em frente à coordenação, e se estendia até a barraca do refeitório. Os presentes, por vezes, se aproximavam da área do cerimonial, individualmente ou em grupo, para promover uma espécie de inspeção do local, aprovando ou introduzindo idéias para melhorar ou dificultar a vida dos futuros alunos. Muitas vezes eles relembavam de suas cerimônias, apontando onde seria sua posição na área do cerimonial, narrando fatos que ocorreram com eles e com outros companheiros. Era interessante notar que os cursados evitavam adentrar no interior do quadrilátero, como se fosse um local “sagrado”, preparado para receber os futuros alunos, os neófitos. A reunião foi interrompida com a

¹³⁸ Ato de desistência do curso que acaba por estigmatizar o desligado, sendo caracterizado pela frase: “pediu para sair”.

chegada do Comandante do BOPE, quando todos os presentes foram ao seu encontro para cumprimentá-lo.

Após os cumprimentos dos convidados, deu-se início uma cerimônia peculiar: a visita à Base de Instrução. Acompanhado do Coordenador do Curso e do oficial responsável pela montagem da base¹³⁹, o Comandante percorreu todos os locais da estrutura montada, sendo explicado, pelo oficial responsável, cada detalhe da preparação da área, da montagem das estruturas e as dificuldades encontradas e superadas para o cumprimento da missão. Ao final da visita, a equipe responsável pela montagem da base esperava a chegada da comitiva; o comandante do BOPE, em frente à equipe perfilada, fez algumas observações sobre o nível de detalhamento e cuidado na montagem da base e das oficinas de trabalho, elogiando o esforço de todos na superação das dificuldades, afirmando que esta era a principal marca dos homens de operações especiais.

Após a visita, o Comandante reuniu a equipe de instrução e os convidados, próximo à Área do Cerimonial, e realizou o *briefing* do evento. Colocando-se na qualidade de Diretor do COEsp, enfatizou o cuidado que deveria se tomar, por todos os presentes, para que nenhum aluno se lesionasse durante a cerimônia, pois a jornada daquela semana seria muito dura, e exigiria o máximo dos alunos. O Comandante citou exemplos de fatos ocorridos nas cerimônias de abertura de outros cursos, onde alunos tiveram de ser atendidos pelos médicos, que acompanhavam o evento, e acabaram por perder o curso por falta de condição física. Todos ouviam em silêncio. Após as palavras do Comandante o coordenador expôs como seria realizada a cerimônia, o papel, a responsabilidade, os limites e o posicionamento de cada um, no evento que se iniciaria em seguida. Terminado o *briefing* os presentes passaram a tomar suas posições, pois a Aula Inaugural “de verdade” iria começar.

O Início da *Docilização* dos Corpos

Às vinte e uma horas em ponto, as tochas de querosene, fixadas nos vértices do quadrilátero, foram acesas. O Comandante do BOPE se posicionou no ponto central à frente do mastro, em frente à Área do Cerimonial, ladeado pelo Subcomandante do BOPE e o Major Coordenador do curso. Os demais oficiais e praças do BOPE, instrutores, monitores,

¹³⁹ O oficial é um antigo integrante do BOPE, possuidor do curso de Operações na Selva no Exército Brasileiro, e que participou da maioria dos cursos do BOPE, inclusive do curso que participou o próprio Comandante, quando tenente.

auxiliares de instrução e sete *caveiras* convidados, se distribuíram pelos outros três lados da área, em ordem de precedência hierárquica da cabeceira para o fim da área e da direita para a esquerda. Os demais convidados se distribuíram no entorno da área, perfilando-se para assistirem a cerimônia.

Ouviam-se ao longe os cânticos militares, que aumentavam na medida em que os alunos se aproximavam. O turno, que vinha de caminhão do Rio de Janeiro, havia desembarcado a 3 km do local e percorriam o trajeto correndo, com todo o equipamento¹⁴⁰ que seria utilizado na jornada da “Semana Um”. No local da cerimônia o silêncio foi quebrado pelo aparecimento do turno em passo de corrida cadenciada, conduzido pelo subcoordenador, cantando canções de operações especiais¹⁴¹. A corrida do turno, durante as atividades do curso, possuía alguns parâmetros a serem observados, sem os quais não receberia a aprovação dos presentes: os joelhos, quando erguidos na marcha, deveriam ser elevados até que a coxa ficasse paralela ao solo; o tronco deveria estar sempre ereto, a despeito do peso da mochila; e o fuzil deveria ficar em posição transversal ao corpo e a um palmo de distância do peito, sendo empunhado com a mão esquerda no guarda-mão¹⁴², na altura do ombro esquerdo, e a mão direita no punho da arma¹⁴³, na altura da parte inferior das costelas e ao lado do tórax.

Os quase-alunos entraram correndo, em forma, pela parte aberta da área de inspeção, até executarem o comando de “alto¹⁴⁴” próximo às posições marcadas no solo. Tomando a palavra, o Comandante, em tom de voz elevado, observou: “Pela forma desordenada que adentraram na área, pela falta de vibração ao cantar, e pela falta de elegância no deslocamento, saiam de minhas vistas e refaçam o cortejo”. Esta situação se repetiu por cinco vezes, fazendo com que alguns quase-alunos começassem a dar sinais de cansaço, momento em que os convidados começaram a se pronunciar em brados, identificando e injuriando os “fracos”:

“Senhor aluno X¹⁴⁵, o senhor é um fraco, um incompetente, não agüenta uma corridinha de nada, isto aqui não é lugar para aventureiros, vá embora, pede para sair.”

¹⁴⁰ Uniforme completo, mochila com todo o equipamento, fuzil, facão de mato e cantil. Ao todo, o equipamento pesava 13 kg.

¹⁴¹ Cânticos que enalteciam as qualidades e os feitos dos homens de operações especiais.

¹⁴² Parte do fuzil que envolve o cano da arma, para empunhadura da mão de apoio.

¹⁴³ Parte do fuzil a ser envolvido pela mão que efetuará o disparo.

¹⁴⁴ Parada da corrida ou marcha, em que todos cessam os movimentos ao mesmo tempo.

¹⁴⁵ Não identificarei os alunos do curso pela numérica, designando as letras X, Y, Z e W quando me referir a eles.

“O aluno Y está fazendo resistência passiva, desliguem esse fraco do curso.”

“Está cansado senhor aluno Z? O curso nem começou e já esta fraquejando? Vai embora seu ‘merda’ [sic]!”

“Conheço o aluno W, é um corrupto do [...] batalhão, só sabe “correr” atrás de grana. Vai embora seu ‘safado’, isto aqui não é para você.”

Após a quinta tentativa, o Comandante determinou, enfim, que o turno fosse apresentado. Após a apresentação formal do turno de Operações Especiais, de 2006, o Comandante iniciou o discurso de abertura do curso deixando clara a situação em que os alunos estavam:

“Ninguém é bem-vindo. Ninguém os convidou. Vieram sobre suas próprias pernas e são responsáveis por seus próprios atos. Ninguém é obrigado a sofrer humilhações ou sentir dor, frio, fome ou sono. Ninguém é obrigado a ficar. Os covardes nunca tentam, os fracos ficam pelo caminho, somente os fortes e determinados conseguem atingir seus objetivos. Prepararam-se! Declaro aberto o Curso de Operações Especiais de 2006.”

No momento da declaração de abertura do curso, rajadas de disparos de fuzil e explosões de cargas de TNT¹⁴⁶ romperam o silêncio noturno, seguido de brados exultantes de “Caveira!” por todos os presentes. O semblante dos, agora, alunos era de perplexidade e ansiedade pelo que se seguiria. O Comandante, em brados, se apresentou designando seu posto, nome, função e número de *caveira*¹⁴⁷, tomando, em seguida a posição de flexão de braços¹⁴⁸, em dois tempos¹⁴⁹. Esta medida determinava que os alunos o seguissem tomando, também, a mesma posição. O exercício foi realizado sob comando¹⁵⁰, executando-se dez repetições. Após os alunos retomarem, a comando, à posição de pé, o Comandante deu a voz de comando para que os alunos volvessem sua frente para a direita: “Frente para a direita!”. Neste movimento, todo o turno bradou em uníssono: “Operações Especiais”, momento que todos os *caveiras* presentes responderam em coro: “Nunca serão!”.

¹⁴⁶ Composto explosivo Trinitrotolueno.

¹⁴⁷ Cada iniciado recebe, após o término do curso um número de *caveira*, que segue a ordem seqüencial desde o primeiro COEsp.

¹⁴⁸ Posição que o corpo estendido fica apoiado de frente no solo, sobre as mãos e braços, estendidos, e a ponta dos pés.

¹⁴⁹ A tomada de posição para exercícios físicos em dois tempos é uma forma de se ordenar que o grupo a ser exercitado acompanhe o guia. No caso, partindo da posição de pé, no primeiro tempo se toma a posição agachada, colocando as mãos no solo, e no segundo tempo se estende as pernas para trás, entrando na posição de flexão de braço. A retomada da posição de pé, obedece ao sentido inverso.

¹⁵⁰ O guia que orienta o exercício determina a forma de execução, no caso com o comando de “em baixo”, executando a flexão dos braços, encostando o peito no solo, e comando “em cima”, realizando a extensão dos braços, voltando à posição inicial.

Quando o turno se voltou para a direita, apresentou-se um oficial instrutor do curso, com a mesma formalidade do Comandante, tomando a posição de “polichileno¹⁵¹”, guiando a execução de dez repetições. Ao terminar o exercício o oficial determinou que os alunos volvessem a frente para direita, onde se apresentou outro instrutor. Este método, chamado de “carrossel”, faz com que um grupo execute vários exercícios, mobilizando diferentes grupos musculares. Havia treze instrutores, monitores e auxiliares de instrução, e sete *caveiras* convidados, que guiaram exercícios, o que significa que os alunos realizaram duas mil e trezentas repetições de exercícios, distribuídos em flexão de braço, abdominal e polichinelo, com todo o equipamento.

Após o terceiro rodízio, o que significa três voltas no carrossel, alguns alunos começavam a dar sinais de cansaço. Este acontecimento era a senha para que os convidados, que se mantiveram em silêncio, iniciassem as hostilidades verbais contra os “fracos”. Provoações e adjetivações pertinentes às incapacidades dos alunos, que demonstravam “fraqueza”, eram a tônica das críticas: “Pede para sair seu [sic] aluno X, aqui não é seu lugar, o senhor é um fraco, volte para seu batalhão de invertebrados e *pela-sacos*.”; e “O senhor aluno Y está ‘escamoteando’, tá [sic] ‘roubando’! Se não agüenta os exercícios, pede para sair seu merda [sic].”

O *carrossel* foi executado até que os alunos fossem levados à exaustão. Quando a maioria não conseguia mais acompanhar o guia, que comandava o exercício, os convidados invadiram a Área do Cerimonial e, aos brados, insultavam os “profanadores” que “não souberam honrar o solo sagrado”, segundo a declaração de um dos iniciados, e por onde passaram vários *caveiras*, que ali estavam. Os alunos eram cercados por grupos, que os agarravam pelas alças das mochilas e os sacudiam para frente e para trás, gritando para que eles desistissem do curso e voltassem para casa. Ofensas dirigidas aos alunos, chamando-os de corruptos, ladrões, e *arregados*¹⁵² eram recorrentes. Repetidos e insistentes brados para os alunos abandonarem o curso, ecoavam nas matas dos montes do entorno: “pede para sair”, “pede desligamento”.

¹⁵¹ Exercício físico executado de pé, que consiste em ordenar a abertura lateral de pernas e elevação de braços estendidos sobre a cabeça, ao mesmo tempo, retornando à posição inicial, repetidas vezes.

¹⁵² Termo que significa que o policial fez um acordo financeiro com bandido, geralmente traficante de drogas, para que possa continuar vendendo sua mercadoria.

Os *caveiras*, por vezes, conseguiam arrancar o fuzil de alguns alunos. Por terem deixado que tomassem seu armamento, recebiam toras pesadas de madeira, já preparadas para esta finalidade, que passariam a substituir a arma durante a fase inicial do treinamento. Outros alunos que se agarravam ao fuzil para não perdê-lo, disputavam a arma em um cabo de guerra com os *caveiras*. Esta disputa acabava derrubando o aluno ao chão, que era arrastado para fora da área do cerimonial, sendo puxado pelo cano da arma por um ou dois *caveiras*. Pressão psicológica marcada por provocações e humilhações, e pressão física caracterizada por “acometimentos corporais”¹⁵³, pautavam a interação entre os iniciados e iniciantes. Contudo, a maioria dos alunos suportava a pressão sem esboçar medo ou qualquer ou outro “sinal de fraqueza”¹⁵⁴. Aqueles que a demonstrava eram imediatamente cercados e hostilizados. Nesta condição, dois alunos “pediram para sair”, ou seja, pediram o desligamento do curso.

Rito, insulto moral ou demonstração de poder?

“O senhor é um ‘merda’ [sic]. O senhor não existe pra nós. O que o senhor está fazendo aqui? Pede logo para sair e acabe com este sofrimento.” (Monitor de Instrução do COEsp 06/I)

A Cerimônia de Abertura do COEsp pode ser analisada sob diversas aspectos. É demonstração de poder quando “[...] se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em quadro cerimonial”¹⁵⁵, caracterizado pela formalidade do protocolo e da hierarquia, que determina o poder da equipe de instrução sobre os iniciantes. Como uma forma de “poder em cena” onde o detentor da força submete os “outros” por meio de ações que acabam por constituir formas de representações simbólicas, na configuração proposta por Balandier (1982), a cerimônia pode ser também analisada como um espetáculo na perspectiva de Guy Debord¹⁵⁶, onde o conjunto de imagens, além de provocar intensas emoções nos participantes e na audiência, media as relações sociais entre os protagonistas (DEBORD, 1988, p. 14). No caso, as relações estabelecidas neste marco do processo pautarão a forma de tratamento dos iniciados ao longo do COEsp.

¹⁵³ Designo como acometimentos corporais as ações de contato físico sobre os alunos.

¹⁵⁴ Categoria muito utilizada durante o curso, sendo empregada para aqueles que demonstram corporalmente não serem capazes de suportar a pressão do evento a que estão sendo submetidos.

¹⁵⁵ BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 7.

¹⁵⁶ DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

As ações observadas, na verdade, seriam prescritas para todos os atores, no desempenho de seus papéis sociais (GOFFMAN, 1985, p 23-24), naquele momento e ambiente. Assim, como espetáculo se identifica o cenário, que é o próprio curso como rito e suas cerimônias; o roteiro, que trata do papel prescrito para cada ator; e o fim que se pretende atingir, ou seja, o que se deseja transmitir. Neste sentido, pela perspectiva de Turner¹⁵⁷, estaríamos diante de uma “performance social”, como os ritos e “dramas sociais”, que seriam diferentes das “performances estéticas”, ou seja, de dramas teatrais. Observei que o desempenho dos alunos, como atores sociais, estaria sob a égide do seu livre arbítrio, que segundo Turner é condição que caracteriza a sociedade complexa¹⁵⁸, tornando o espetáculo uma interação que poderia ser interrompida a qualquer momento, pela desistência do aluno de continuar no processo, ou seja, de representar seu papel.

Outro aspecto da Aula Cerimonial seria a encenação de despropositada provocação, humilhação e “profanação do eu” dos alunos. Os acometimentos poderiam ser considerados como formas transgressões aos direitos legais, ou formas de *insulto moral*¹⁵⁹, ao nível do *esculacho*¹⁶⁰. Diante deste pressuposto, passei a refletir sobre o desempenho dos atores com foco no comportamento de submissão dos alunos ao processo descrito. Goffman (2005, p. 24) observa sobre que, nas instituições totais:

“Ao entrar [o novato], é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições [sociais de seu mundo doméstico]. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros, que é significativa para ele.”

¹⁵⁷ TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications, 1987, p. 74.

¹⁵⁸ TURNER, Victor *From ritual to theatre – the human seriousness of play*. New York, PAJ Publications, 1982, p. 55.

¹⁵⁹ “Diferentemente das agressões a direitos jurídicos-legais, o insulto moral não pode ser traduzido, de imediato, em evidências materiais. Embora se trate de uma agressão à pessoa do ator efetivamente ofendido, e não se confunda com a perda eventualmente sofrida com a quebra de um contrato ou em decorrência de um ilícito civil [...] também se distingue de uma agressão física de caráter criminal, que sempre deixa marcas palpáveis, facilmente identificáveis e percebidas como tais por terceiros” (CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal e Insulto Moral – Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 158p. 2002, p. 9).

¹⁶⁰ Categoria apresentada por Pires para caracterizar forma de insulto moral que transgredir os limites de tolerância (PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha! Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, 2002, pp. 146-153)

Sobre a submissão dos neófitos nos ritos de passagem, Turner (1974) explica que:

“Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios. É preciso mostrar-lhes que, por si mesmos, são barro ou pó, simples matéria, cuja forma lhes é impressa pela sociedade.” (p. 127).

Turner observa que:

“[...] a liminaridade [o período de transição] freqüentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, [...]. As entidades liminares, como os neófitos nos ritos de iniciação ou de puberdade, podem ser representadas como se nada possuíssem [...]. Devem, implicitamente, obedecer aos instrutores e aceitar punições arbitrárias, sem queixa. É como se fossem reduzidos ou oprimidos até a uma condição uniforme, para serem modeladas de novo e dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida.” (p. 117)

Turner (2005) reforça, ainda, que “o sujeito submetido ao ritual de passagem fica, no decorrer do período liminar, estruturalmente, ou mesmo fisicamente, ‘invisível’” (p. 139).

“Outra característica estruturalmente negativa dos seres transicionais é a de não *terem* nada. [...]. Os direitos sobre a propriedade, os bens e os serviços são inerentes às posições da estrutura político-jurídica. Na medida em que não ocupam tais posições, os neófitos não exercem esses direitos.” (p. 143).

Cardoso de Oliveira (2002) esclarece que para haver insulto, deve haver o ressentimento por parte do ofendido, em razão da *desconsideração* do ofensor, “que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida”. Na visão dos *caveiras* a interação com os neófitos por meio de brados, insultos e hostilidades são fundamentais para testar sua tolerância ao estresse e avaliar seu nível de controle emocional, que é um dos mandamentos dos Operações Especiais (ver Anexo I). Segundo o Comandante do BOPE a aula inaugural é o momento de “sacudir o sistema de valores pessoais e verificar, na prática, o que foi avaliado pelos testes psicológicos sobre a agressividade controlada e controle emocional¹⁶¹”:

“Ser um ‘operações especiais’ significa estar pronto, tecnicamente e psicologicamente, para agir com equilíbrio no máximo de pressão de qualquer

¹⁶¹ Primeiro e segundo mandamento dos Operações Especiais (ver Anexo I).

cenário [...] se assim não for, acabará [o policial] agindo sob emoção, comprometendo a equipe e o resultado da missão.” (Comandante do BOPE).

“Todos que entram, e os que nem tentam, sabem que o COEsp é deste jeito [falando das pressões físicas e psicológicas] é como entrar em um ringue de luta [...], quem decide entrar sabe que poderá levar porrada [sic], se não quiser não entre, se não gostar pode sair a hora que quiser. Ninguém é obrigado a ficar” (Oficial, *caveira*, antigo instrutor de Defesa Pessoal do COEsp).

Esta visão é expressa de forma recorrente nos relatos das entrevistas realizadas logo após o final da cerimônia:

“É o primeiro contato dos alunos com os *caveiras*. É um grande teste de controle emocional. Deve ser um momento inesquecível para cada um deles e temos que nos esforçar para isto.” (Sargento do BOPE, *caveira*).

“Não tenho raiva de ninguém no turno, tenho até amigos de turma [...] mas para ficar aqui tem que provar que é capaz de suportar a pressão, pois no combate não será diferente.” (Oficial do BOPE, *caveira*).

“Não é nada pessoal, nosso dever é exigir o máximo deles, pois na favela ele deverá suportar ser maltratado por todos, e reagir de forma adequada. Ou aprende a tolerar a pior das pressões ou pede para sair. Ninguém é obrigado a ficar, pode sair à hora que quiser.” (Cabo do BOPE, *caveira*).

Ao entrevistar os alunos que desistiram do processo e aqueles que o finalizaram, não consegui identificar, nas entrevistas, ressentimentos em razão do tratamento que receberam:

“Não tenho nada contra ninguém [da equipe de instrução] não estava preparado para este tipo de coisa [sobre o Cerimonial de abertura do curso], não consegui me ver fora de minha patente. (Oficial, desistiu no primeiro dia após a aula Cerimonial).

“Acho que não estava bem fisicamente, e isso me prejudicou [...]. Não tenho nada contra e nem culpo ninguém, [...] cada um estava fazendo seu papel.” (Sargento, desistente do terceiro dia de curso).

“Só acho que não precisava de tanta coisa, [...] era muita pressão, não dava tempo de pensar, era muita confusão, muita gente falando ao mesmo tempo, gritando com a gente, empurrando, coisa pra maluco [sic], não era pra mim [...]. Mas acho que vou fazer o próximo, minha alma esta enterrada naquele cemitério [cerimonial], tenho que resgatá-la [aforismo dos alunos desligados sobre a alma que vaga no interstício do COEsp].” (Tenente, desistente do curso).

“Mudei para melhor, o curso me ensinou a suportar o que não agüentava antes, me sinto sempre preparado para o pior.” (Cabo *caveira*).

Desta forma, verifiquei que as teorias sobre os ritos de passagens, nas instituições totais, são aplicáveis ao processo descrito e que os instrutores percebem o que fazem como meio de transformação do neófito. O aluno seria, assim, “uma tabula rasa, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo

‘status’” (TURNER, 2005, p. 127). Há uma perspectiva, então, de que a *persona* liminar é um ser sem direitos que deve se submeter aos “processos” que irão transformá-lo em um novo ser, preparando-o ou modelando-o para enfrentar as situações de seu novo status, e agir conforme as prescrições do papel social que desempenhará. De forma semelhante, esta mesma condição ocorre com o ritual descrito por Turner, em que o escolhido como “Rei de Gabão” é deve suportar os insultos e agressões de seus súditos para provar que é digno de ser reconhecido como Rei (TURNER, 1974, p. 206-207). Ainda assim, sentia que deveria haver algo que completasse e costurasse este mosaico, algo que estaria relacionado além do estado físico, e que pudesse explicar sua submissão ao tratamento que recebiam.

A Rotina de Instrução

Após o término da Aula Cerimonial, o turno iniciou as atividades do programa por volta das 22h30min. A primeira instrução prevista foi Educação Física com uma corrida de 10 km com equipamento, sendo conduzida pelos auxiliares de instrução. Enquanto isso, os convidados se despediam do Comandante e da equipe de instrução, e se retiravam da Base. O comentário recorrente, na saída do local, era a forma resoluta como alguns alunos suportaram a pressão do evento e da “demonstração de fraqueza” de outros, estimando a quantidade de alunos que terminaria a “Semana do Inferno”, diante do que presenciaram naquela noite.

A rotina dos alunos na Semana do Inferno, a partir da Aula Cerimonial, obedecia a um planejamento pormenorizado. Além de prever cada atividade, instrução, instrutores, monitores e auxiliares de instrução encarregados, e o horário de início e término da aula, o planejamento indicava o objetivo da matéria, os intervalos entre aulas, as trocas de equipe de instrução, que se revezavam durante 24h, e o tempo que seria destinado ao descanso dos alunos. Havia a previsão de duas cerimônias de rotina com horários definidos, o Cerimonial da Bandeira e da Inspeção Matinal, e a extraordinária, que poderia ser realizada a qualquer momento: a cerimônia de desligamento de desistentes.

O “Quadro de Trabalho”¹⁶², restrito à equipe de instrução, compreendia um ciclo de 22h ininterruptas de atividades por dia de instrução, a partir da Aula Cerimonial. O controle do tempo e das atividades como forma de disciplinização dos corpos, além de serem heranças do modelo militar (FOUCAULT, 2002, p. 128-143) serviam, no caso, para impor um ritmo forte

¹⁶² Documento onde o planejamento do período é distribuído por dia e horários, distinguindo as matérias, os tópicos, os instrutores e auxiliares de instrução escalados.

de atividade que levava os alunos à exaustão. Eram previstos intervalos para repouso; contudo, nestes espaços de tempo eram deveres do aluno: limpar o armamento e equipamento; fazer curativos nos próprios ferimentos, ajustarem o equipamento e repousarem, se houvesse tempo. Este intervalo de 2h, para cada 24h de planejamento durante todo o período da Semana do Inferno, não eram, necessariamente, contínuas; a soma do tempo de intervalo perfazia o total de 2h. A limpeza do armamento e os curativos eram feitos pelos alunos utilizando seus kits individuais.

Para efeito de melhor entendimento, o planejamento previa períodos de aula, que eram organizados em dois turnos da manhã, dois turnos da tarde, turno da noite, e madrugada. No turno da manhã, privilegiavam-se matérias práticas, como Educação Física, Defesa Pessoal, e Técnicas de Transposição de Obstáculos¹⁶³; no turno da tarde, matérias de cunho teórico, Natação Utilitária¹⁶⁴ e Conduta da Patrulha; no turno da noite matérias práticas como Conduta de Patrulha e Orientação; no turno da noite, após o jantar, matérias teóricas seguida de práticas; e na madrugada havia alternância de matérias teóricas e práticas com Conduta de Patrulha, Natação Utilitária e Orientação.

Após a corrida de 10 km, os alunos foram conduzidos para a sala de aula para a instrução de Camuflagem. Ao chegar pela primeira vez na sala de aula de campanha, os alunos se acomodavam de acordo com a seqüência numérica, da direita para esquerda, e da frente para a retaguarda, nas cinco fileiras de bancos feitos de troncos de eucalipto, sustentados por estacas, do mesmo material, nas extremidades. Os bancos, ou traves, eram separados por um mesmo intervalo, cerca de 60 cm, e a altura de cada um, da primeira fileira para a última, possuía medidas crescentes de 5 em 5cm, a partir de 60 cm, de forma que a fileira de trás ficava mais elevada que a anterior, como se fosse um anfiteatro. A sala de aula era adaptada em uma barraca de *dez praças*, com cobertura de nylon, e possuía um quadro mural, quadro de giz, luz elétrica e instalação para data-show.

A metodologia utilizada nas instruções da Semana do Inferno, conforme explicação de um antigo Coordenador do COEsp, obedecia a um princípio único: o “princípio desidratativo”. Por este princípio, toda tarefa deveria requerer um esforço máximo dos executantes, levando-os aos seus limites pelo “suor do trabalho duro” e, por vezes, pelas

¹⁶³ Trata-se de obstáculos naturais e artificiais que devem ser transpostos, utilizando-se técnicas apropriadas no processo “3M”.

¹⁶⁴ Trata-se de técnicas para serem empregadas para o deslocamento, em situações específicas no meio líquido.

“lágrimas do sofrimento”. Este método era facilmente identificado nas regras de conduta empregadas nas tarefas mais simples, como carregar algum material com o número de alunos menor do que o necessário para fazê-lo com razoável facilidade, ou uma marcha forçada transportando todo o material necessário para alguma atividade, quando este poderia ser conduzido por viaturas, ou ainda, uma aula teórica enfadonha na madrugada, onde o aluno lutava constantemente contra o sono e o forte cansaço, sob pena de uma sanção física que iria lhe impingir algum desconforto, caso fosse flagrado cochilando.

As aulas teóricas, desenvolvidas neste período, privilegiavam a leitura de manuais e livros relacionados com a matéria, sendo propositadamente enfadonhas. Os alunos acompanhavam a leitura dos textos, fazendo anotações em seus cadernos de campanha, pois todas as matérias eram avaliadas por provas discursivas e práticas, aplicadas a qualquer momento após o término da carga horária. Em razão do cansaço e da falta de adaptação à alteração brusca da rotina, era comum ver os alunos cochilarem, o que ocasionava a queda da trave ou “cabeçadas” no ar. Contudo, o dormir na instrução representava uma falta grave passível de uma sanção física, aplicada no ato de sua constatação. O aluno era penalizado com a execução de exercícios físicos ou pela auto-imersão nas águas da represa, o que representava ficar molhado durante algum tempo, o que causava um grande desconforto em razão das baixas temperaturas do local.

Rusticidade como Representação – A Naturalização da Adversidade

“Desconforto é a constante que deve acompanhar a vida do aluno, principalmente na Semana do Inferno [...]. É a adaptação ao desconforto que leva à rusticidade.”
(Coordenador do COEsp).

Em qualquer situação que o aluno fosse submetido, durante a instrução teórica ou prática, refeições, e mesmo nos intervalos de repouso, fora da “Área Verde”, deveria ser providenciado uma condição que causasse desconforto e incômodo para ele. Se os alunos tivessem que ser conduzidos para a sala de aula, deveriam, primeiramente, ser imersos nas águas da represa, de forma a serem mantidos molhados o maior tempo possível. Na instrução prática, deveria se evitar qualquer condição que mantivesse o aluno parado em um mesmo ponto, para que ele não se acostumasse com aquela situação. Havia o pressuposto que esta metodologia levaria o aluno a desenvolver a “rusticidade”, que era entendida como a

“capacidade de suportar as adversidades do meio ambiente sem alterar a capacidade individual de realização de tarefas” conforme a narrativa de quatro instrutores entrevistados.

“O aluno deve se acostumar a ficar molhado, ficar com fome, ficar com sede, ficar com sono e, sobretudo, permanecer atento, caso contrário vai morrer na favela ou pior, deixar que matem alguém da equipe ou matar quem não deve. [...] desenvolver a rusticidade é o objetivo da Semana do Inferno.” (Oficial instrutor de Patrulhas do COEsp 06/I).

Por volta das duas horas da manhã os alunos tiveram a primeira refeição, desde que chegaram à Base de Instrução. Após o término da instrução de camuflagem, os alunos foram conduzidos para a barraca da cozinha. O trajeto era iluminado pelas luzes dos postes instalados pela companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, ao longo da estrada pavimentada. Próximo à porta da barraca da cozinha, os alunos receberam do cozinheiro¹⁶⁵ um panelaço de mingau de aveia quente. A ordem do Auxiliar de Instrução, que acompanhava os alunos, foi simples: “Comam tudo, pois vocês não sabem quando irão comer novamente”.

Os alunos, organizados em um dispositivo de formatura¹⁶⁶, foram orientados para prepararem o caneco do cantil¹⁶⁷ para receberem o alimento. Contudo, pela demora para sacar o equipamento, em razão do cansaço e da falta de habilidade com o material, a ordem foi abortada sendo determinado que eles retirassem a cobertura¹⁶⁸ da cabeça, para que nela fosse depositado o mingau. O líquido pastoso dentro do boné dificultava sua manipulação, fazendo com que os alunos se desdobrassem em artifícios para não deixar cair o mingau no chão, pois quando isto acontecia, o aluno deveria recolher o alimento de volta ao recipiente improvisado e comê-lo.

Alguns alunos não conseguiram apanhar a colher do talher articulado¹⁶⁹ dentro da mochila, provocando a ordem para que todos passassem a comer com as mãos. Devido à temperatura do mingau e para não queimar as mãos, os alunos o apanhavam rapidamente com a mão, em forma de concha, e jogavam em quantidade para dentro da boca, fazendo o restante escorrer pelo rosto. Os alunos só terminaram a refeição após esgotarem toda a panela, mesmo havendo muita quantidade de comida. Terminada a refeição, os neófitos recolocaram a

¹⁶⁵ Que também era mecânico, pintor e pedreiro do batalhão.

¹⁶⁶ Dispositivo em que os militares ficam organizados no terreno com uma frente de três a cinco pessoas e os demais imediatamente atrás um do outro, em profundidade, e perfilados com os que se posicionarem ao lado.

¹⁶⁷ Caneco que faz parte do conjunto cantil-caneco, que é fixado no cinto de guarnição.

¹⁶⁸ Nome dado a qualquer peça do uniforme que for usado na cabeça, como boné, quepe, boina etc.

¹⁶⁹ Conjunto de faca, garfo e colher, conectados sob pressão.

cobertura na cabeça e foram conduzidos para se lavarem nas águas da represa. Nas refeições seguintes, os alunos foram desenvolvendo formas de serem mais rápidos na preparação dos meios para receberem as refeições, evitando-se a improvisação com outros meios.

“Os alunos devem aprender a se prontarem rapidamente, mesmo sob condições adversas, como sono, cansaço e fome. Caso não aprendam a superar estas condições, mais simples, não o farão na hora do “salseiro” [confronto armado], na hora em que o ‘bicho pega’ [troca de tiro].” (Sargento do BOPE, Monitor de Instrução, *caveira*).

A Área Verde – O espaço privado de uso coletivo

“A Área Verde é o fiel retrato do estado de espírito do grupo. Nos primeiros dias é uma total desordem, mas na medida em que se adaptam às dificuldades, começam a organizar seu espaço [...]. Para saber como esta o moral do turno, é só visitar a área.” (Combatente de Selva¹⁷⁰, oficial do BOPE e responsável pela preparação das bases de Instrução).

Após a “assepsia” na represa, os alunos foram conduzidos até a Área Verde, sua nova “casa”. Durante o trajeto foram correndo e cantando *charlie mike*¹⁷¹, a única forma de deslocamento que eles utilizaram durante todo o curso. Área verde significa área de segurança e proteção, representando a zona de exclusão para a equipe de instrução, que só a adentra para verificar a organização e limpeza do local. A área destinada aos alunos era uma pequena clareira no meio da mata, que ficava 50m abaixo do platô principal da Base de Instrução (ver Foto 7) . Para se chegar à Área Verde os alunos percorriam uma trilha em declive íngreme entre as árvores, que começava na borda da mata próxima à sala de aula; o caminho era “iluminado”¹⁷² por uma corda ancorada nas árvores, que era utilizada como apoio pelos alunos, para não escorregarem na descida. A subida de volta à Base era um esforço ainda maior. Nada se fazia sem sacrifícios na Base de Instrução, até chegar à área destinada ao conforto: “Não existe glória sem sacrifícios” (Coordenador do COEsp).

Obrigações eram devidas na Área Verde. Os alunos deveriam limpar a área retirando folhas, galhos e qualquer objeto que pudesse poluir o ambiente, “além dos próprios alunos”, segundo um Instrutor. As redes de selva deveriam estar corretamente montadas e dispostas em forma de círculos concêntricos, permitindo o estabelecimento de perímetros de segurança.

¹⁷⁰ Possuidor do Curso de Operações na Selva do Exército Brasileiro.

¹⁷¹ Cânticos Militares - forma de abreviação das primeiras letras “C” e “M” utilizando o alfabeto fonético internacional.

¹⁷² Categoria que significa marcada ou identificada por algum meio de “fortuna”, improvisado. No caso, uma corda, de cor contrastante com o meio ambiente, colocada ao longo do caminho a ser percorrido.

Uma fogueira deveria ser preparada no centro da área, cercada com pedras e acesa enquanto os alunos permanecessem no local. Uma latrina deveria ser construída, seguindo as seguintes recomendações: o local deveria estar no mínimo a 50 m do centro do acampamento, e a favor do vento; um buraco deveria ser cavado com o material disponível, no caso o facão de mato, com profundidade mínima de um braço; o caminho até o local deveria ser iluminado com um *LIRP*¹⁷³; e toda vez que fosse usado, deveria ser jogado um punhado de cal virgem sobre os dejetos.

Nos três primeiros dias os alunos mal tiveram tempo para cumprir as obrigações e atender as recomendações. No pouco tempo de liberação para a Área Verde os alunos não conseguiram montar as redes de selva, limitando-se a estenderem o plástico preto, individual, para forrar o chão. A fogueira não foi preparada e nenhum aluno se dispôs a isto. A latrina foi improvisada em um buraco já existente no local, a 5m do centro da área, de modo que todos assistiam o usuário no ato de “liberação intestinal”, bem como sentiam o resultado de sua produção. Para urinar, os alunos utilizavam qualquer parte da matas que cercavam a área, o que produziria um cheiro característico na área.

Após vinte minutos de permanência na Área Verde, dois silvos longos de apito¹⁷⁴ ecoaram no vale quebrando o silêncio da madrugada, pois os alunos mal falavam entre si. Os alunos respondiam com morosidade ao chamado, e o xerife se esforçava em tentar apressar o turno, pois sabia que a demora teria um preço a ser pago. Ao chegarem à área do cerimonial, o xerife foi responsabilizado pela demora e penalizado com duas voltas rastejando em torno da Área do Cerimonial, onde o turno se encontrava em forma na posição de flexão de braços até o término do castigo. Enquanto o xerife pagava o preço pela falta, um dos auxiliares de instrução esbravejava:

“Xerife, quando for chamado para salvar policiais emboscados na favela, o senhor vai demorar todo o tempo do mundo? Os companheiros que se ‘fodam’ [sic] na mão de vagabundos? Se não sabe comandar homens, pede para sair seu merda [sic]!”

O Xerife

“Xerife, o senhor é o responsável por esta ‘farândula’. Aprenda a comandar e decidir, rápido e com qualidade, a vida de seus homens estará sob sua responsabilidade. Se não serve para isso pede para sair.” (Instrutor do COESp 06/I).

¹⁷³ Cordão de nylon Leve, Impermeável, Resistente e Prático. Um cordão de varal de roupa.

¹⁷⁴ Os dois silvos de apito representavam a chamada do turno para a área do cerimonial, e um silvo a chamada do xerife para receber instruções.

Um papel importante em toda a fase do curso, principalmente na fase inicial, era do “xerife”. O xerife era o homem de ligação entre o grupo de alunos e a equipe de instrução, uma espécie de gerente encarregado de comandar o turno durante um determinado período¹⁷⁵, chamado de “xerifado”. Esta função burocrática era prevista no Manual do Aluno (Anexo I) e exercida por qualquer aluno escolhido aleatoriamente, independente de sua posição hierárquica pretérita, pelo coordenador do curso. Contudo, era evidente, para um observador atento, que a escolha considerava “sinais de fraqueza” dos alunos diante das adversidades. Este critério teria o objetivo de expor as deficiências dos neófitos na condução de uma equipe, principalmente os “antes oficiais”¹⁷⁶. As ordens eram sempre transmitidas ao xerife, com economia de dados, obrigando-o a buscar esclarecimentos ou arriscar conduzir o grupo para uma atividade sem as informações necessárias, pagando o preço por qualquer erro ou consequência negativa. O xerife era constantemente “pressionado” durante suas ações de comando, e suas decisões questionadas a todo o momento pela equipe de instrução. Uma cena traduz a pressão de ser xerife em uma situação de crise, no discurso de um dos auxiliares de instrução:

“Xerife, o senhor é um merda [sic], não serve para comandar nada. Se o senhor, algum dia, vier a me comandar durante um confronto, vou tomar seu comando! Eu vou tomar seu comando! Ouviu? O senhor é um fraco, não serve para comandar uma equipe de operações especiais. Pede para ir embora!” (Cabo, auxiliar de instrução, para o xerife, um oficial que acabou pedindo desligamento do curso).

Os alunos passaram a primeira madrugada tendo instrução prática de Conduta de Patrulha. Esta era a “ordem unida” do BOPE, o “elemento básico de sobrevivência” do policial de Operações Especiais, segundo o instrutor da matéria. Os alunos, divididos em equipes de oito integrantes, progrediam pela área interagindo com o ambiente¹⁷⁷, e tomando ponto a ponto¹⁷⁸. Cada posição na patrulha tinha uma função específica, que era desempenhada alternadamente pelos alunos, de forma que todos passassem por todas as posições. As atribuições das funções eram repetidas a cada troca de posição, de forma que todos soubessem o que estava sendo exigido. Cada vez que um integrante errava na conduta

¹⁷⁵ Sobre as atribuições do xerife, ver o Apêndice: Manual do Aluno do COEsp.

¹⁷⁶ Estas categorias serviam, durante o curso, para fazer referência à antiga condição hierárquica dos neófitos.

¹⁷⁷ Esta interação significava observar, perceber e agir de acordo com as possibilidades do terreno, deetrmnando para onde, como e quando se deslocar. A decisão de agir estaria relacionada com o resultado desta interação.

¹⁷⁸ Técnica segundo a qual cada ponto avançado deve ser tomado por um integrante da patrulha com a proteção de outro componente da equipe, de forma que o progredir no terreno é sempre feito com cobertura, ou proteção, de um integrante da equipe.

requerida, para cada posição, ou se distraia com o exercício, acabava com um mergulho nas águas geladas da represa. Começava a amanhecer quando a instrução foi encerrada e os alunos conduzidos para a Área Cerimonial.

A sacralização do secular

Em forma na Área do Cerimonial, de frente para o vale aberto nas montanhas, de onde se podia descortinar o horizonte com o sol despontando seus primeiros raios que iluminavam a manhã, foi pronunciado a “Oração das Forças Especiais”:

Ó poderoso Deus! Que és o Autor da liberdade e o Campeão dos oprimidos, escutai nossa prece.
 Nós, os homens das Forças Especiais, reconhecemos nossa dependência do Senhor na preservação da liberdade humana.
 Estejai conosco, quando tivermos que defender os indefesos e libertar os escravizados.
 Possamos sempre lembrar que nossa nação, cujo lema é ‘Ordem e Progresso’, espera que cumpramos com nosso dever, por nós próprios, com honra, e que nunca envergonhemos nossa fé, nossas famílias ou nossos camaradas.
 Dai-nos a sabedoria de Tua mente, a coragem de Teu coração, a força de Teus braços e a proteção de Tuas mãos.
 É pelo Senhor que nós combatemos, e a Ti pertencem os louros de nossas vitórias.
 Pois Teu é o Reino, o Poder e a Glória para sempre.
 Amém!
 Operações Especiais!
 (Autor desconhecido)

A oração matinal foi um momento de silêncio e deferência na Base, onde todos, alunos e equipe de instrução, parados e olhando para o horizonte, repetiam as frases proclamadas por um dos monitores mais antigos do COEsp. Tal cerimônia não estava prevista no planejamento da rotina diária e se constituía em uma forma de socialização que acontecia nos interstícios do curso. A Oração das Forças Especiais, a partir deste dia, passou a fazer parte de momentos marcantes da fase de transição, sendo pronunciada antes e após o cumprimento de tarefas, consideradas de difícil realização, nas celebrações e nas saudações a visitantes¹⁷⁹ e instrutores de outras corporações¹⁸⁰.

Este cena me chamou a atenção, como um observador com olhar “calibrado” pela teoria antropológica. Como as canções militares que exaltam e reforçam os valores cultuados por

¹⁷⁹ Não era incomum o COEsp receber visitas: iniciados e autoridades civis e militares que eram levados pelo comando da PMERJ.

¹⁸⁰ O COEsp trabalha com cooperação de instrução de outras unidades da PMERJ, do CBERJ e FFAA.

um grupo, conforme observou Pereira¹⁸¹, a oração os aprofundam mais ainda. Tal condição seria potencializada pelas circunstâncias em que a oração estava sendo pronunciada, ou seja, após horas de exercício ininterrupto, cansaço extremo, de frente para o “altar” e para os *caveiras*, que conduziam a cerimônia e que tinham suas silhuetas contrastadas pelos raios de sol que despontavam nas primeiras horas da manhã, decretando o fim e o começo de um ciclo: um dia de curso havia terminado e outro começava. Ao analisar amiúde o texto da oração e a condição de sua realização, percebi traços de religiosidade no processo, em tese, secular¹⁸².

Para aprofundar a análise da cena, que passaria a fazer parte da conduta do grupo a partir do momento descrito, busquei a perspectiva de Geertz sobre a religião como um sistema cultural (1989, p. 65-91) que estabelece o paradigma onde os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos*¹⁸³ e a *visão de mundo*¹⁸⁴ de um povo. Geertz observa que “na crença e na prática religiosa o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável”, porque demonstra representar “um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atuais que a visão de mundo descreve”. Geertz acaba por definir religião como:

“Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através a da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções de aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.” (*Ibidem*).

Desta forma, passei a refletir sobre a aproximação da função secular de “defender os indefesos e libertar os escravizados”, à entrega religiosa na qual: “é pelo Senhor que nós combatemos, e a Ti pertencem os louros de nossas vitórias”. Esta aproximação representaria a busca da tutela do Ente superior para o cumprimento da “missão”. Mais do que a proteção requerida, o texto da oração estabelece um compromisso, a de realização da missão com honra, porque é o que a Pátria espera. Cumprir a missão seria a materialização da fé em Deus em realizá-la, e atender as expectativas da própria família e dos camaradas. Não realizá-la seria envergonhá-los.

¹⁸¹ PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. “*Canções de Guerra*”: Um Signo Bélico na Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada por exigência do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. NuFEP/Universidade Federal Fluminense, 2002.

¹⁸² São processos associados com cerimônias não religiosas (SCHECHNER, Richard. *Performance studies: an introduction*. New York, Routledge, 2002, p. 47)

¹⁸³ O estilo e as disposições morais e estéticos de um grupo (GEERTZ, p. 66-67).

¹⁸⁴ O quadro que um grupo faz do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem (*idem*).

A submissão aos *ordálios*, o sacrifício de valores sociais constituídos, a renúncia do status pretérito e a busca da resignação, verificados durante o processo ritual, passariam a fazer sentido quando avaliados pela perspectiva religiosa. Seriam desta forma, elementos justificadores das provações que os neófitos se submeteram voluntariamente, para se prepararem para “cumprir a missão dada”. Ao buscarmos comparação com grupos sociais semelhantes, minha formulação do processo estaria bem próxima dos fundamentos das ordens religiosas da idade média¹⁸⁵, que estabelecia a missão como vontade de Deus. O entendimento apresentado, que não tem a pretensão de constituir uma verdade, foi balizado por alguns discursos dos integrantes da equipe de instrução, obtidos ao longo das entrevistas realizadas. Contudo, diante da complexidade das observações e reflexões indicadas concluí que deveriam constituir tema a ser aprofundado em outra pesquisa, por não ser possível fazê-lo neste estudo.

A Cerimônia de Inspeção como forma de controle



Figura 11 - Preparação para o Cerimonial de Inspeção

Após a oração, os alunos foram conduzidos para frente da barraca da cozinha, onde seria servido o café da manhã. Para o desjejum, composto de café com leite, mingau de fubá e dois pães franceses com manteiga, obedeceu-se a mesma rotina da refeição da madrugada. O monitor determinou que o turno se preparasse para a refeição, e devido à morosidade no cumprimento da tarefa, os alunos acabaram por receber o mingau no boné, juntamente com o pão, e ficaram sem o café com leite. Após a refeição, os alunos foram conduzidos para a área de inspeção, onde deveriam limpar o equipamento, engraxar o coturno, fazer a barba e se prepararem para a inspeção matinal (Figura 11 e 12). Todo o material necessário, para

¹⁸⁵ READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago, 1999, p. 97-164.

atividade de limpeza, estava acondicionado dentro da mochila, e para se barbear utilizaram a água do cantil.



Figura 12 - Alunos fazem a barba para a Cerimônia de Inspeção

A preparação durou algo em torno de vinte e cinco minutos e às 8h da manhã iniciou o cerimonial da bandeira. Foram cantados o Hino Nacional Brasileiro e a canção do BOPE, seguido do içamento do Pavilhão Nacional no mastro em frente à Área Cerimonial. Em seguida teve início à Inspeção Matinal (Figura 13), uma cerimônia que seguia um rito peculiar e servia como forma de fiscalização sobre o corpo dos neófitos e o equipamento incorporado por eles. A inspeção se materializa, segundo Nummer (2005, p. 73), como “técnicas privilegiadas para controlar e ensinar a padronização dos espaços e da apresentação física”.



Figura 13 - Cerimônia de Inspeção

Os alunos foram apresentados pelo xerife ao Coordenador do Curso, que determinou, com voz de comando: “Preparar para a inspeção!”. Os alunos, com todo o equipamento

básico, tomaram a posição de descansar, segurando o fuzil em posição de atenção. Os instrutores, monitores e auxiliares de instrução se posicionaram em frente a cada coluna de alunos, com uma prancheta e papel impresso com a numérica de cada um, e os itens a serem avaliados.

Eram inspecionados sete itens relacionados ao aluno, seu armamento e equipamento. Em relação ao aluno era inspecionada sua apresentação pessoal, composta dos seguintes itens: barba; uniforme (boné, gandola e calça); e coturno. Em relação ao equipamento, inspecionava-se a mochila e seus apetrechos, o facão de matos e o cinto de guarnição com seus acessórios (cantil e cabo solteiro). Por fim inspecionava-se o armamento. Cada item era avaliado em seu estado de limpeza e condições de pronta utilização, recebendo conceitos classificados em: Excelente (E); Bom (B); Regular (R); e Insuficiente (I). Cada item avaliado era “cantado” em voz alta, para o aluno saber o que estava sendo observado e qual o grau de avaliação. O conceito era emitido, aos brados, no final da inspeção, fazendo com que a cerimônia se tornasse uma espécie de “confusão organizada” como em uma praça de mercado. Cada anúncio de conceito insuficiente era acompanhado de adjetivos pejorativos relacionados à letra “I”, como “imundo”, “imoral” e “ignomínia”, como forma de reprovação ao estado do aluno ou de seu equipamento ou armamento.



Figura 14 - Aplicação da premiação e da sanção aos avaliados na inspeção.

No fim da inspeção, o monitor de instrução passou a ler a lista dos alunos que receberam conceito insuficiente. Imediatamente após a leitura, os alunos “penitentes” foram retirados da Área do Cerimonial, para o local do “suplício”, onde deveriam executar – “pagar”

na linguagem nativa - uma “completa”¹⁸⁶ para cada item considerado insuficiente, ou para cada dois considerados como “regular”. Somente dois alunos não foram penalizados, sendo premiados com descanso na Área Cerimonial (Figura 14). Esta rotina acompanhou todo o período da Semana do Inferno.

A Sanção Normalizadora

A Inspeção Matinal parecia utilizar o exercício da disciplina como método de estabelecimento de um padrão a ser atingido, punindo o desvio e premiando a norma pela “não sanção”, o que difere do elogio. Esta inferência encontra respaldo na perspectiva de Foucault (2002, p. 152) onde a ação disciplinadora não visa nem a expiação, nem a repressão, ela coloca em funcionamento operações bem distintas: “relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir”. A ação *normalizadora*, então, buscava “diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto” (FOUCAULT, 2002).

Após a sanção *normalizadora* da Inspeção matinal, os alunos foram reagrupados na Área Cerimonial, para o primeiro contato com os “mandamentos dos operações especiais”. Onze diretrizes compunham os mandamentos, ou valores, daqueles que decidiram conquistar seu lugar na “Galeria de Honra”¹⁸⁷ (ver figura 2 e 28) dos *caveiras*: agressividade controlada; controle emocional, disciplina consciente; espírito de corpo; flexibilidade; honestidade; iniciativa; lealdade; liderança; perseverança; e versatilidade (ver Anexo I).

Os mandamentos eram proferidos por um dos monitores, pausadamente e em voz alta, sendo acompanhado pelos alunos. Após três repetições, foi determinado ao xerife para conduzir a proclamação dos mandamentos. Cada erro era severamente repreendido pela equipe de instrução, com sacudidelas e sanções físicas, sendo determinado que se reiniciasse o manifesto, a cada erro. Segundo um dos instrutores, esta prática fazia com que se “assimilasse os mandamentos e exercitasse a memória dos alunos em condições adversas, como cansaço e pressão psicológica”. O treinamento levou cerca de vinte e cinco minutos.

¹⁸⁶ Conjunto de três exercícios (flexão de braço, abdominal e polichinelo) de dez repetições cada, executados consecutivamente.

¹⁸⁷ Galeria de quadros que indica todos os concludentes do COEsp, por turma, designando um número específico para cada um, de acordo com a ordem de classificação no curso (Figura 2).

Após o pronunciamento dos mandamentos, os alunos receberam ordem para “desequipar” 2º escalão¹⁸⁸, preparando-se para a Educação Física que seria conduzida por um monitor e dois auxiliares de instrução. Na mesma posição destinada a cada aluno, na Área de Inspeção, os neófitos começaram a retirar a parte do equipamento. Devido ao cansaço, talvez por estarem sem dormir e pela atividade física intensa e ininterrupta, desde a noite anterior, os alunos obedeciam à ordem com indolência. Este comportamento foi severamente repreendido pela equipe de instrução, que aos brados determinavam que os alunos repetissem o procedimento, de retirar e recolocar o equipamento, até que todos o estivessem realizando no menor tempo possível e de forma padronizada. Dada a ordem para *desequipar*, um dos auxiliares de instrução contava o tempo, em segundos, até que todos tivessem terminado. A redução do tempo dependia do empenho de cada aluno, na busca individual do gesto motor¹⁸⁹ ideal para a realização do movimento, bem como na preparação e posicionamento do equipamento para ser retirado e recolocado com rapidez.

O método de repetição sob pressão, segundo a equipe de instrução, servia para “*calibrar* a mente e o corpo” para fazer tudo mais rápido e o melhor possível. Este método de treinamento de retirar o equipamento e recolocá-lo foi repetido por doze vezes, alternando os níveis do 1º ao 3º escalão. Segundo o Coordenador do curso, a atividade se tratava de parte da instrução de Preparação Tática Individual: “Eles estão sendo preparados para responder com rapidez o comando para se prontarem para missão”. Finalizada a instrução de *equipar* e *desequipar*, os alunos deixavam o material ordenadamente posicionado, cobertos e alinhados, na Área de Inspeção, e partiram para instrução.

Retirados da Área do Cerimonial, os alunos iniciaram a atividade física com alongamento muscular, partindo em seguida para a corrida de 10 km. O percurso utilizado era a estrada de acesso até a Rodovia Presidente Dutra. Durante o trajeto foram apresentadas aos alunos as canções militares de “operações especiais”, que passariam a compor o repertório entoado em todos os deslocamentos. A corrida terminou na represa, em uma enseada próxima à Base de Instrução, onde os alunos realizaram uma travessia de 200m na água. Ao subirem a margem pedregosa, de um aclave de 75m, os alunos chegaram à Base de Instrução onde um instrutor já os esperava para instrução seguinte.

¹⁸⁸ Havia três níveis de retirada de equipamento: o 1º escalão, que determinava a retirada da mochila e cinto de guarnição; o 2º escalão, que determinava a retirada dos itens anteriores, do boné e da gandola; e 3º escalão, que determinava a retirada de todo uniforme deixando os alunos somente com o short de banho.

¹⁸⁹ Realização de um determinado movimento do corpo, buscando o máximo desempenho e mínimo esforço.

Canção de Operações Especiais

Todo Comando tem no peito uma caveira,
 Que carrega em cima do coração.
 Se Deus quiser, eu ainda vou ter uma,
 Ma para eu chegar lá não vai ser mole não.
 Essa caveira vala muito mais que ouro,
 Ela vale mais que um tesouro.
 Se Deus quiser, eu ainda hei de ter,
 Eu vou ter essa caveria nem que eu tenha que morrer.
 Oh! Caveira amada,
 Meu orgulho é te ver em minha farda.
 Caveira querida,
 Meu orgulho é te ter em minha vida.
 (Autor desconhecido)

Os alunos iniciaram de imediato a aula de Defesa Pessoal¹⁹⁰, com um instrutor do BOPE, que viera do Rio somente para esta tarefa. A área utilizada para a instrução era o extenso gramado, entre a Área Cerimonial e a sala de aula. O instrutor demonstrava e determinava que as técnicas de “rolamentos¹⁹¹” fossem executadas, como parte do aquecimento. Em seguida, o instrutor posicionou o turno em semicírculo e passou a discorrer:

“Vocês passaram por vários testes no processo seletivo. O *caveira* deve ter agressividade controlada e controle emocional, vocês já mostraram isso nos testes psicológicos. Agora, estão sendo testados de verdade, fisicamente e psicologicamente, neste laboratório. Vamos ver como vocês reagem na prática.”

Passou-se, então, à “docilização dos corpos”. O instrutor chamou um dos alunos para se posicionar próximo a ele, determinando que o neófito lhe batesse no rosto, com um golpe de mão aberta. O aluno obedeceu, aplicando o golpe sem muita precisão e força. O instrutor o repreendeu e determinou que repetisse. O neófito, uma vez mais, vacilou no cumprimento da ordem no que, de imediato, o instrutor desferiu um certo e forte tapa no rosto do aluno, fazendo sua cabeça se voltar para trás. O aluno, ainda atônito, recebeu novamente a ordem para bater no rosto do instrutor, o que foi realizado da forma determinada. O instrutor voltou-se para o turno e explicou:

“Um tapa é só um tapa. Não mata e não deve nos ofender. Ter agressividade controlada e controle emocional é ser agredido e saber responder dentro da lei. Quem não estiver preparado para isto é só pedir para sair e voltar para seu batalhão de ‘invertebrados’.”

¹⁹⁰ A instrução determinava como objetivo a capacitar o aluno a se defender de agressões de tapas, socos, chutes, golpes com bastões ou similares, e armas branca e de fogo, bem como reagir de forma proporcional à agressão sofrida.

¹⁹¹ Técnica de projetar o corpo ao chão amortecendo a queda ou utilizando sua energia para se levantar.

O discurso contrariava o senso comum relacionado ao “tapa na cara” ou o “bater no rosto”, na forma apresentada por Cascudo¹⁹², onde tal ato representaria o maior aviltamento humano. Para o instrutor, o agente da lei deveria se preparar para esta situação se submetendo ao treinamento e aumentando seu grau de tolerância a uma agressão desta natureza. Assim, o turno foi dividido em duplas, dispostas na forma de um corredor, onde cada aluno deveria aplicar um golpe no rosto do outro, alternando-se as mãos. A orientação do instrutor era para que mantivessem a boca fechada, travando a mandíbula, e evitassem bater sobre a orelha do companheiro para evitar danos aos tímpanos. Os estalos dos golpes eram ouvidos ao longe, com variação de sons que fazia parecer uma espécie de sinfonia onde os alunos começavam timidamente, passando a bater com mais força na medida em que o rosto “aquecia”. Esta técnica era utilizada em toda instrução de defesa pessoal. Terminado o “aquecimento”, os alunos passaram a receber e praticar as técnicas de defesa de socos e chutes.

Ao término da aula, por volta das 12h30min, os alunos seguiram para a Área Cerimonial, onde retomaram o equipamento, sendo determinado para que seguissem para a próxima instrução às margens da represa: Natação Utilitária. A instrução era conduzida por um instrutor do BOPE; um Tenente PM recém chegado do Curso de Comandos Anfíbios do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil¹⁹³.

O ambiente hostil - O meio líquido



Figura 15 - Instrução de Natação Utilitária

¹⁹² CASCUDO, Luis da Câmara. *História de Nossos Gestos*. EDUSP: 1987, p. 99.

¹⁹³ Embora o oficial possuísse o Curso de Operações Especiais da PMERJ, é comum os integrantes do BOPE participarem de cursos de especialização em outras forças.

Ao chegar ao local, o turno foi colocado imediatamente dentro da água, com todo o uniforme (Figura 15). Nesta condição, ou seja, dentro d'água o instrutor passou a explicar os objetivos da matéria, as fases que os alunos seriam submetidos e a forma de avaliação do aprendizado. Sobretudo, apresentou uma situação que os alunos, certamente, não compreenderam, naquele momento:

“Senhores, a água pode ser um elemento hostil. Isto irá depender da forma como se comportarem dentro dela. Ela vai lhes tirar o calor e a energia; aprendam a sobreviver a isto. Se os senhores pararem de nadar, afundarão; se afundarem se afogarão; se afogarem morrerão; se nadarem muito rápido vão cansar mais rápido; se nadarem muito devagar, vão acabar afundando. É tudo um enigma, decifrem-no!”

Os alunos foram retirados da água, para que retirassem o equipamento até o 3º escalão. Após este procedimento foram recolocados na água para início da instrução. Começaram a realizar exercícios de flutuação com pequenos deslocamentos, como uma “ordem unida” dentro da água, que tomou cerca de 40min. Foram retirados da água, para que equipassem até o 1º escalão, retornando em seguida. Devido ao peso do uniforme e do coturno molhados e ao cansaço, alguns alunos passaram a demonstrar dificuldades na repetição do mesmo exercício feito anteriormente. Alguns afundamentos já eram observados, o que era severamente repreendido pelos integrantes da equipe de instrução, responsáveis pela segurança dos alunos, que estavam dentro da água ou embarcados nos botes.

Após duas horas de instrução um aluno saiu resoluto da água: pediu desligamento. Meia hora depois mais um, seguido de outros dois. Com menos de vinte e quatro horas de curso e três horas de instrução na água, doze alunos pediram seus desligamentos. Os motivos dos desligados eram diversos:

“Não estou preparado fisicamente para o curso.” (Oficial da PMERJ, desligado do curso).

“Não estou me sentindo bem, acho que não me preparei o suficiente, vou voltar ano que vem.” (Oficial da PMERJ, desligado do curso).

“Não imaginava que o curso seria isto. Não vim aqui para aprender a nadar, isto parece curso de comandos anfíbios, a gente não sai da água.” (Sargento da PMERJ, desligado do curso).

Por volta das 17h30min a instrução foi encerrada e os alunos receberam a determinação para seguirem para a Base de Instrução, que ficava a 300m, para o almoço. Em frente à barraca da cozinha foi montada uma linha de servir¹⁹⁴ a céu aberto. Os alunos chegaram correndo e formaram em frente aos bancos onde estavam colocadas as panelas. Receberam a ordem para prepararem as marmitas para a refeição, do monitor de instrução que estava no local. Novamente, em razão da demora para sacarem o equipamento da mochila, o monitor determinou que retirassem a cobertura para servir de prato.

O Coordenador do curso, que chegava ao local, repreendeu o xerife pelo péssimo desempenho do turno naquele dia, e na demora em cumprir as ordens. Reclamando do atraso na instrução, o Coordenador determinou que toda a comida fosse misturada em uma só panela (Figura 16), para ganhar tempo na distribuição da refeição e no seu consumo. Com esta ordem o auxiliar de instrução, responsável pela “linha de servir”, colocou o arroz, a carne ensopada, a farofa e a goiabada, na panela do feijão, misturado tudo com suas próprias mãos. Após preparar a mistura, jogou-a no chão à frente dos alunos. A ordem do coordenador foi clara para o turno: “Comam tudo, pois é tudo de vocês e o turno tem cinco minutos pra [sic] isto”.

Os alunos avançaram vorazmente na comida espalhada no chão. Pegando a comida com as mãos, buscavam os pedaços de carne e goiabada. Enquanto os alunos comiam o Coordenador determinava que não deixassem de comer o arroz e feijão, transformados em pequenos bolos, agregados pela farofa. O turno só saiu do local quando toda a comida havia desaparecido do chão. Os alunos, como forma de terminar a refeição e por não estarem em condições de comer mais nada, em razão da grande quantidade de comida, passaram a pegar os restos de comida e colocar dentro da gandola. Perguntado pelo coordenador a razão daquele procedimento, o xerife argumentou: “É para comermos depois, senhor. Quem guarda come duas vezes”.

Terminada a refeição o turno seguiu para a sala de aula, para a instrução de “Nós e Voltas”. Esta matéria possuía o objetivo primário de capacitar o aluno a ancorar cordas a serem utilizadas em exercícios de transposição de obstáculos, operações em altura e montanhismo. Contudo, também pretendia avaliar e desenvolver a atenção concentrada e a memória visual. Sob a tenda da barraca da sala de aula e utilizando o cabo solteiro, os alunos repetiam os nós que eram ensinados pelo monitor responsável pela instrução, copiando seus

¹⁹⁴ Disposição das panelas em linha, com partes separadas da comida a ser servida.

movimentos e tentando fazer os nós que ficavam à mostra sobre uma mesa. A grande dificuldade dos alunos era permanecer acordados. Cada cochilada ou “cabeçada” no ar, o aluno era penalizada com uma série de exercícios físicos. A reincidência era agravada por uma sanção física¹⁹⁵, aplicada pelo colega mais próximo, indicado pela equipe de instrução. Boa parte da instrução era tomada por esta atividade de manter os alunos acordados.

No período que compreendeu a instrução de nós e voltas até a madrugada, fiquei dormindo na barraca da coordenação. Por volta das 3h da madrugada fui acordado pela equipe que iria assumir a instrução. Na madrugada, um vento forte sacudia as barracas e varria a Base de Instrução. A sensação térmica incomodava e obrigava a utilização de agasalhos de lã e de um *anoraque*¹⁹⁶ para suportar o frio. Caminhei junto com a equipe na direção dos brados dos instrutores, que estavam com os alunos praticando “conduta de patrulha” nos acessos da Base. No trajeto, me deparei com dois alunos acompanhados de uma auxiliar de instrução. Tinham acabado de pedir desligamento e que declararam em entrevista: “Vim aqui para aprender como operar nas favelas e não para morrer de frio. (Soldado, aluno desligado do COEsp)”; “Não dá mais, não agüento mais tanto sofrimento”. (Oficial, aluno desligado do COEsp).

O oficial encarregado da instrução seguinte mandou que fosse chamada a equipe de para-médicos com a ambulância, determinando que seguissem para a represa. Ao chegar junto do turno, que se encontrava sob a forte luz de holofotes que iluminavam o acesso ao ancoradouro, presenciei o instrutor determinar que o xerife conduzisse o turno até o ancoradouro, o que visivelmente causou uma alteração no semblante dos alunos, provocando a reação do instrutor: “Não adianta! Esta cara de cachorro ‘cagando’[sic] na chuva não me comove. Vamos à próxima instrução, e vai ser na água”. O comentário provocou uma reação na equipe de instrução, que começou a criticar o comportamento dos alunos, e a provocar: “É hora do banho senhores, espero que tenham trazido sabonete”; “É hoje que vamos descobrir se o aluno do COEsp dissolve na água [...] só sairão da água quando alguém virar chá”.

Ao chegar ao ancoradouro, os alunos receberam a ordem para retirar o equipamento até o 1º escalão, e que entrassem na água para o exercício de flutuação. O acesso à represa era pela rampa de barcos, que terminava dentro da água. Na medida em que os alunos entravam na água afundavam, progressivamente, até serem cobertos totalmente, obrigando-os a flutuar.

¹⁹⁵ Um tapa no rosto.

¹⁹⁶ Casaco de nylon utilizado como proteção contra chuva e umidade.

A área era iluminada com holofotes e cobria uma zona de até 25m de raio represa adentro, o que permitia observar o que se passava dentro d'água. Os alunos praticavam, sob ordem, exercícios de ordem unida, flutuando dentro d'água, ao mesmo tempo em que passavam, de mão em mão, cintos de lastro e seus próprios fuzis, alternadamente, sendo observados pelo instrutor e pelos auxiliares de instrução, que ficavam em botes no em torno do turno. A cada quinze minutos de exercício os alunos “descansavam” outros quinze minutos, na parte mais rasa que os cobria até o pescoço.

Durante o intervalo para descanso dos alunos, o instrutor tomava chocolate quente, servido de uma garrafa térmica, sentado em um banco na margem do ancoradouro. Enquanto bebericava o chocolate em uma caneca de alumínio, ressaltava seu sabor e o calor que produzia. Provocava os alunos convidando-os a desistirem do frio e do sofrimento, e tomarem o chocolate de uma caneca cheia que permanecia sobre uma mesa improvisada ao seu lado. Em torno dos alunos, dispersos pelo local próximo à margem, observa-se o reflexo das luzes nas pequenas ondas concêntricas que surgiam em razão dos tremores causados pelo frio. Esta observação fazia com que os auxiliares de instrução começassem a provocar: “Ih! Ligaram o liquidificador. Tá [sic] tremendo tudo dentro d'água senhor instrutor [grita o auxiliar de instrução], já tem ‘bunda batendo palmas’ [sic] de tanto frio”.

A água fria, estimada em 15° Celsius, começava a produzir os seus primeiros resultados. Um aluno que não parava de tremer foi retirado de dentro d'água, pela equipe de instrução, e atendido pelos para-médicos. Ele apresentava os lábios e as unhas arroxeadas, o corpo entorpecido e temperatura abaixo de 35° Celsius, um quadro típico de hipotermia¹⁹⁷. O aluno foi agasalhado e tomou um copo de chocolate quente, dado pela equipe de instrução. Alguns minutos depois de restabelecida coloração das unhas, lábios e a temperatura corporal, o instrutor “concedeu” duas opções ao aluno: “pede para sair” ou “volta para a água”. Optando retornar para a água, o instrutor brada para o xerife: “O turno ficará 15 min a mais no exercício na água, por ter deixado um companheiro entrar em hipotermia”.

Depois de 10 min do retorno à instrução, o mesmo aluno seguido de mais um, foram retirados da água em estado hipotérmico. Foram tomados os mesmo procedimentos de socorro, e da mesma forma foram reenviados para a água, com a mesma mensagem. A partir deste fato, os alunos começaram a se mobilizar dentro da água, e passaram a se aproximar um

¹⁹⁷ A hipotermia é diagnosticada quando a temperatura corporal diminui 1° C da normal.

do outro se abraçando e mantendo os corpos em contato. Colocaram os hipotérmicos no interior do grupo e se juntaram, de forma que não houvesse espaço entre eles. Este fato fez com que o instrutor pronunciasse: “Se não resolverem os enigmas do curso, não sobreviverão!”. Este era o grande enigma: quando o indivíduo não conseguir suportar mais a adversidade, a única forma de sobreviver é buscar a força do grupo.

Com dezesseis alunos o turno foi retirado da água, por volta das 5h30min, quando o céu começava a clarear. Recebendo a determinação para que seguissem correndo para a Base de Instrução. O grupo entrou em formação de quatro colunas e iniciou o deslocamento, sob o comando do xerife. Visivelmente esgotados, a marcha era realizada com morosidade. A *performance* da corrida parecia uma ação em câmera lenta, onde os alunos se esforçavam para entoar os cânticos militares. Com os passos vacilantes, o tronco inclinado para frente, para compensar o peso da mochila, a cabeça se esforçando para manter os olhos no sentido da progressão me fez lembrar a descrição etnográfica de Vogel, Mello e de Barros da “saída” dos *Abiãs*¹⁹⁸, e na verdade se tratavam do mesmo assunto.

Os alunos chegaram à frente da barraca da cozinha, onde estava preparado o café da manhã. O procedimento de preparação para a refeição foi repetido, como no meio da madrugada, e o resultado era o esperado: tomaram o mingau no boné mais uma vez. Após o café, o monitor que acompanhava o turno determinou que o turno seguisse para a Área do Cerimonial, onde repetiram a rotina do dia anterior: oraram; proclamaram os mandamentos; fizeram a limpeza do equipamento e o armamento; cantaram a canção do BOPE e o Hino Nacional; hastearam o Pavilhão Nacional; foram submetidos à inspeção matinal; e seguiram para a instrução de Educação Física.

Desligamento - A Morte e o Sepultamento da Identidade Liminal

Tive que me retirar do campo logo após a inspeção matinal do segundo dia da Semana Um, parecendo que estava há dias no local. Retornei no quarto dia, chegando à base de instrução por volta das 17h. Cheguei a tempo de assistir o “sepultamento cerimonial” de dois alunos. Um deles pediu desligamento alegando problemas no joelho; segundo um auxiliar de

¹⁹⁸ *Abiã* é o iniciado nos ritos religiosos afro-brasileiros que, ao sair da reclusão de dezessete dias, apresentam uma postura curvada sobre si e movimentos lentos e titubeantes. (VOGEL, MELLO e DE BARROS, 1993, p 71)

instrução, tentava uma “saída honrosa”¹⁹⁹. O outro, com 23 anos de idade, foi desligado por problemas médicos; tomava remédios para controle da pressão arterial, e em razão do esforço demasiado teve uma convulsão, sendo socorrido pelos para-médicos. Foi desligado sumariamente após o conhecimento do fato pela coordenação. Antes destes dois, um aluno havia sido desligado por problemas comportamentais, que tomei conhecimento mais tarde pelos próprios alunos do turno.

O pedido de desligamento, principalmente na “Semana do Inferno”, é marcado por uma cerimônia dramática. Toda a equipe de instrução e o turno assistem, perfilados, o aluno que pediu desligamento entregar seu fuzil, “sua arma para defender sua vida, da sua equipe e das pessoas de bem”, com um gesto de “desistência de lutar, de continuar no combate”, segundo um instrutor. Após a entrega do fuzil, o aluno desligado seguiu para o “cemitério cerimonial” (Figura 16 e 17), preparado ao lado da área, para fixar uma pequena cruz branca com seu número. Este enterro simbólico, sepulta a identidade de aluno do COEsp e restabelece o status anterior do desligado, cessando as hostilidades sobre ele. O final da cerimônia foi comemorado efusivamente, pela equipe de instrução (Figura 18). No entanto, o ex-aluno deve ser retirado, o mais rápido possível da área, para que “não polua o local e contamine os demais alunos com sua fraqueza”, segundo um veterano instrutor do curso.



Figura 16 - Cerimônia de Desligamento

¹⁹⁹ Engodo para justificar a saída do curso.

Os alunos se retiraram da Área do Cerimonial, após o “sepultamento”, e se dirigiram para a local de refeição, em frente à barraca da cozinha. Mediante ordem da equipe de instrução, sacaram com rapidez a marmita, envolvendo-a em um saco plástico transparente²⁰⁰. Sentados em formação 360^{o201}, faziam a refeição com o xerife ao centro. O turno contava, naquele momento, com 14 alunos. Aparentavam terem perdido peso, desde o último contato, estavam com olheiras e semblante de forte cansaço, verificado pela postura do tronco inclinado para frente, quando de pé, buscando compensar o peso da mochila nas costas, mesmo estando sem elas. O odor que os uniformes exalavam era uma mistura de suor e fuligem, que significava estarem usando a fogueira na Área Verde.



Figura 17 - Sepultamento da Identidade Cerimonial, realizada pelo próprio aluno desligado.

Na Área Verde observei mudanças significativas em relação aos dias anteriores. Cerca de oito *redes de selva* já estavam montadas e ancoradas nos troncos das árvores do local. Alguns pedaços de lona preta estavam embolados junto a algumas árvores, o que significava que alguns alunos não montaram a rede e descansavam no chão sobre a lona; comportamento comum entre os alunos do curso que buscam ganhar tempo para a realização de outras tarefas. O chão estava parcialmente limpo de folhas e galhos, e o local da latrina fora mudado, atendendo as prescrições para sua instalação. No centro da área, a fogueira estava cercada com pedras dispostas em forma circular, com cerca de 90 cm de diâmetro, ainda produzia um tênue fio de fumaça das cinzas acumuladas no seu interior; ao seu lado, uma pilha de lenha estava arrumada e coberta por uma lona preta. Aquele era um retrato de como o turno estava passando a se adaptar às adversidades.

²⁰⁰ Este procedimento era utilizado para se evitar gastar água e tempo com a lavagem da marmita, bastando, somente, retirar o plástico, com os restos de alimento, e jogá-lo fora.

²⁰¹ Formação tática em que a equipe consegue cobrir, visualmente, toda a área no entorno do grupo.



Figura 18 - Equipe de Instrução comemora o desligamento

Estava na área verde quando os alunos chegaram da refeição. Cumprimentaram-me, com certa parcimônia, na medida em que chegava ao local e buscavam suas redes. O xerife determinou que o *homem-fogo*²⁰² reacendesse a fogueira, o que foi imediatamente obedecido. Um dos alunos, por conta própria, apanhava a lenha enquanto o *homem-fogo* se abaixava, junto à fogueira, e começava a soprar as cinzas. Em instantes o fogo acendeu e foi logo alimentado pelos gravetos trazidos pelo companheiro, o *homem-lenha*. Com o fogo aceso os alunos começavam a se agrupar em torno dele. Alguns se sentaram e retiraram o coturno e as meias, que eram logo torcidas para eliminar o excesso de água, e colocadas sobre as pedras que cercavam a fogueira para secarem. Outros simplesmente se aproximavam tanto da fogueira que quase tocavam no fogo. Esta era a razão do forte cheiro de fuligem nas roupas.

A fogueira, nesta situação, passava a se consolidar com um elemento agregador do grupo em seu sofrimento. Esta era a razão dos auxiliares de instrução sempre orientarem o turno a acederem e manterem a chama da fogueira, enquanto estivessem na Área Verde, sem explicar os reais motivos. Esta mesma forma de integração foi observada por Turner em seus estudos sobre os rituais Ndembu²⁰³. Pela primeira vez ouvi os alunos conversarem entre si, momento em que, também, passaram a estabelecer os vínculos necessários à estruturação de uma *communitas*²⁰⁴. A fogueira representava, neste cenário, os “fogos da intimidade”²⁰⁵.

²⁰² Aluno responsável pelo acendimento e alimentação da fogueira.

²⁰³ TURNER, Victor. *Floresta de símbolos. Aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, EdUFF, 2005, p. 146.

²⁰⁴ *Communitas*, ou comunidade, “consiste em uma multidão de pessoas que não estão mais lado a lado (e, acrescente-se, acima e abaixo), mas umas com as outras” (TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974, p 119)

Os alunos conversavam sobre a dureza do treinamento. Alguns, em tom jocoso, falavam do comportamento de um dos alunos dentro d'água, que não parava de tremer, como se estivesse sendo “possuído” por espíritos; outro aluno, rindo, tentava explicar o motivo de ter demorado tanto para fazer a “NF 2”²⁰⁶: “Quando abaixei a calça e agachei no buraco da latrina, dormi. Acordei com a *cajadada*, nas costas, dada pelo auxiliar de instrução. Saí correndo com as calças na mão; não deu tempo nem de limpar o *rabo* [sic]”. Foi a primeira vez que percebi que os alunos começavam a se descontraírem, fazendo piada com a própria “desgraça”, como se estivessem em processo de naturalização da adversidade pela qual vivenciavam. A linguagem dos *caveiras* passava a ser adotada nas conversações, e as referências aos “outros”, os não *caveiras*, e aos que desistiram do curso, eram sempre em tom depreciativo.

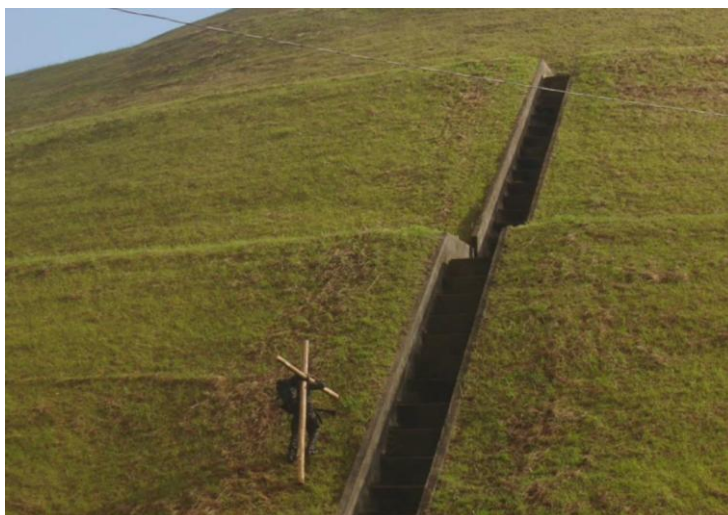


Figura 19 - Aluno sobe a encosta com a cruz do suplício.

O xerife introduziu o tema do desligamento do aluno Y. Entendi que era para eu saber do fato. O aluno Y, desde o primeiro dia do curso, apresentava um comportamento arreado, segundo os próprios alunos. Não falava nada, não colaborava com os demais, e na hora de carregar algum fardo junto com os demais não fazia força. Este comportamento foi observado pela equipe de instrução que passou a “fazer carga” sobre ele. Em um determinado momento da oração matinal, no terceiro dia de curso, ele teria se recusado a orar. Interpelado pela

²⁰⁵ DOS SANTOS, Carlos Nelson F. (Coord.). *Quando a Rua Vira Casa: a Apropriação de Espaços Urbanos de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. 3ª ed. rev. e atualizada. Projeto: São Paulo, 1985, p 30.

²⁰⁶ Necessidade Fisiológica número 2, que significa defecar. A número 1 significa urinar.

equipe de instrução sobre seu comportamento “ímpio”, ele teria dito que não rezaria, pois não acreditava em nada. Então, os auxiliares de instrução o fizeram carregar a cruz²⁰⁷ da Área do Cerimonial até o alto da elevação que costeava a área da Base de Instrução (Figura 19). O percurso todo teria cerca de 150m, mas o morro tinha uma forte inclinação e cerca de 70m, do sopé até o cume.

Esta penalidade, segundo os auxiliares de instrução, seria para o “ímpio” experimentar o que Jesus sofreu pelos homens. Segundo os alunos, naquele mesmo dia durante um intervalo na Área Verde, o aluno Y teria começado a discutir com os demais colegas do turno, dizendo que não era ateu e que acreditava em Jesus; que sem motivo teria começado a bater com a cabeça no tronco de uma árvore, tendo que ser contido pelos demais, e depois tentou entrar na fogueira, momento que foi imobilizado pelos colegas e conduzido até a barraca da coordenação. O aluno foi atendido pelos para-médicos e conduzido para o Hospital Central da PM, na capital, sendo sumariamente desligado do curso.

Este fato passou a ser o principal motivo da conversa do turno na Área Verde e, enquanto conversavam, limpavam o equipamento compartilhando o material de limpeza e as “obréias”²⁰⁸. Alguns alunos se mantiveram distantes da fogueira e da maioria do grupo, enquanto aplicavam vaselina nas virilhas, na axilas e nos pés²⁰⁹, embora participassem da conversa. Um determinado aluno se mantinha afastado, montara sua rede distante dos demais, não compartilhava alimentos ou material de limpeza e nem conversava com os integrantes do grupo. Mais tarde, foi protagonista de uma situação inusitada no COEsp.

Dramas Sociais e Naturalização da Adversidade

“O homem de operações especiais deve estar sempre com o ânimo preparado, pois o cenário sempre pode evoluir, e geralmente é para pior.” (Coordenador do COEsp).

O turno foi chamado com dois silvos breves, para reunir na Área do Cerimonial, para a próxima instrução. Aproveitei o tempo para entrevistar a equipe de instrução, até que me dirigi para a sala de aula, por volta das 23h30min, para aguardar a chegada dos alunos para instrução de Patrulhas em Operações Especiais. Ao chegar à barraca da sala de campanha algo

²⁰⁷ Uma cruz feita com troncos de eucaliptos, medindo 2,5 x 1,5m, que ficava instalada ao lado do mastro da bandeira.

²⁰⁸ Pedaco de papel usado para tapar buracos de projéteis em alvos. No caso se referiam a alimentos que traziam em seus sacos VO, para tapar o buraco da fome no estomago.

²⁰⁹ Este procedimento tinha o objetivo de impermeabilizar a partes mais vascularizadas do corpo e mantê-lo aquecido dentro da água.

me chamou a atenção. O *álbum seriado* com os apontamentos da matéria, feito em material plástico, pareceu-me familiar. Passando as folhas verifiquei que o material foi produzido por mim, dez anos antes, no curso de 1996; não havia como errar, pois foi minha mulher que escreveu os textos inscritos nas folhas do álbum. Tentando afastar as lembranças e voltar a estranhar, percebi a chegada do instrutor da matéria ao local, seguido do turno logo após.

Parando próximo à barraca da sala de aula, os alunos receberam a determinação para que tomassem os bancos da sala. Contudo, somente um aluno obedeceu: o aluno que na Área Verde estava separado do grupo. O instrutor determinou, novamente, para o turno entrasse, quando o xerife se manifestou: “Nos recusamos a participar de qualquer evento com o aluno X”. O instrutor perguntou o motivo, e o xerife respondeu que ele não sabia trabalhar em equipe e que era “individualista”. O aluno X de dentro da sala de aula retrucou: “Não preciso de vocês para fazer o curso, vou terminar sozinho”. Ouvindo tudo com atenção o instrutor argumentou que o fato seria levado à coordenação para avaliação, mas que, naquele momento, a instrução iria continuar. O xerife insistindo em não obedecer à ordem, mantendo o turno fora da sala, fez com que o instrutor com um rápido movimento empunhasse o *cajado*, que levava consigo, com as duas mãos e, rodopiando-o no ar, acertou o lado direito do braço direito do xerife. A ordem passou a ser, imediatamente, compreendida e o turno adentrou a sala, seguido do xerife. No dia seguinte o aluno X estava desligado, compulsoriamente do curso:

“Foi desligado em razão de uma falta capital: achar que faria tudo sozinho. Um curso como este ninguém faz nada sozinho. Todo mundo depende de todo mundo. Se não sabe trabalhar em equipe está no lugar errado.” (Coordenador do COEsp).

Avaliei que o fato ocorrido se tratava de um “drama social”. Segundo Turner (1987, p. 74) os “dramas sociais” são processos sociais que surgem em situações de conflito e caracterizam-se por quatro fases: (1) separação ou ruptura; (2) crise e intensificação da crise; (3) ação remediadora; (4) reintegração ou cisão. No caso, a ruptura deveu-se ao comportamento “individualista” do aluno em um universo que valoriza o coletivo. A tomada de atitude do grupo, contra o comportamento reprovado do aluno, levou ao estabelecimento de uma crise, que foi remediada pelo instrutor até a cisão total com o desligamento do aluno. Conforme explicado por Turner, a “estrutura” (que representaria a realidade do curso) criou a “antiestrutura” (momentos extraordinários definidos pelos dramas sociais) cujo resultado, no

caso a cisão total, revitalizou a “estrutura” fortalecendo a idéia-valor da coletividade sobre o indivíduo (op. cit., p. 90).

O turno recebia periodicamente a visita do oficial médico do BOPE, que comparecia a cada dois dias na Base de Instrução. A visita médica era um procedimento de rotina para avaliar as condições de saúde física dos alunos. Recomendava-se procedimentos e medicamentos para cada aluno, a ser realizado pelos para-médicos que acompanhavam o curso, que faziam os curativos mais complexos e revisavam os feitos pelos próprios alunos. A presença do médico era festejada pela equipe de instrução, que ao conduzir o turno para o local da inspeção médica, já provocava:

“Chegou o médico! É agora que o aluno vai querer chorar! Finalmente alguém para tratar bem deles! Já conheço o problema doutor: estresse profundo. Recomendação médica: repouso total. Pode deixar com a gente, vão repousar até ficarem estressados novamente!” (Auxiliar de instrução)

Os alunos ficavam em forma enquanto eram chamados para serem atendidos, pelo médico, em uma espécie de consultório de campanha a céu aberto. A rusticidade acompanhava todos os procedimentos deste período. Os alunos procuravam demonstrar boa condição física apesar do baixo peso, das olheiras e dos ferimentos nas mãos e pés, típicos das atividades na área de floresta. Contudo, a observação do capitão médico era interessante: “Apesar da intensidade das atividades deste período, de uma forma geral, eles estão bem de saúde”. Terminada a visita médica, os alunos retornaram para atividade de instrução.

O fim do período da Semana do Inferno é marcado pela sucessão de provas, práticas e teóricas, de todas as matérias ministradas. As provas escritas ocorreram à noite e no meio da madrugada, onde o sono era o principal “inimigo a ser vencido”, segundo o Coordenador do COEsp: “Não basta saber a matéria, o conhecimento deve ser testado em condições adversas. O sono, o frio e o incomodo de estar molhado ou não ter um local para apoiar o caderno são as piores condições que podemos impor aos alunos nesta fase”. As provas variavam entre cinco e dez questões discursivas, que eram ditadas de forma clara, pelo instrutor da matéria, e repetidas, somente, por duas vezes.

Os alunos copiavam as questões em seus “cadernos de campanha”, sentados nos bancos da sala de aula ou no chão de qualquer lugar da Base de Instrução; improvisavam apoio para o caderno sobre a mochila ou nas próprias pernas cruzadas, para escrever e respondê-las em

tempo reduzido, que variavam de 30 a 50 minutos. O tempo parecia sempre insuficiente para completar todas as respostas, pois poucos alunos conseguiram esta façanha. Alguns alunos não conseguiam transcrever algumas palavras e acabavam por perder o sentido da frase. Outros priorizavam buscar o sentido principal da questão para responder o que era pedido. No final do tempo determinado, uma ordem era dada e todos paravam de escrever, arrancavam a folha de resposta do caderno e passavam para o auxiliar de instrução que recolhia, imediatamente, a prova.

“Avaliamos as questões por peso de importância, pelo número de questões respondidas, dentro de um período limitado de tempo, e a qualidade das questões não respondidas. Assim, verificamos a objetividade, o sentido de prioridade, a capacidade de retenção da informação, sob condições adversas, e o que o aluno conseguiu apreender do assunto, nas condições em foi submetido ao longo da Semana Um.” (Coordenador do COEsp).

As provas práticas aconteceram na luz do dia e, segundo os instrutores das matérias, consideravam dois fatores: o tempo e a *performance* do aluno na realização da tarefa. Para a avaliação do tempo era utilizada uma tabela progressiva, onde o menor tempo recebia maior a pontuação. Contudo, era considerada a forma ótima de realização da tarefa a partir do método “3M”. Para realizar as provas práticas, o aluno deveria respeitar a máxima segurança, o máximo rendimento e o mínimo esforço. Esta era a forma de avaliar o desempenho do aluno nas provas de orientação diurna e noturna, natação utilitária e transposição de obstáculos.

“Não basta executar a tarefa de qualquer jeito, mesmo que o resultado final seja semelhante. Devem ser obedecidas as regras, as normas e os procedimentos técnicos desenvolvidos para cada situação. Este é o diferencial do BOPE, e por este motivo tudo é simplificado pela análise técnica, padronizado pela norma, e automatizado pelo treinamento. O que diferencia cada um é o resultado obtido com aplicação da técnica.” (antigo Coordenador do COEsp).

No início da tarde do último dia na Base de Instrução, enquanto os alunos realizavam a prova de transposição de obstáculos, a equipe de instrução desmontava a base. Ao chegar à Área do cerimonial, após a prova, os alunos só encontraram o caminhão que os conduziram de volta para o Rio de Janeiro e a equipe de instrução perfilada. Após a apresentação do turno pelo xerife, o Coordenador anunciou:

“Chegaram 32 alunos a esta Base de Instrução, estão saindo 13 alunos. Passaram, em pouco tempo, situações que não vivenciaram em todas as suas vidas. Vieram e

venceram. Os senhores não devem nada a ninguém, o mérito é de cada um e do turno. Agora, começamos o Curso de Operações Especiais. Caveira!”

Após as palavras de encerramento da Semana Um, o Coordenador convidou a todos a orarem²¹⁰ e a cantarem a canção do BOPE. Após esta pequena cerimônia os alunos foram embarcados no caminhão, juntamente com a equipe de instrução, e partiram para o Rio de Janeiro. Os alunos não conseguiam esconder o semblante de satisfação, e cantavam *charlie mike*, como nunca. O Caminhão seguiu até a Rodovia Presidente Dutra, fez a volta e retornou para a Base de Instrução. Ao chegar os alunos foram desembarcados e o Coordenador anunciou: “Senhores, a situação evoluiu! O turno fará mais uma passagem pela Pista de Obstáculos, e se o tempo não for melhor do que da última prova nós ficaremos mais alguns dias aqui na base”. Os alunos foram conduzidos para o local da pista de obstáculos onde os instrutores da matéria os estavam esperando. Era visível a contrariedade dos alunos, que passaram mais duas vezes pelo exercício. Sem perder o ânimo alguns alunos estimulavam os demais, incentivando-os quando passavam por cada evento. Ao término os alunos foram novamente embarcados e seguiram para o Rio de Janeiro.

O turno foi liberado até o dia seguinte quando deveriam se apresentar no BOPE. O curso entrava em uma nova fase onde os conhecimentos técnicos passariam a nortear a conduta de ensino, “devendo ser assimilados por meio do processo de automatização, pelo treinamento contínuo e repetitivo”, segundo o Coordenador do COEsp. A rotina obedecia às diretrizes da Semana Um; contudo, os alunos passaram a ter um tratamento menos hostil, conforme declaração do Coordenador: “Na medida em que as etapas do curso passam, os alunos conquistam vitórias. Agora terão um tratamento ‘menos hostil’, embora se mantenha o devido distanciamento. Se for necessário, a situação evolui e a gente começa tudo de novo”.

²¹⁰ A Oração dos Homens da Forças Especiais.

A FASE DA LIMINARIDADE

Após ter acompanhado a fase da *separação*, retornei ao campo na Semana “4”. Este período era denominado como a Semana de Montanha e se iniciou com o deslocamento do turno do Rio de Janeiro até o Parque Nacional de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira. Nas dependências do Abrigo Rebouças²¹¹, no sopé do Pico das Agulhas Negras, foi instalada a Base de Instrução de Montanha do COEsp. O Abrigo situa-se à margem da BR 485, a 2.425m de altitude. A rodovia²¹² é uma estrada de chão que percorre a garganta existente entre os picos que formam as Agulhas Negras, e liga a BR 354 à BR 116, a Rodovia Presidente Dutra.



Figura 20 - Viaturas do BOPE na Base de Montanha nas Agulhas Negras (Fonte: SIEsp/BOPE)

O entorno da Base de Instrução era caracterizado por uma vegetação típica de altitude, predominando gramíneas, ervas e arbustos anões que cercavam as diversas rochas, de todas as formas e tamanhos, espalhadas pelo terreno. As espécies vegetais que mais chamavam a atenção eram as touceiras, *Cortaderia modesta* (Gramíneae) e a *Cladium ensifolium* (Cyperaceae)²¹³, com folhas que chegavam a 2m de altura, e cujas raízes ficavam à mostra em razão do solo raso e pobre de nutrientes. A fauna era difícil de ser observada, em razão da movimentação da Base de Instrução, salvo as pegadas no entorno da base. As temperaturas eram baixas, com variação de 2° a 16° Celsius, mas a sensação térmica de frio era agravada pelos ventos constantes.

²¹¹ Estrutura composta de a uma casa de alvenaria e dependências anexas, de propriedade do Parque Nacional de Itatiaia.

²¹² O tráfego de veículos no interior do Parque é regulado pelo IBAMA.

²¹³ Cf. Martinelli, G., Bandeira, J. & Bragança, J.O. *Campos de altitude*. Rio de Janeiro: Editora Index. 1989.

Próximo ao Abrigo, cerca de 30m no sentido norte, encontra-se uma pequena represa artificial abastecida por córregos que tributavam as águas da chuva, coletadas nas elevações do entorno. Um muro de contenção, construído com pedras de granito, limitava a parte mais profunda da represa, com cerca de 3m. Sua parte mais rasa, com 0,5m, era limitada pela margem do terreno do lado oposto das compotas. A represa possuía 20 m de comprimento por 10 m de largura, em suas maiores dimensões. A temperatura da água era estimada em 1° C, e a equipe de instrução utilizava a parte mais profunda para conservar toda a carne levada para ser consumida nas refeições da semana. Pela manhã era comum o espelho d'água apresentar uma fina camada de gelo.

Segundo o instrutor da matéria, a instrução de montanha buscava atingir os seguintes objetivos: transmitir e praticar as técnicas de escalada; promover a adaptação dos alunos ao clima frio e à altitude, por meio de exercícios práticos; e desenvolver o espírito de cooperação entre os membros da equipe. As atividades tomaram seis dias de instrução e utilizavam as áreas e oficinas²¹⁴ no entorno do abrigo. Os acidentes naturais como as Prateleiras e o Pico das Agulhas Negras²¹⁵, e as diversas trilhas do Parque eram áreas da prática de montanhismo. Todas as atividades foram acompanhadas por uma equipe médica e pessoal especializado do BOPE²¹⁶.

Alguns procedimentos técnicos e rituais fazem parte da atividade de montanha, e foram assimiladas das forças onde os policiais do BOPE se especializaram. A adaptação à altitude foi iniciada com a marcha forçada dos alunos, onde o turno percorreu o trajeto de 17 km de subida, pela estrada de acesso ao Pico das Agulhas Negras, desde a Garganta de Registro²¹⁷ até o Abrigo Rebouças. A marcha não seria grande problema, não fosse o estado da estrada de terra batida coberta de pedras soltas, que dificultava a simples caminhada. Além das condições do percurso, foram entregues fardos²¹⁸ aos alunos para serem carregados até o fim da marcha. A dificuldade do exercício os obrigava a planejarem o tempo que cada um deveria

²¹⁴ Área com vários tipos de formação rochosa, que servem para a prática das diversas técnicas de montanhismo.

²¹⁵ Picos da região com 2.548m e 2.791m de altitude, respectivamente.

²¹⁶ Vários policiais do BOPE possuem especialização em Cursos de Salvamento em Montanha, no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, e de Escalador Militar e Guia da Cordada no Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército Brasileiro em São João Del Rei – MG.

²¹⁷ Ponto da BR 354 que marca o limite comum entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

²¹⁸ Os fardos continham equipamento e alimentos a serem utilizados na jornada. Embora os veículos de transporte do BOPE chegassem até próximo ao abrigo, parte da carga era, tradicionalmente, levada pelos alunos.

transportar a carga, de forma que ninguém fosse sobrecarregado. “Treinamento difícil combate fácil” segundo o instrutor de montanhismo.

O percurso da marcha levou 2h e 25min para ser percorrido, e quando o turno chegou ao Abrigo Rebouças, ao anoitecer, a temperatura estava estimada em 4° C. Os alunos, com todo o material que carregavam, entraram em fila em frente às instalações do abrigo para a Cerimônia de Saudação à Montanha. O Coordenador do COEsp, e também instrutor de montanhismo, se posicionou sob o alpendre da varanda do Abrigo, que dava para uma área livre iluminada por lâmpadas de uma gambiarra, onde o turno se encontrava em fila²¹⁹. Saudando os alunos em tom solene, anunciou o início da Jornada de Montanha do COEsp, explicando os objetivos a serem atingidos naquela jornada. Após a introdução, o coordenador “puxou” a Oração da Montanha e, em seguida, o cântico da Canção do Combatente de Montanha (ver Anexo I). A cerimônia foi encerrada com o “batismo”, nas águas geladas da represa.

Oração do Combatente de Montanha

Senhor!

Vós que sois onipotente,
 Concedei-nos no fragor da luta,
 A nós que vencemos nas pedras,
 A nós que conhecemos o sabor dos ventos,
 O destemor para combater,
 A santa dignidade para perseverar,
 A força e coragem para sempre avançar,
 E a fé para tudo suportar.
 E dai-nos, também, ó Senhor Deus,
 Quando a guerra nos for adversa
 E quanto maior a incerteza,
 A determinação de nunca recuar
 E ante o inimigo jamais fracassar.
 MONTANHA!

(1º Tem EB Humberto Batista Leal)

Os alunos, mediante ordem, desequiparam até o 3º escalão ficando somente com a sunga de banho, e seguiram por uma trilha entre a vegetação e as pedras, que mobiliavam o local. Na represa, os alunos em coluna foram agrupados sobre a laje de concreto, onde ficavam as comportas que retinham as águas e que servia de platô artificial sobre um despenhadeiro. Os alunos, cada um por vez, desciam as escadas de acesso ao muro de

²¹⁹ O local da Saudação passava a ser a Área Cerimonial durante aquele período.

contenção, que formava uma barreira artificial de um dos lados da represa, e mediante ordem mergulharam nas águas geladas.

A ordem era para que atravessassem o lago artificial e voltassem ao ponto de mergulho. Após este exercício todo o turno recebeu ordem para entrar na água. Na medida em que entravam, juntavam-se e agarravam-se uns aos outros, como forma de suportar o frio. Entretanto, esta técnica tornava-se pouco eficiente devido à baixa temperatura da água. Dentro da água os próprios alunos começaram a cantar a canção do BOPE, com um entusiasmo não visto até aquele momento do curso. Os alunos não ficaram mais que 2 minutos na água, sendo ordenado que saíssem, pois a permanência poderia os levar ao estado de choque, segundo o instrutor da matéria.



Figura 21 – Banho matinal na montanha (Fonte: SIEsp/BOPE)

Após a retirada dos alunos da água, o turno foi conduzido para a Área Cerimonial para recolocarem o uniforme e o equipamento. Esta simples medida, entretanto, representava uma extrema dificuldade para os alunos, pois o frio da água adormecera as extremidades dos dedos, fazendo com eles demorassem a cumprir a tarefa. Diante da demora o Coordenador, então, determinou que os alunos retornassem para a represa, e mergulhassem na água novamente. Tal medida se repetiu por três vezes, fazendo com que os alunos não parassem de tremer de frio. Após o exercício os alunos foram conduzidos para dentro do abrigo, onde tomaram sopa quente e se prepararam para a instrução de orientação noturna na montanha.

Após o “batismo” a equipe de instrução se desequipou e seguiu para represa para o banho da montanha. Tal procedimento, segundo os instrutores, deve ser tomado após a chegada de uma marcha forçada a um local de altitude, como forma de facilitar a adaptação fisiológica ao ambiente. Pessoas que não tomam o banho gelado, nesta condição, acabaram por sofrer o “mal da altitude”, caracterizado por vertigens, aumento da frequência cardíaca, respiratória e variação na Pressão Arterial. Todos, eu inclusive, seguimos para o banho.

Na represa, utilizando somente o short de banho, apesar do frio intenso, os *caveiras* se aglomeraram na laje das comportas da represa para assistirem o mergulho de cada um, que era avaliado segundo o grau de dificuldade. A pouca iluminação, proveniente de uma gambiarra que iluminava o local, era afetada pelo vapor produzido pelo contato dos corpos com a água gelada, deixando o ambiente com uma névoa que embaçava a visão. Cada mergulho era comemorado por todos, que elogiavam a demonstração de coragem nos mais complexos e criticavam os mais modestos. Após meu mergulho subi as escadas de pedra, e procurei um lugar na laje junto com os demais para assistir a *performance* dos demais. Ao contornar a laje, passando pelas costas dos *caveiras* que se aglomeravam na parte mais próxima da represa, não percebi a falha em um ponto da estrutura, e caí no escuro vazio do despenhadeiro que ficava no lado oposto.

Enquanto caía de ponta cabeça pensava na minha falta de atenção e que deveria me preparar para a chegada ao chão, pois, conhecendo o local, sabia que naquele lado do precipício o solo era mobiliado de rochas. Minha trajetória vertical foi corrigida pelo choque de minha cabeça com um rochedo do paredão da represa, fazendo com que meu corpo tomasse um sentido horizontal com o dorso para baixo. Preparei-me para o encontro com a terra, encostando o queixo no peito e flexionando as pernas e os braços. Quando aterrei, a sensação era de que meu espírito tivesse saído do corpo. Entrei tão fundo na terra lodosa, do chão do entorno da represa, que a vegetação que a cobria fechou sobre mim (Figura 22). Neste momento fui iluminado por uma luz intensa que vinha do céu, e comecei a ouvir vozes falando o meu nome. Pensei comigo: “*Putá merda [sic]! Agora fudeu de vez [sic]!*”.

“Eu acho que alguém caiu aqui! Eu ouvi um som algo batendo no chão! Ilumina com a lanterna. Tem alguma coisa lá no fundo! Ih *caralho [sic]!* É o Capitão Storani, chamem o Médico!” (Auxiliar de Instrução de Montanha).

A visão das estrelas, através do mato que encobria meu rosto, desaparecia com a dor insuportável que eu começava a sentir por todo o corpo; estava na iminência de perder a consciência. Neste momento começou a passar pela minha cabeça todo o treinamento que tive no VIII Curso de Operações Especiais: as dificuldades; os ferimentos; as quedas; a infecção bacteriana em minha perna, que quase me tirou do curso, mas que eu havia vencido; e as operações que havia participado no BOPE. Pensei: “Putá que o pariu [sic]! Sou *caveira*, porra [sic]! Tenho que fazer alguma coisa para sair dessa”. Comecei a lutar contra o desmaio tentando controlar a difícil respiração, afetada pelo forte impacto no solo: “Tenho que oxigenar o cérebro”. Na medida em que voltei a respirar e passou a sensação de desmaio. Passei a me preocupar com meu estado físico. Havia caído de uma altura que eu não conseguia estimar, em um chão cheio de pedras e, em razão do frio, qualquer ferimento mais grave seria mascarado pela analgesia no corpo causada pela baixa temperatura da água, em que havia mergulhado minutos antes.

Comecei a avaliar a situação em nível de gravidade. Mexi a cabeça para verificar se havia movimento: consegui uma leve rotação para ambos os lados, não insisti mais para não agravar alguma possível lesão. Mexi os dedos das mãos e não os senti, então trouxe os braços para frente do corpo; fiquei aliviado, pois minhas mãos me impediram de ver o brilho das estrelas do céu da noite, embora eu não as tivesse sentido. Parti para verificar minhas pernas. Mexi os dedos dos pés e não os sentia, então flexionei as pernas sobre o tronco com dificuldade, quando senti uma dor intensa na virilha: gostei, pois sabia que a dor naquele caso era um bom sinal. Lembrei de um antigo instrutor do COEsp que dizia: “A dor é nossa amiga, nos avisa que ainda estamos vivos”. Aos poucos comecei a sentir uma forte dor na extremidade dos dedos, o que passou a ser um bom sinal, mas achava que deveria ter fraturado alguns deles. Uma pressão muito forte começou a surgir na parte superior da cabeça, quando o socorro chegou.

Fui atendido no local, de difícil acesso, pelo médico do BOPE e pelos para-médicos do Grupo de Salvamento e Resgate da PMERJ, que acompanhavam o curso. Meu acidente se tornou uma operação de salvamento. Fui imobilizado, na maca de salvamento, e transportado até o Abrigo com dificuldade, em razão das condições do terreno e da pouca iluminação. A operação levou algo em torno de 30min. No abrigo me colocaram sobre uma mesa e me cobriram com cobertores, pois o frio começava a me afetar, e eu ainda estava somente com o short de banho. Só consegui falar depois alguns minutos, após chegar ao abrigo.

A altura da queda foi estimada em 5m o que fez o médico decidir em me conduzir até o Hospital do Município de Resende. Com exceção do pedaço do couro cabeludo, arrancado quando bati a cabeça na rocha, aparentemente eu não havia fraturado nenhuma parte do corpo, mas devido à altura da queda e a batida na cabeça, seria recomendável uma ressonância magnética. Todos comentavam minha sorte, pois caí no único pequeno espaço sem pedras do local e coberto com lodo e grama. Antes de sair os auxiliares de instrução me pediram um favor: tirar uma foto minha com uma vela acesa do lado. Só deixei tirarem a foto.



Figura 22 - Pesquisador no fundo do precipício
(Fonte: SIEsp/BOPE)

A operação de transporte foi mais dolorosa que a queda. O veículo de transporte que me conduziu não era fabricado para trafegar em terreno pedregoso. O resultado foi o sofrimento causado pela dor por todo corpo, que intensificava a cada sacudida do veículo, durante o trajeto do Abrigo até a Garganta de Registro, quando tomamos o asfalto. Chegamos ao Hospital de Resende por volta de 1h da madrugada, três horas e meia após sairmos do Abrigo. No local os médicos já estavam nos esperando, pois o “23”, um *caveira* de meu turno que trabalhava no batalhão responsável pelo policiamento da cidade, já havia sido avisado do acidente e tomou as providências no hospital para meu atendimento.

Fiz uma ressonância magnética que não constatou nenhuma fratura ou outro problema. Fiquei internado na enfermaria de observação, juntamente com outros pacientes. Durante a madrugada fria, houve uma peregrinação ao meu leito. Segundo a médica chefe do serviço, todos queriam ver o “cara do BOPE que sobreviveu à queda do Pico das Agulhas Negras e não tinha quebrado nenhum osso”, imaginei que assim é que nascem os mitos. A madrugada

fria da enfermaria e as dores pelo corpo não impediram de tentar escrever algumas linhas em meu caderno de campo, enquanto pensava se Malinowski, Pritchard ou Da Matta teriam passado por isto; mas acabei desistindo logo em razão das fortes dores pelo corpo. Na manhã seguinte, o Hospital parou para me ver saindo “andando” e entrando na viatura do BOPE. Demorei alguns dias para me recuperar totalmente da queda, só voltando para o campo na Semana “6”, a Semana de Tiro.

Simplificar, Padronizar e Automatizar

Bendito seja o Senhor, rocha minha, que adestra minhas mãos para a batalha e meus dedos para a guerra.

(Salmo 144, tatuado nas costas de um auxiliar de instrução do COEsp. Figura 23)

Esta fase do programa de treinamento foi realizada no estande de tiro do Batalhão de Operações Especiais. A área, localizada no cume do Morro de Nova Cintra, é um espaço com 100m de extensão e 15m de largura, ladeado por barrancos de três metros de altura. O estande é ligado ao Batalhão por uma estrada com cerca de 1 km, em aclive acentuado. Ao chegar ao BOPE pude presenciar a saída dos alunos para a instrução que, seguindo o princípio do sacrifício, transportavam todo o material a ser utilizado na instrução: armas, munição e alvos. No estande, os alunos tomaram assento nos bancos escavados na encosta de um barranco, que dava vista para a maior extensão do local, uma espécie de sala de aula improvisada. O instrutor iniciou a atividade com o *briefing* da matéria:

“A instrução de tiro é o coroamento da fase do treinamento operacional [...]. Até agora os senhores foram preparados fisicamente e psicologicamente para suportar o trabalho intenso, contínuo e repetitivo, e como uma equipe, o BOPE é uma equipe [...]. A instrução de tiro tem o objetivo de fazer os senhores incorporarem [literalmente] a arma [...] ela vai passar a fazer parte do corpo de cada um como um novo membro. [...] o tiro disparado deverá ser a projeção da vontade [...] da decisão de cada um até atingir o alvo, que é o objetivo. [...] os senhores irão reaprender a manusear, empunhar, transportar e atirar com todas as armas [...] irão aprender a se deslocar, a ocupar o espaço estritamente necessário ao corpo de cada um no terreno, e agir em conjunto [em equipe]. [...] tudo o que for ensinado foi baseado em situações reais de combate. Repetirão, repetirão e repetirão [sic] até a exaustão. CAVEIRA!”

A instrução começou colocando os alunos em duas fileiras, no centro da área aberta do estande, uma de frente para a outra. Esta formação, segundo o instrutor, teria a finalidade de criar um “espelho” para cada um, de forma que ao se corrigir um aluno, sua “imagem”

buscaria se corrigir também. Esta interação serviria, principalmente, para auxiliar os “oponentes” na promoção da leitura corporal um do outro, determinado a reação mediante o sinal de agressão com arma de fogo. A primeira parte da instrução foi apresentação da metodologia de tomada da posição básica de Tiro Tático. O instrutor demonstrou a posição em seus detalhes, simplificando-a nos dois fundamentos do Tiro Tático do BOPE: Equilíbrio e Mobilidade²²⁰.

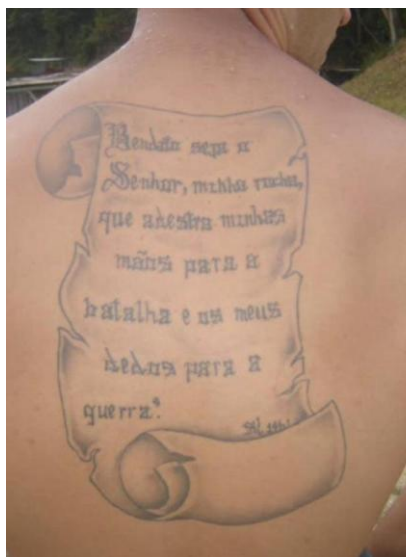


Figura 23 - Salmo 144, tatuado nas costas do auxiliar de instrução

Após a explicação, passou-se à busca da padronização da tomada da posição seguindo-se uma seqüência pedagógica, na qual foi determinado aos alunos que riscassem no chão, uma linha paralela ao eixo dos ombros de cada um e com a medida de sua largura. Determinou-se, em seguida, que os alunos colocassem a extremidade do calcanhar do pé de apoio²²¹ e a ponta do pé do lado da mão dominante²²² sobre a linha, mantendo os pés separados na mesma medida da largura entre os ombros, no caso, a largura da linha riscada no chão.

Após os alunos tomarem a base da posição de tiro, foi determinado que flexionassem os joelhos e projetassem o corpo para frente, de forma que possibilitasse um melhor equilíbrio do corpo com a possibilidade de saída da inércia postural com rapidez. Verificada a correção do movimento de cada aluno, dentro do “padrão” determinado, iniciou-se a fase de automatização, fazendo com que os alunos repetissem o exercício incontáveis vezes até que

²²⁰ Fundamentos que devem se integrar um ao outro, para a execução do tiro. Equilíbrio para executar o disparo sem oscilação e mobilidade para poder mudar, rapidamente, de posição ou se locomover.

²²¹ Pé do lado oposto ao da mão que empunha e dispara a arma de fogo.

²²² Mão que empunha e dispara a arma de fogo.

apresentassem uma performance ótima. As repetições eram realizadas de forma estática²²³, e posteriormente dinâmica²²⁴. O exercício era conduzido a comando do instrutor²²⁵, em uma primeira fase, e por conta do próprio aluno²²⁶, em fase seguinte.

“O conceito é que o homem de operações especiais possa desenvolver sua capacidade de tomar suas próprias decisões e não fique na dependência de ordem, [...] é o cenário que irá determinar o que fazer: para onde se deslocar; quando abrigar; quando não atirar; e quando atirar.” (Instrutor de tiro do COEsp).

Na medida em que os alunos assimilavam a técnica apresentada, eram introduzidos outros elementos, ao longo do processo, em um nível crescente de dificuldade. A tomada e transição de posições, com movimentos de pernas, tronco, braços, e cabeça, eram avaliados e corrigidos como “forma de padronização do movimento ideal, desenvolvido pela prática de anos de combate do BOPE”, segundo o instrutor. A arma de fogo foi introduzida, somente, quando os alunos foram considerados aptos no movimento da tomada das diferentes posições para as diversas condições de tiro.



Figura 24 - Instrução de Tiro

As armas de fogo foram empregadas de acordo com um critério de progressão, partindo das armas de mais fácil manejo para as mais complexas, começando das armas de porte²²⁷

²²³ Com o aluno parado no mesmo lugar.

²²⁴ Com o aluno em movimento.

²²⁵ Que comandava mediante estímulos sonoros (silvos de apitos e comandos verbais) e por gestos (movimentos visíveis de ameaça).

²²⁶ Que buscava estímulos externos para reagirem. Geralmente movimentos bruscos de saque de arma do aluno correspondente na linha de “espelho”.

²²⁷ Pistolas.

para as portáteis²²⁸. Técnicas de tomada de posição de tiro com engajamento, mudança de lado e de posição, estática e em movimento, obedeceram à metodologia da simplificação, padronização e automatização²²⁹. Os exercícios eram realizados em conjunto e a comando do instrutor, com as duas fileiras de alunos executando uma espécie de coreografia ensaiada pela repetição até a exaustão, onde qualquer erro era evidenciado como um desvio do padrão estabelecido, e devidamente sancionado, acrescentando mais tempo de prática ao planejamento.

Os alunos foram submetidos a três dias de treinamento, sem dar nenhum tiro sequer. Quando se chegou à fase de uso de munição real, no quarto dia, o resultado “superou as expectativas”, segundo o instrutor de tiro. Mais que obter a proficiência em tiro, a instrução buscava a performance ideal, que era entendida pelo instrutor de tiro como a “resultante entre a correta decisão de atirar diante do cenário apresentado, a precisão no disparo, e o emprego da técnica adequada para uma situação específica”. O produto final, acertar com precisão o alvo, não seria suficiente. A habilidade no manuseio do armamento, a posição tomada para o disparo, a seleção correta do alvo e a decisão final de atirar ou não, constituiriam os fundamentos do modo peculiar de agir, que passaria a caracterizar o grupo.

A metodologia empregada na instrução se assemelhava ao processo de organização militar analisada por Foucault (2002, p. 134) que consistia (1) na divisão e duração da tarefa, em segmentos sucessivos ou paralelos, dos quais cada um dos componentes deveria chegar a um termo específico; (2) na organização das seqüências, segundo um esquema analítico de separação das partes, tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente; (3) na finalização dos segmentos temporais fixando-lhes um termo marcado por uma prova que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatuído, de garantir que sua aprendizagem esteja em conformidade com a dos outros, e de diferenciar as capacidades de cada indivíduo; e de (4) estabelecer séries de séries, como forma de incorporação da técnica necessária à realização da tarefa.

“Quando alguns *caveiras* fizeram um curso de especialização [de tiro policial] nos Estados Unidos [em 1997] passamos a difundir a técnica que eles aprenderam para nossos homens. [...] passamos a empregar um modo diferente de empunhar o fuzil, [...] quando fomos para o terreno, o deslocamento nos becos das favelas nos fez adaptar o modo de posicionar os braços para ocuparmos menos espaço, [...] a

²²⁸ Submetralhadora, espingardas calibre 12 e fuzis de assalto.

²²⁹ As técnicas e métodos observados foram desenvolvidos em 1996 e consolidados no ano de 2000 em um trabalho monográfico que relizei durante uma pós-graduação em treinamento físico na Universidade Gama Filho.

mudança foi necessária e para melhor, tornamos isto [a mudança de posição dos braços] nossa técnica.” (Instrutor de Tiro do BOPE).

Algumas pesquisas realizadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro apontam o distanciamento, ou até antagonismo, entre o *saber teórico* e o *saber prático* (MUNIZ, 1999, pp.153-180; PONCIONI, 2003, pp. 190-25; e CARUSO, 2004, pp. 95-134). Este fato é uma representação da sociedade sobre a relação de direção de dominação, como esclarece Guedes (1997, p. 201), expressa pelo “saber/poder” (FOCAULT, 1977 apud GUEDES, op. cit.); desta forma, valorizar a *prática* seria uma forma de constituir uma nova direção na relação e de fonte de poder, o de “fazer/poder”. O “saber” como forma de dominação de uma classe hierarquicamente superior - detentora dos meios de produção na sociedade e o círculo de oficiais no universo militar - seria contestada pelos detentores do “fazer” - trabalhador/operário e praças no universo militar - em uma tentativa de inversão desta relação, transformando-os de objeto desse saber/poder em sujeitos de outro, o de fazer.

Muniz (1999, p.169-170) além de constatar a dissonância entre estes dois campos de saber, observa a ênfase excessiva do “modelo de instrução” adotado nos processos de socialização do conhecimento da PMERJ sobre “o que não se pode fazer”, deixando a cargo das habilidades individuais do PM da ponta sobre o “que fazer”, o “porque fazer”, o “como fazer”, o “quando fazer” e o “onde fazer” em um cenário de intervenção no qual a “volatilidade, a emergência e até a aleatoriedade conformam as situações a serem enfrentadas”.

Observei, no entanto, que a construção do saber no COEsp é o resultado da prática do BOPE ao longo de sua história, embora ele constitua uma unidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Conforme os relatos, as técnicas utilizadas foram desenvolvidas com base nos fatos ocorridos com policiais do batalhão, em ocorrências policiais, que passaram a constituir o arcabouço teórico que fundamenta o modo de agir dos seus integrantes. Desta forma, constata-se uma teoria relacionada diretamente com a prática e desenvolvida com base no estudo de casos e hipóteses. Não posso deixar de observar que a relação de trabalho nas operações especiais aproxima a oficialidade das praças, e que integra o “saber teórico” e o “fazer prático” como resultado da produção dialética entre eles. Tal perspectiva deveria constituir novo campo de estudo, pois o resultado produzido pelo BOPE é referência em sua atividade e aponta para uma direção na qual a conciliação entre estes dois campos podem se complementar. A comprovação do resultado das técnicas do batalhão pode

ser verificada no emprego do batalhão nos treinamentos dos policiais convencionais, quando ocorre alguma crise no campo da segurança pública.

A casa como referência

“Casa representa a família, e para nós é algo para ser muito valorizado, algo que nos dê motivo para voltarmos vivo do trabalho na rua, termos para onde ir e curarmos nossas feridas.” (Comandante do BOPE).

Nesta fase do curso já se pôde verificar uma transformação significativa no comportamento e na linguagem verbal e corporal dos alunos. O corpo mais ereto, o cenho da face mais contraído e olhos mais perscrutadores eram facilmente identificados, quando se referenciava os alunos com os neófitos do período de separação, na Semana Um. As respostas corporais e lingüísticas aos estímulos externos estavam mais próximas, comparativamente, aos reflexos condicionados. A linguagem dos alunos havia incorporado os códigos peculiares do BOPE, de difícil compreensão aos estranhos. A equipe de instrução continuava tratando o turno com rigor e hostilidade, contudo, este procedimento parecia não mais fazer o efeito das fases anteriores. Segundo o coordenador do COEsp “nesta fase, os alunos já se adaptaram às adversidades, pouca coisa os incomoda”. Contudo, o que mais parece afligir os alunos é o “não voltar para a casa”.

A representação de “voltar para a casa” era rotineiramente introduzida nos discursos da equipe de instrução, e facilmente percebida após a quinta semana de curso. Como uma ordem não transmitida, a equipe de instrução passou a provocar os alunos, em várias oportunidades, durante a instrução informal, fazendo referências ao conforto e segurança da “área verde” do lar, e do “estar” com a família após cumprir a missão, em um dia de trabalho árduo. Ao ouvir os oficiais e praças do BOPE verifiquei que este fato é recorrente na maioria dos discursos dos integrantes da unidade e do curso que, no caso, eram de policiais casados e com filhos. Segundo os relatos, “Voltar para casa” parecia fazer parte da simbologia do BOPE, possuindo um significado específico:

“Quando saio de serviço só penso em voltar para casa para ver a família.” (Sargento do BOPE, 18 anos de serviço).

“Se tenho de ir para segurança depois do serviço [no BOPE], fico agoniado até chegar em casa no dia seguinte.” (Cabo do BOPE, 15 anos de serviço).

“O que mais sinto falta agora é minha casa, ver minha família.” (Sargento, aluno do COEsp, 16 anos de serviço).

“Prefiro ter atividade o tempo todo, pra [sic] não ficar pensando em casa.” (Soldado, aluno do COEsp, 5 anos de serviço).

A REINTEGRAÇÃO

Os neófitos voltam à sociedade secular com as faculdades mais alertas, talvez, e conhecimento incrementado sobre como são as coisas, mas são, uma vez mais, obrigados a se sujeitarem à lei e ao costume. (TURNER, 2005, p. 152).

Retornei ao campo na Semana 14, no final do mês de setembro, na fase de operações. Nesta fase os alunos recebiam missões da coordenação do curso, em que deveriam planejar todas as atividades necessárias para sua realização. Em uma das missões, o coordenador do curso entrou na sala de aula onde os alunos estavam reunidos, apresentou o objetivo da operação, os nomes das pessoas que deveriam ser identificadas e presas, o local da ação, os meios disponíveis e os prazos para a saída para o cumprimento da missão.

Após a saída do coordenador, o xerife determinou as funções que cada um iria exercer na operação, nomeando os chefes de equipe e dividindo as tarefas. Passaram a estudar as cartas topográficas e fotografias aéreas do local, os relatórios de inteligência, sobre os criminosos que deveriam ser identificados e presos, e o plano do material, viaturas e armamento necessário. Antes que tivesse acabado o tempo previsto para o planejamento a equipe de instrução invadiu a sala determinando que os alunos saíssem, imediatamente, para a operação, e que acabassem o planejamento a caminho da missão.

Segundo o coordenador curso, o planejamento e execução da missão sob pressão é uma constante do BOPE, os alunos “devem aprender a planejar e executar a missão nesta condição [...] não ser rápido para decidir com qualidade é não cumprir a missão, é não sobreviver ou não salvar pessoas inocentes [...] é atirar quando não deveria [...]”. Os alunos ocuparam suas posições nas viaturas e saíram para a operação real em uma das favelas do Rio de Janeiro. “Neste curso o aluno aprende e pratica [...] o ‘saber’ do BOPE está diretamente vinculado à prática da rua” segundo o instrutor de Operações em Área de Risco.

A última instrução do curso, na Semana 17, termina com a formatura dos concludentes. O Comandante do BOPE define o rigor do processo: “34 alunos começaram o curso, 12 terminaram. Aos que concluíram: Força e Honra! Vá e Vençam! Que por vencidos não os conheçam”. Na concorrida formatura, autoridades, familiares e convidados enchiam a área da cerimônia do quartel do BOPE. *Caveiras* de várias gerações compareceram e se posicionavam

em local específico. Era a oportunidade de “confirmar” a nova geração que acabava de chegar: “Estar presente na formatura de um turno, é renovar os votos com a missão das operações especiais.” (Oficial da PMERJ, *caveira*); “Temos de prestigiar os irmãos mais novos que chegaram.” (Sargento, *caveira*); “É a certeza da continuidade da “mística” dos *caveiras*.” (Cabo, *caveira*).

Foram cantados o Hino Nacional e a canção do BOPE. A ordem do dia do comandante enalteceu os aspectos essenciais do curso, como saber trabalhar em equipe, suportar a pressão do trabalho de operações especiais, superar dificuldades e limites, planejar sobre pressão e liderar. A transformação corporal dos alunos era percebida sem muito esforço: o olhar atento, o semblante fechado, a posição firme e as atitudes enérgicas, pareciam servir de modelo para o arquétipo do militar observado por Foucault. A pessoa que ali estava em forma, em nada se assemelhava ao neófito que iniciava o ritual de passagem 17 semanas antes. O profissional que ali estava passava a ser reconhecido como um *caveira*, sancionado e legitimado pelo rito de passagem, o Curso de Operações Especiais.

“Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 117).

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem passou pela vida em branca nuvem,
E em plácido repouso adormeceu;
Quem não sentiu o frio da desgraça,
Quem passou pela vida e não sofreu,
Foi espectro de homem - não foi homem,
Só passou pela vida - não viveu.
(Francisco Octaviano, *Ilusões da Vida*)

Para minhas considerações finais retorno à reflexão original sobre as questões que me levaram ao estudo deste rito de passagem: (a) O Curso de Operações Especiais é uma estrutura capaz de produzir “novas” pessoas? (b) Qual o verdadeiro papel do Curso de Operações Especiais na socialização destes homens? (c) Quais os motivos que levam estes policiais militares, a ingressarem em um programa de treinamento tão rígido? (d) O que faz estes homens diferentes dos demais?

O BOPE COMO RESULTANTE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO *ETHOS GUERREIRO*

O processo de construção da polícia militar, em nosso país, foi originado na necessidade de se criar mecanismos de controle das massas populares para a proteção de uma classe social dominadora. O modelo militar da polícia ostensiva, instituição responsável pelo patrulhamento das ruas e pela manutenção da ordem pública, parece ter sido escolhido como estratégia de “controlar os controladores”. O modelo se imporia pelo império da hierarquia e disciplina, haja vista que as bases operacionais desta instituição eram constituídas de pessoas da mesma origem dos “controlados”. Neste modelo militar, o *ethos guerreiro* toma forma e gera uma visão de mundo peculiar, nos “modelados”, pela socialização de um saber e de uma prática construída na interação entre os atores do cenário social: cidadãos, policiais e marginais da lei. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é a resultante deste processo.

Não se pode negligenciar a necessidade de uma polícia preventiva que esteja mais próxima do cidadão, mediando os conflitos e prevenindo o cometimento de atos de maior

potencial ofensivo, tipificados como crime. O dilema gerado pelo “o que é” e “o que deveria ser”, aponta para uma questão que deve ser aprofundada por meio da pesquisa científica, pois perpassa pela socialização, formal e informal, de conhecimentos específicos e pela incorporação de *idéias-valor* que deveriam resultar em um *ethos* diferenciado do que vemos em nossa polícia ostensiva de modelo militarista. Desta forma, fica a questão: O modelo *militarista/penalista* é antagônico ou complementar ao modelo *prevencionista*? O modelo *militarista* atual, com suas idiosincrasias, estaria pronto para se transformar e passar a atuar sob a égide *prevencionista*? Deveria ser criada mais uma força policial para atuar na perspectiva *prevencionista*, ou as que já existem poderiam se “adaptar” a esta demanda da sociedade?



Figura 25 - Tatuagem de um integrante do BOPE

Contudo, não há como desconsiderar o discurso oficial que aponta o cenário social atual como fruto dos desacertos históricos das políticas públicas de segurança, mais do que os acertos. As formas de enfrentamento dos grupos criminosos exigem um aparato próximo ao modelo das guerras convencionais em áreas urbanas, como as vistas pelo mundo afora. Existindo um *ethos guerreiro* na Polícia Militar, onde o “combate” ocupa o topo da hierarquia de valores da organização, o BOPE seria a estrutura, modelo e espaço onde o arquétipo do policial, que encarnaria este *ethos*, seria socialmente construído. Essa construção, resultante de um processo transformador, acabaria por referenciar o próprio BOPE: o Curso de Operações Especiais.

O PROCESSO TRANSFORMADOR: O “RITO DE PASSAGEM”

Ao analisar o Curso de Operações Especiais na perspectiva antropológica do “rito de passagem”, pude constatar sua relação com a estrutura ritual descrita por Gennep e Turner. A diferença, no entanto, se localiza na organização burocrática do curso, que no caso é dividido

em quatro etapas - (1) fase administrativa, (2) fase de preparação básica, (3) fase de preparo operacional, e (4) fase de operações – enquanto na explicação de Genep é dividido em três – (1) *separação*, (2) *limem ou margem*, e (3) *reintegração*.

Embora o curso, como um todo, possa ser considerado como um processo único de liminaridade, não há como desconsiderar a relação entre as fases do COEsp e dos ritos de transição, em razão das peculiaridades evidenciadas ao longo da etnografia. Na fase de *separação* o sistema de valores dos iniciados foi desconstruído, por meio de métodos que envolviam formas de pressão física e psicológica, sendo posteriormente reconstruído por meio de métodos de socialização de conhecimentos, formais e informais, estabelecendo uma nova forma de pensar, sentir e agir, que privilegiaram o sentido de *communitas*²³⁰, a tolerância ao sofrimento e privações, e o “fazer” como adágio.

Na fase de *limem* a socialização se caracterizou pelos métodos de simplificação, padronização e automatização, como meio de obtenção de uma *performance* ótima. Além de atingir os resultados determinados, os métodos objetivavam estabelecer um padrão comportamental “corporificado”, ou seja, a incorporação de formas institucionalizadas de comportamento, calcada na experiência dos instrutores em confronto com a dos próprios alunos, no desempenho de seus papéis sociais (BERGER & LUCKMANN, 1987, p. 103).

A fase de *reintegração* privilegiou a capacidade de tomada de decisão, planejamento e trabalho em equipe, sob condições adversas simuladas e reais, sendo caracterizada pela “pressão” contínua sobre o tempo de resposta, a qualidade da decisão e o resultado obtido, ou seja, a “missão cumprida”. Entretanto, de forma diversa da preconizada por Genep, onde o sujeito *liminar* deveria ser preparado para retornar ao grupo do qual foi separado, a estrutura do COEsp, nesta fase, desconsidera tal questão. Para esta afirmação, tomo como base os relatos dos alunos de várias gerações, que após concluírem o curso apresentaram dificuldade de se readaptarem ao ambiente doméstico, à rotina das unidades convencionais para qual voltaram e à rotina do próprio BOPE.

O curso, então, prepararia os alunos para suportar uma “crise permanente”, como a rotina do processo de passagem, a despeito da normalidade cíclica do dia a dia doméstico que deverão reencontrar. A readaptação daqueles que permanecem no BOPE pareceu ser mais rápida, talvez por estarem mais próximos para o que foram preparados ao longo de semanas.

²³⁰ Essencialmente, a *communitas* consiste em uma relação entre indivíduos concretos, históricos, idiossincráticos. Estes indivíduos não estão segmentados em funções e posições sociais [...]. (TURNER, 1974, p. 161).

Contudo, no ambiente familiar o processo é mais demorado: “fiquei umas três semanas dormindo no chão do quarto [...] acordava de madrugada e não conseguia dormir, ficava em alerta constante imaginando situações de conflito e formulando estratégias para superá-las” (Oficial, *caveira*). Relatos como este foram recorrentes, nas entrevistas com os concludentes do COEsp, variando o tempo de readaptação. Embora seja uma prática do BOPE a não aplicação dos novos *caveiras* no serviço operacional, por um período de uma semana, chamado de “desaceleração”, a readaptação à vida extra-curso fica por conta de cada um.

Com base na perspectiva de Turner (1974, p. 154), infiro o COEsp como uma “anti-estrutura”²³¹ induzida a partir da estrutura, o BOPE. Todo o período liminar, que gera o sentimento de *communitas* entre os neófitos, é caracterizado pelo desenvolvimento de valores, crenças e ideais coletivos durante o “sofrer e fazer juntos”, e poderia ser entendido como uma “situação de conflito planejada” indutora de *dramas sociais*. Estes *dramas* resultariam em casos de cisão total, pelas desistências de alunos durante o processo, e no fortalecimento da *estrutura*, com a conclusão do curso pelos alunos que “superaram os desafios” e passariam fazer parte do batalhão. Contudo, considero que o próprio ato de desistir, por parte de alunos, não deixa de fortalecer a *estrutura*, o BOPE, e a própria anti-*estrutura*, o COEsp, pois esta circunstância revigora o mito de severidade e dificuldade do processo, que seria replicado pelos remanescentes por meio do *ethos* construído ao longo do rito de passagem. Esta seria, então, a relação dialética evidenciada por Turner, onde a *estrutura* induz a anti-*estrutura* que, em troca, a revitaliza.

A socialização como estratégia de construção do novo *ethos* e visão de mundo

Mais do que socializar conhecimentos necessários às atividades acadêmicas do processo de aprendizagem, o COEsp promove uma reestruturação de valores, estabelecendo um novo *ethos* e visão de mundo naqueles que o concluem. Neste sentido, Berger e Luckmann (1985) argumentam que os processos de socialização *primária* e *secundária*²³² organizam as experiências dos novatos deixando marcas profundas em suas trajetórias, resultando em transformações parciais da realidade subjetiva ou de setores particulares dela. As realidades relacionadas com a mobilidade social do indivíduo e o treinamento profissional comporiam a “socialização secundária”.

²³¹ Momentos extraordinários definidos pelos “dramas sociais” como a *communitas*.

²³² Os autores esclarecem que o processo de “socialização primária” está relacionado com o que o indivíduo experimenta na infância e em decorrência do qual se torna membro da sociedade, enquanto a “socialização secundária” é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 175).

Poncioni (2003) ressalta que a “socialização secundária” contém, pelo menos, duas etapas: a socialização formal e a informal. A socialização formal se refere aos processos institucionalizados, que assumem diferentes formatos e durações conforme sua organização, e constitui a primeira etapa deste processo. Já a socialização informal, ocorre quando o novato é colocado na sua posição organizacional designada e deve aprender informalmente as práticas reais de seu local de trabalho (VAN MAANEN²³³, 1989 apud PONCIONI, 2003, p. 98).

Ao analisar as condições e estratégias do processo de aprendizagem no COEsp, pude distinguir os dois métodos descritos. A “socialização formal” se materializou com a execução do prescrito no planejamento da coordenação do curso, sendo consumado pelo cumprimento das prescrições e do objetivo determinado. A “socialização informal” ocorreu nos interstícios do processo de aprendizagem de forma não planejada, estando intrinsecamente relacionada às idiossincrasias da equipe de instrução sobre “o como” e para “o quê” os alunos deveriam ser preparados.

Observei que o alinhamento estratégico da socialização formal e informal, durante o curso, possui a capacidade de construir, reforçar e consolidar o *ethos* e a visão de mundo do grupo dos alunos do curso. O resultado deste processo é a “re-socialização” de cada sujeito com a mudança radical da realidade subjetiva. O sistema de significados teria sido reconstruído, determinando-se um novo marco da biografia de cada um, na forma de “antes e depois”. Tal fenômeno, denominado por Berger de *alternação*²³⁴, foi relatado por Da Silva (2002, p. 37) e Poncioni (2003, p. 99-100), porém, considero a forma descrita nesta etnografia como um aprofundamento no processo de *alternação* identificado pelos autores, como uma forma de conversão dos já convertidos.

Os motivos para submissão

Na busca dos motivos que levam policiais a se submeterem ao rigoroso processo descrito, identifiquei alguns dados obtidos nas entrevistas realizadas nas diferentes fases do curso, que poderiam me levar a algumas conclusões. Separei as declarações recorrentes em três grupos: (1) aqueles que buscavam o COEsp como uma forma de “se testar” de “se colocar à prova”; (2) aqueles que buscavam o curso como forma de ingresso no BOPE²³⁵, principalmente oficiais, em razão das expectativas que possuíam em servir na unidade e sair

²³³ VAN MAANEN, John. *On the Making of Policemen*. In: KLOCKARS, C.B. *Thinking about Police: contemporary readings*. 2nd ed., New York: McGraw-Hill Publishing Company, 1983, p. 388-400.

²³⁴ Conversão no sentido secular (BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 63).

²³⁵ Os oficiais, formados pela Academia de Polícia Militar, para ingressarem no BOPE devem possuir o COEsp.

do batalhão convencional; e (3) alguns que declararam buscar ser e fazer o melhor na função policial.



Figura 26 - Tatuagem de uma *caveira* do BOPE

Considerei a perspectiva do grupo (1) como uma busca de reafirmação da virilidade e os valores que a ela se atribui; uma expressão da “característica cultural predominante na auto-imagem dos organismos policiais” (MUNIZ, 2002, p. 242). A perspectiva do grupo (2) pelo entendimento do BOPE como uma espécie de refúgio, onde o sofrimento do processo de passagem e o risco das operações especiais seriam compensadas pelo fato de pertencer à unidade, e passar a ser referência profissional na perspectiva do *ethos* guerreiro. Infiro que tal comportamento se escudava, talvez, no mito de incorruptibilidade da unidade e no nível de excelência reconhecido no meio policial. A perspectiva do grupo (3) estaria vinculada ao risco da profissão, encarando a passagem pelo curso e o ingresso no BOPE como um desafio; diferente de “se testar” ou provar algo para si ou para outros, estes entrevistados viam o curso como o começo de uma atividade que os colocaria, constantemente, em situação de risco: “já que eu escolhi ser policial, que eu esteja preparado para o pior, e não existe lugar melhor que o BOPE para isso” (Aluno do COEsp 06/I). Neste último grupo se concentravam os policiais que já pertenciam ao efetivo do BOPE e não possuíam o curso.

Dos doze alunos concludentes do COEsp, um era remanescente do grupo entrevistado (1), três do grupo (2), e oito do grupo (3). Depois de seis meses do término do curso fui procurá-los no BOPE, onde entrevistei quatro dos concludentes. Perguntando a cada um, sobre a satisfação de suas necessidades com a conclusão do COEsp, a resposta girou em torno do fato de “estar” no BOPE e “pertencer à equipe” valeu cada dia no curso. Sobre a questão de “se testar” e de “se colocar à prova” a resposta foi que, após o curso, passaram a considerá-lo como uma espécie de “teste para a vida”; e sobre se reafirmar como “sujeito homem” no

sentido do gênero masculino, a resposta de um traduziu o que os demais relataram: “Porra [sic]! É muito sofrimento só para provar que é macho [...] não valeria a pena”. Outro concludente aduziu: “[...] o COEsp está além do físico”. Esta última declaração me levou a considerar a perspectiva da sacralização deste processo secular, pois desta forma a conquista do status transcenderia condição física, estaria no nível do metafísico.

O SAGRADO E O SECULAR

Sobre o processo de passagem do COEsp não resta dúvida de sua função secular. Contudo, algumas cerimônias do curso são notadamente caracterizadas por nuances e performances religiosas que sacralizam espaços e símbolos seculares. Durkheim²³⁶ explica que a técnica religiosa, ao contrário de exercer uma espécie de imposição física sobre “forças cegas” e “imaginárias”, seria uma forma de atingir consciências, tonificando-as e disciplinando-as. As orações, os cânticos militares e a submissão voluntária ao *sofrimento*, como forma de ordálio para a conversão, seriam elementos que fortaleceriam o processo de *sacralização*, objetivada na promessa do alcance metafísico - a “glória” - pelos conversos em sua função secular no cumprimento da missão: “a vitória sobre morte”.

A crença materializada no comportamento aguerrido dos integrantes do BOPE, nos momentos mais críticos das operações policiais, pode ser o motivo pelo qual grupos criminosos passaram a chamá-los de “bruxos”²³⁷, da mesma forma que nos anos 80 os internos do Presídio Candido Mendes, da Ilha Grande, os designaram de *caveiras*. O COEsp seria, no sentido religioso, uma experiência de “iluminação” onde os conversos passariam a “ver as coisas com novos olhos”, como o *satori* do Zen Budismo.

Berger (1978, p. 73) explica que “conquanto a definição [do termo *satori*] se aplique à perfeição com relação a conversões religiosas e metamorfoses místicas, as modernas fés seculares proporcionam experiência muito semelhante aos seus prosélitos”. Assim, ser um *caveira* significava passar a ver, sentir e agir de uma forma diferenciada, o que acabaria por apartar duas condições: o dos *caveiras* e dos *convencionais*; como o sagrado e o profano ou o puro e o impuro. Considero o fenômeno da sacralização como uma tendência que evoluiu ao longo do processo histórico do BOPE, e seria resultante do trabalho de alto risco em razão da condição de ter de conviver com a perspectiva da “morte”, como possibilidade ou

²³⁶ DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989, p. 497.

²³⁷ CÁSSIA, Cristiane de & GOULART, Gustavo. (2008, 16 de abril) PM mata 9 em 7 horas de tiroteio no Alemão. *Jornal O Globo*, Rio, p. 26.

consequência. Tal fenômeno deveria ser estudado com maior profundidade na perspectiva da Antropologia da Religião, por não ser objeto da pesquisa, neste momento.

A REPRESENTAÇÃO DO “NOVO EU”

Ao considerar o Curso de Operações Especiais como produtor de “fatos sociais” na perspectiva de Durkeim, um aspecto importante a ser observado neste processo de passagem é sua força na desconstrução da individualidade e no desenvolvimento de uma forma de “consciência coletiva” ou um “eu coletivo”. Observei que este fenômeno teve início durante a fase de *separação* com a destituição da estrutura hierárquica militar²³⁸ e do despojamento do status dos neófitos, criando uma situação de “igualdade” entre eles (*communitas*). Esta consciência de “coletividade” seria fortalecida pela submissão, incondicional, de todos os integrantes aos métodos de *docilização*, que cria uma condição de “fazer”, de “estar” e de “sofrer juntos”. A *socialização* de conhecimentos, pelos métodos peculiares empregados, parece contribuir de uma forma fundamental, para o desenvolvimento de um modo de agir, de sentir ou de pensar “coletivo”, necessário à realização de uma tarefa ou cumprimento de uma missão pelo grupo, e não pelo indivíduo.

Este “eu coletivo” se manifesta em um *esprit de corps* que considero constituir uma “representação coletiva” do grupo “que se estende não apenas no espaço, mas no tempo também; [e que para] para constituí-las espíritos diversos associaram-se, misturaram e combinaram suas idéias e sentimentos [...]” (DURKHEIM, 1989, p. 20). Cada integrante deste “time” passou a ser referenciado, *intra corpore*, pela sua capacidade de reter e reproduzir o conhecimento socializado, obtendo uma *performance* esperada, pelo próprio grupo, no desempenho de funções; na superação dos limites e desafios, impostos como meta para a equipe; na capacidade de resistir e suportar as adversidades, junto com os demais; e, principalmente, na cooperação uns com os outros.

A “cooperação” como representação surgiu, se transformou e se consolidou no processo de passagem. Surgiu como forma da “solidariedade mecânica”²³⁹, a partir do período de *separação*, quando as pessoas constituíam um “ajuntamento”, uma horda, que tinham de

²³⁸Infiro que esta condição possua um grande impacto no sistema de valores dos policiais militares que se submetem ao COEsp, em razão do que a hierarquia representa para *ethos* militar. Tal situação poderia passar despercebida para as pessoas que desconhecem a importância da hierarquia na organização militar.

²³⁹ “[...] ‘liga o indivíduo diretamente à sociedade se nenhum intermediário’ [...] é o chamado tipo coletivo [...] não encontramos as características que diferenciam tão nitidamente as uns dos outros [...]”. QUINTANERO, Tânia. *Émile Durkheim*. In QUINTANERO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira & DE OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.79.

sobreviver às adversidades a que foram submetidos. Durante o período de *margem*, a “solidariedade mecânica” começou a se transformar quando o conhecimento socializado deixou de ter um sentido genérico, como na fase anterior, tornando-se mais específico. Esta especificidade, iniciada a partir de um processo de qualificação técnica dos neófitos, teria o objetivo de prepará-los para exercerem funções particulares dentro de uma “equipe de trabalho”, quando deixarão de ser uma “horda”. Nesta circunstância, como em um processo de “divisão do trabalho” (QUINTANERO, 2002, p. 80), as relações de interdependência, entre as funções e dos próprios membros, são ampliadas e fortalecidas. O sentido de cooperação passa, então, de uma condição *mecânica* para *orgânica* (ibidem, p 81), que acabou por se consolidar na fase de *reintegração*, quando o grupo coloca o conhecimento construído em prática, nas operações policiais reais, passando a trabalhar como uma equipe.

Considero que a “cooperação” se transformou em uma condição vital para a integração e conseqüente sobrevivência do grupo, na fase de *separação*. A divisão do trabalho ocorreu inicialmente pela necessidade de reduzir o “sofrimento coletivo”, pela distribuição das tarefas pelos seus integrantes e, posteriormente, por uma questão de organização funcional da equipe, para minimizar o esforço, e maximizar a segurança e o rendimento nas diversas atividades: a Técnica “3M”. A identificação com a função e sua habilitação para seu exercício seria legitimado pela *performance* obtida nos exercícios práticos e operações reais. Ao retornarem para suas atividades operacionais no BOPE, os convertidos socializariam esta forma de *cooperação* para os demais integrantes da unidade, acabando por se consolidar em uma das expressões do *ethos* do batalhão.

A FORÇA DO SÍMBOLO REFERENCIAL

Observei a força do símbolo referencial do BOPE, ao analisar o poder de condensação do brasão da unidade (Figura 5). No nível exegético de interpretação dos seus significados, pelos *caveiras*, encontrei a força deste símbolo como referência do “eu coletivo”:

“Quando *saímos* [do BOPE] para a missão e *nos* deparamos com a *caveira* [brasão da unidade que fica na saída do batalhão] meu sentimento é que ela representa nossa força [...] *nossa* unidade está na relação de um para todos, *somos* uma equipe [...]. *Nosso* sentimento é que juntos *somos* capazes de cumprir qualquer missão no pior dos confrontos, [...] quando todos [os convencionais] recuam *somos nós* que avançamos [...] *nós* abrimos o caminho, [...] *nós* lideramos [...] *fomos* preparados para isso e a gente busca sempre fazer o melhor [grifo meu].” (Sargento do BOPE, *caveira*).

O sentimento de *fratria* que liga os *caveiras* entre si, inicialmente durante o COEsp e posteriormente na rotina do batalhão, parece se materializar no brasão do BOPE, que se

estabelece como uma forma de *totem* do grupo. O distintivo da unidade, representando o “símbolo referencial”²⁴⁰, consolidaria a idéia de grupo em torno da unificação dos pólos ideológicos e sensoriais (TURNER, 2005, p. 58-61) do símbolo, onde a “morte” representada pelo crânio, seria ao mesmo tempo “vencida” (Figura 29). Este símbolo, como referência, e adotado não só dos convertidos, como também de todos os integrantes do batalhão, promovendo uma forma peculiar do grupo se representar socialmente.

Verifiquei, nas entrevistas, que o pronome “nós” é empregado a todo o momento para representar o próprio BOPE, a equipe de serviço diário da unidade ou a turma de conclusão do curso de operações especiais ou ações táticas, como se o indivíduo passasse à condição de um “eu coletivo”. Infiro que este comportamento esteja diretamente relacionado ao sentimento de comunidade desenvolvido durante o “rito de passagem” que acaba por estruturar a forma de se ver e de se representar coletivamente. Tal comportamento é substantivado na atitude dos iniciados no COEsp e objetivado no discurso de dois oficiais e dois sargento do BOPE:

“Somos diferentes em razão de não *sermos* acomodados ou recalcitrantes, [...] *decidimos* sempre fazer, em cumprir a missão [...] não há desculpas para não realizar o trabalho, sempre *buscamos* realizar a tarefa [os grifos são meus].”

“Somos uma ferramenta de precisão em segurança pública [...] *estamos* no último nível de emprego da força [...] *fomos* preparados para atuar quando todos os meios convencionais não são mais apropriados ou fracassaram [...] o problema é que nos últimos dez anos *nos* empregam para qualquer coisa [...] *nos* tornamos um ‘antibiótico genérico’, esqueceram que existe um momento certo de *sermos* empregados [os grifos são meus].”

“Somos identificados pela nossa atitude, pela forma de realizarmos *nosso* trabalho, pelo *nosso* desempenho [...] *nossa* prontidão, *nossa forma* de progredir, de se posicionar, de olhar, de se comunicar, de se comportar no pior dos confrontos, *nossa* determinação em cumprir a missão e *nossa* forma de trabalhar em equipe, tudo isso é o que *nos* caracteriza, *nos* diferencia e *nos* mantém vivos [os grifos são meus].”

“Somos a *clava forte* [grifo meu] que se ergue da justiça quando o pacto [social] é quebrado [...] não fugimos da luta e não tememos a morte [analogia ao trecho do Hino Nacional Brasileiro] para cumprir nossa missão.”

A força do processo de transformação pode ser constatada na incorporação do distintivo do COEsp no uniforme dos *caveiras*. Este “símbolo de status” passou a diferenciar os concludentes dos demais não cursados, franqueando a participação de seus portadores nos espaços sociais antes interditos. A incorporação do distintivo do COEsp chegou ao extremo literal; vários *caverias* passaram a tatuar o distintivo e os adágios pelo corpo. A despeito do

²⁴⁰ Cf. TURNER, 2005, pp. 60 e 61.

suposto risco para sua segurança no “mundo civil”, pela possibilidade de ser identificado como um policial do BOPE, a resposta surge em tom de desafio: “Quem quiser que tente a sorte!”.

CAVEIRAS E CONVENCIONAIS

O *ethos* a visão de mundo dos integrantes do BOPE acaba por apartar dois mundos: o dos “operações especiais” e dos “convencionais”. Mais que uma separação simbólica, a estrutura dos *caveiras* parece se fortalecer nos “convencionais”, quando empregam designações de diferenciação qualitativa, que por vezes se manifestam como depreciativas, para referenciar aqueles que nunca tentaram ser um *caveira*, que desistiram ao longo do processo de passagem ou não se comportam como tal. Em contrapartida, os “convencionais” não poupam os *caveiras* utilizando termos para adjetivá-los como: “malucos”, “comedores de cobra” e homens que gostam de “apanhar na cara”²⁴¹. Este processo de desqualificação da distinção promovida pelos *caveiras*, podem ser observadas nas declarações dos candidatos ao curso sobre a reação dos comandantes e colegas (ver p. 30-40).

Embora este suposto antagonismo possa nos levar a entender que há uma disputa tácita, e por vezes explícita, entre as duas categorias identificadas, na verdade há indícios de uma “convivência tolerada”. Tal fato possa ser explicado, talvez, pela existência de um “inimigo” comum. Não há notícias de qualquer posicionamento institucional contrário, por parte da PMERJ, em relação às manifestações depreciativas dirigidas aos “convencionais” pelos *caveiras*, durante os treinamentos do BOPE. Contudo, mesmo reconhecendo este fato, os oficiais do BOPE não se sentem considerados nas promoções por merecimento da corporação e na aplicação de investimento em recursos para os programas de treinamento realizado pela unidade. Esta circunstância ocorreria a despeito do resultado e repercussão positiva das ações do BOPE, do nível de exposição ao risco de seus integrantes, e de seu engajamento nos treinamentos dos policiais militares de outras unidades. Tal fato é materializado no discurso de oficiais do batalhão:

“O BOPE é reconhecido pelas pessoas e pela mídia como uma polícia diferente da PM, basta ler as notícias que distinguem o BOPE da PM e da Polícia Civil. [!] na prática o que fazemos de diferente é que somos rigorosos na seleção, treinamos duro e controlamos melhor os resultados de nossos integrantes [...] só não sei por que não nos copiam.” (Oficial do BOPE).

“Somos chamados para os momentos mais críticos, para realizarmos operações em áreas de risco ou para treinarmos os policiais que não tem treinamento [!] mesmo

²⁴¹ Referência aos exercícios de defesa pessoal e acometimentos durante o período de *separação*.

sem recursos fazemos o melhor [...] nas piores crises nos chamam para resolver o problema [!] mas nas promoções, se não for por antiguidade [critério de tempo de serviço], somos esquecidos [...] é raro um oficial do BOPE ser promovido por merecimento. [...] sabem que não vamos deixar de cumprir a missão [!] afinal, somos assim [...] na verdade é assim desde a fundação, tudo é feito com sacrifício” (Oficial do BOPE).

A distinção dos “demais” ultrapassou as fronteiras da *instituição total* conquistando adeptos de todas as origens como pode ser verificado pelo extenso número de comunidades na internet que reúnem cerca de 360.000 pessoas²⁴². Orkut²⁴³, reportagens, filmes, clipes, jogos eletrônicos, e manifestações de apreço e desprezo relacionados ao BOPE podem ser encontrados em diversos sites de pesquisa. O filme “Tropa de Elite”²⁴⁴ potencializou o fenômeno tornando público o que era, antes, interdito: o rito de passagem dos *caveiras*, seus símbolos, seu comportamento e linguagem. As representações identificadas nas comunidades na internet deveriam ser estudadas com mais profundidade em razão das manifestações espontâneas dos internautas quando se referem ao BOPE e sua missão.

VÁ E VENÇA!



Figura 27 – Portal de Saída do BOPE - Vá e Vença!

Identificada as representações simbólicas durante o COEsp, não é difícil observá-las na rotina do BOPE. As formas de perceber, pensar e agir, desenvolvidas no processo de socialização, são reproduzidas pelos integrantes do batalhão, manifestando-se como seu *ethos*. Mesmos os que não tenham passado pelo “rito de passagem”, caso dos integrantes dos concludentes do Curso de Ações Táticas e dos cursos realizados nas Forças Armadas, os

²⁴² Pesquisa realizada na internet pelo site de busca www.google.com.br, em 31 de maio de 2008.

²⁴³ Comunidades virtuais da internet.

²⁴⁴ Dirigido por José Padilha.

demais acabam por assimilar os costumes dos *caveiras* pela socialização permanente, no “estar juntos” onde os convertidos se tornam a referência.

Das representações identificadas, a que mais caracteriza o *ethos caveira* é o comportamento diante uma tarefa a ser realizada. Esta atitude se traduz em um “deixa que eu faço!” ou “deixa que nós fazemos!” diante de uma missão que é apresentada. Tal comportamento, induzido pelos métodos pedagógicos durante o COEsp, é observado em qualquer situação considerada crítica, a despeito do risco e do limite da capacidade orgânica dos indivíduos. A mensagem para os que assumem a responsabilidade de “cumprir a missão” é clara, sendo expressa pelo axioma, enviado em forma de mensagem: “Vá e Vença!”²⁴⁵.



Figura 28 - Galeria da Honra do BOPE

Ser um *caveira*, ter o nome na “Galeria de Honra”²⁴⁶ do BOPE (Figura 28) e ser portador do distintivo do COEsp, é mais que um símbolo de status, sendo encarado pelos convertidos como um sinal de responsabilidade e compromisso com a “marca”. Segundo alguns interlocutores há uma expectativa criada sobre seus portadores, como se fosse um selo de qualidade na prestação de serviço, que os acompanha em qualquer condição, dentro ou fora do BOPE:

“Saí do BOPE depois de quatro anos de serviço [...] tinha que dar uma parada [sic], [...] vivia intensamente o batalhão. [...] quando cheguei no batalhão convencional [sic] todas as missões difíceis me mandavam comandar [...], fazer o quê [sic]? Caveira não reclama, cumpre missão e sabe que vai ser assim por onde passar [...] parece mais um carma. (Capitão, *caveira*, servindo em unidade convencional).”

²⁴⁵ Aforismo pintado no portal de saída do Quartel do BOPE (figura 28) e que acompanha a tomada de atitude dos que assumem a responsabilidade de realizar a tarefa, de “cumprir a missão”.

²⁴⁶ Parede no hall principal do quartel do BOPE onde estão as placas com todos os concludentes dos cursos realizados no batalhão.

“Cheguei no convencional [batalhão] e me botaram logo [sic] para comandar um PATAMO [viatura de patrulhamento tático motorizado com efetivo de cinco policiais militares], o comandante da companhia sempre me cobrava: ‘E aí *caveira* cadê a produção?’ [...] todos os outros Patamos queriam competir comigo [...] o resultado vinha naturalmente, daí só me colocavam para *braba* [sic], só para operação em favela ruim [de alto risco] o problema que eu não tinha uma equipe do BOPE comigo.” (Sargento, *caveira*, que havia trabalhado em batalhão convencional e retornou ao BOPE).

“A Linha Vermelha estava fechada em razão de um confronto entre grupos marginais das comunidades locais [...] várias unidades da polícia militar e civil já estavam no local [...] elas não conseguiam reabrir a via [Linha Vermelha] [...] os traficantes, das favelas, atiravam nos policiais todas as vezes que tentavam fazer algo [...]. O Secretario de Segurança Pública ‘determinou’ que o BOPE seguisse para o local e reabrisse a Linha Vermelha [...] chegamos, caímos pra dentro [sic] e cumprimos a missão [...]. Fiquei pensando nas diferenças entre nós [*caveiras*] e os demais policiais [*convencionais*].” (Major, *caveira*, Subcomandante do BOPE).

O senso comum, no BOPE e na PMERJ, indicava que o Curso de Operações Especiais era o responsável pela produção de novas pessoas. Contudo, durante a pesquisa empírica, identifiquei indícios de que os concludentes do processo de passagem possuem uma característica particular, que se traduz em uma vontade extrema, objetivada na “determinação” em seguir a adiante até se atingir o objetivo final. Tal característica pôde ser constatada na submissão voluntária ao rigoroso processo de *conversão*. Embora não faltem críticas, dentro e fora da PMERJ, aos métodos de socialização do COEsp, os conversos depositam no treinamento o sucesso da unidade, que tem de estar pronta para o pior dos confrontos.



Figura 29 - A Glória prometida.

Percebendo o BOPE como a *ultima ratio* nas operações policiais em segurança pública, os “iniciados” se representam pelo *ethos* de um “eu coletivo”, onde que a glória prometida

será alcançada pela visão de mundo que se manifesta na crença inabalável da força do grupo e no emprego do conhecimento socializado – a conduta e as técnicas em operações especiais - nas atividades de alto risco. Este sentimento pode ser percebido nas palavras de dois comandantes da unidade de operações especiais em suas “Ordens do Dia”²⁴⁷ em dois momentos significativos da história da unidade. O sentimento de equipe e a crença em sua força parece ser o maior produto do processo de transformação, que passa a representar esta estrutura, o BOPE.

Acredito que os fatos estudados e registrados nesta etnografia, possam ter colocado em movimento a teoria antropológica que tomei como base para sua realização. O Curso de Operações Especiais parece representar a totalidade de uma estrutura que acaba por promover ou induzir a construção social de outra, que é o próprio Batalhão de Operações Policiais Especiais. Os fenômenos observados são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, estéticos, religiosos e morfológicos: são “fatos sociais totais”. Desta forma, espero que muito ainda se possa refletir e produzir sobre eles, pois como dizem os *caveiras*: “Enquanto houver uma missão impossível de ser cumprida, sempre haverá uma *equipe* de operações especiais”.

²⁴⁷ Ordem do Dia: documento no qual os comandantes de unidade se expressam, por conta de uma ocasião especial. Ver Anexo II e III.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASÍLIO, Marcio Pereira, *O Desafio da Formação Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou realidade possível?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. 2007.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Ed. da USP, 2001.
- BELL, Catherine. “Performance” and other analogies. In Henry Bial (ed.) *The performance studies reader*, New York, Routledge, 2004.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BITTNER, Egon. *Aspects of police work*. Boston, MA: Northeastern University Press, 1990.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas. Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.
- _____. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARUSO, Haydée Gloria Cruz. *Das Práticas e dos Seus Saberes: A construção do “fazer” policial entre as praças da PMERJ*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia. 2004.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História de Nossos Gestos*. EDUSP: 1987.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- DA MATTA, Roberto. “Você sabe com quem está falando?” *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- _____. *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo; Editora Brasiliense, 1985.
- DA SILVA, Jorge. *Violência e Racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1998.
- _____. *Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2ª ed., 1999.
- _____. *Segurança Pública e Polícia: criminologia crítica e aplicada*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- DE SÁ, Leonardo Damasceno. *Os Filhos do Estado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- DOS SANTOS, Carlos Nelson F. (Coord.). *Quando a Rua Vira Casa: a Apropriação de Espaços Urbanos de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. 3ª ed. rev. e atualizada. Projeto: São Paulo, 1985.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. [col. Perspectivas do Homem, n.º 39. Trad. por Sónia Pereira da Silva, Purity and Danger] Lisboa: Edições 70 [1966].
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- _____. *Da divisão do trabalho social*, seleção de textos José Arthur Giannotti; 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, [1893] 1983, p. 03-70. (Os Pensadores).
- FILHO, Wilson de Araújo. *Ordem Pública ou Ordem Unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis dissonâncias*. In Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Niterói: EDUFF, 2003. p 11 a 164.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIRARDET, Raul. *A Sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias* (Trad. José Lívio Dantas). Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 2ª reimp. da 7ª Ed de 2001. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- _____. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUEDES, Simone Lahud. *Jogo de Corpo*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HUGHES, Everett. *Man and Their Work*. Greenwood Press Print, 1981.
- KANT DE LIMA, Roberto. *Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão*. In Revista Brasileira de Ciências Criminais nº. 41. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, jan-mar 2003. p. 241-256
- _____. *Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas*. In: ZAVERUCHA, Jorge (org). Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219.
- _____. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro, Seus Dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
- MACHADO, Catia Conceição Faria. *Revolucionários, Bandidos e Marginais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, como forma de obtenção parcial do grau de Mestre em História, 2005.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MARTINELLI, G., Bandeira, J. & Bragança, J.O. *Campos de altitude*. Rio de Janeiro: Editora Index. 1989.
- MISSE, Michel. *A constituição e reprodução das redes de mercado informal ilegal de drogas a varejo no mercado informal do Rio de Janeiro e seus efeitos de violência*. www.necvu.ufrj.br/arquivos/0%20movimento.pdf.
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MUNIZ, Jacqueline. *“Ser Policial é, Sobretudo, uma Razão de Ser”*: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política – IUPERJ. 1999.
- NUMMER, Fernanda Valli. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. Niterói: EDUFF, 2005.

- PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. *“Canções de Guerra”*: Um Signo Bélico na Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada por exigência do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. NuFEP/Universidade Federal Fluminense, 2002.
- PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha! Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, 2002.
- PIMENTA, Carlos. *Ilha Grande. Sucursal do Inferno*. Belo Horizonte: Almeida Artes Gráfica Editora, 1998.
- PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia, 2003.
- QUINTANERO, Tânia, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira & DE OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- RIBERIO, Otávio. *Barra Pesada*. Coleção Edição do Pasquim Vol. 12. Rio de Janeiro: CODECRI, 1977.
- SCHECHNER, Richard. *Performance studies: an introduction*. New York, Routledge, 2002.
- SILVA, Agnaldo José. *Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. 2002.
- SILVA, Rubens Alves da. *Entre “artes” e “ciências”*: a noção de performance e drama no campo das Ciências Sociais. Horizontes antropológicos (PPGAS-UFRS), Porto Alegre, ano II, n. 24, jul-dez 2005.
- SIRIMARCO, Mariana. *“El disciplinamiento de los cuerpos”*. Tese de Licenciatura do
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. *Floresta de símbolos*. Aspectos do ritual Ndembu. Niterói, EdUFF, 2005.
- _____. *From ritual to theatre – the human seriousness of play*. New York, PAJ Publications, 1982.

VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem: Estudos sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Vozes, 1978.

VAN MAANEN, John. *On the Making of Policemen. In: KLOCKARS, C.B. Thinking about Police: contemporary readings.* 2nd ed., New York: McGraw-Hill Publishing Company, 1983.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista dos Candidatos ao COEsp 2006/1

Posto/Graduação:

Idade:

Tempo de Serviço:

Unidade de Serviço:

- 1- O que o levou a se inscrever no COEsp?
- 2- Quais suas expectativas sobre o COEsp?
- 3- Você acredita que o curso poderá mudar algo em você?
- 4- Possui algum amigo no grupo de candidatos ou na equipe de instrução?
- 5- Você sabe o que é um caveira?
- 6- Você acredita que ser um “caveira” o tornará um policial melhor?
- 7- (Se a Reposta anterior for Sim) Explique como?
- 8- Na sua visão como um policial convencional vê um caveira?
- 9- Como você percebe um caveira?
- 10- Você sabe o que o espera no curso?
- 11- Como seus colegas e superiores hierárquicos no batalhão encararam sua inscrição no curso?
- 12- Como sua família encarou sua decisão de fazer o curso?
- 13- Sabendo que o desligamento é uma ameaça constante durante o curso, como você lida com isso?
- 14- Do que você já ouviu falar do curso, o que mais causa preocupação?
- 15- Onde você espera servir após o término do curso?

ANEXO I

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS
BOPE

SEÇÃO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
(SIEsp)

XVI CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
(COEsp 06/T)

MANUAL DO ALUNO

CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - COEsp

MANUAL DO ALUNO

1. FINALIDADE:

O presente manual visa orientar os alunos do Curso de Operações Especiais, no sentido de melhor conquistar os objetivos que aqui vieram buscar. Nele estão contidas as informações necessárias ao aluno, para que, desde logo, conheça as normas que orientam as atividades do COEsp, tanto pedagógicas e administrativas, como disciplinares.

2. RESPONSABILIDADES:

a. Disciplinares:

Os alunos passam a estarem subordinados ao Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), que é também o Diretor do Curso.

b. Administração:

Os problemas administrativos dos alunos serão solucionados pelo Coordenador do Curso, junto ao Comandante do BOPE. Não é permitida a ligação direta do Aluno com a Administração da Seção de Instrução Especializada (SIEsp). As solicitações, sugestões e críticas, devem ser feitas através do Coordenador do Curso.

c. Instrução:

Os problemas relacionados à instrução serão solucionados pelo Coordenador do Curso. Não é permitida a ligação do aluno com qualquer componente da Equipe de Instrução.

d. Uniforme:

Os uniformes para a utilização na instrução de sala ou nos exercícios, durante o Curso, serão os previstos no Q.T.S.

3. FICHA DE INFORMAÇÕES:

Após a sua apresentação no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), será distribuída para cada aluno 01 (uma) “Ficha de Informações”. As informações nela solicitadas, uma vez respondidas pelo Aluno, constituirão os dados necessários ao trabalho administrativo da Seção de Instrução Especializada junto ao Curso.

Além da Ficha de Informações, o candidato ao Curso deverá entregar (02) duas fotografias, uniformizado de frente e descoberto, na Administração da SIEsp.

4. NORMAS PARA OS ALUNOS DO CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

a) Orientação Geral:

- 1) O COEsp é Coordenado por 01 (um) Oficial PM designado pelo Diretor do Curso, que seja possuidor do Curso de Operações Especiais;
- 2) O aluno mais antigo do Curso será o Xerife (inicialmente);
- 3) Ao Xerife compete:
 - a) Ligar-se diretamente ao Coordenador para o trato de assuntos de interesse do Curso, respeitadas as prescrições regulamentares;
 - b) Fazer com que o Curso compareça pontualmente às atividades programadas nos locais adequados e com o uniforme determinado;
 - c) Diariamente no Cerimonial, deverá entregar ao Auxiliar de Instrução, as alterações
 - d) Ao término de cada atividade ou exercício, deverá entregar ao instrutor as faltas existentes, discriminando o período de ausência e o motivo; e
 - e) O Xerife do Curso terá como auxiliar o aluno mais moderno do Curso sendo substituído, no seu impedimento pelo que lhe seguir em antigüidade.
- 4) Cada aluno ao iniciar o curso, receberá 01 (um) número, pelo qual será chamado e conhecido até o seu desligamento ou o termino do mesmo.

b) Frequência e Pontualidade:

Será obedecido o que prescreve o Capítulo VII do RPCEE, publicado em 17 Mar 87.

c) Perda de Pontos:

- 1) O número de pontos que o aluno perder, durante o período do Curso não pode exceder a um total de: 29 (vinte e nove) pontos;
- 2) As atividades previstas na complementação do ensino, e nas jornadas pedagógicas especiais do Curso, serão enquadradas no parágrafo 5º do Artigo 23, do RPCEE.

d) Deveres e Direitos do Aluno:

1) São deveres do aluno:

- a) Obedecer rigorosamente às prescrições de segurança e as recomendações de ordem técnica e disciplinar relativa às instruções e exercícios práticos;
- b) Utilizar o Armamento, Equipamento e Material de Instrução de acordo com os padrões estabelecidos;
- c) Cuidar, corretamente do seu Uniforme, Armamento e Equipamento;
- d) Cuidar da sua Apresentação Pessoal;
- e) Seguir todas as determinações emanadas dos Instrutores, tendo sempre em mente que elas são, efetivamente, condutas de combate;
- f) Quando inquirido, responder em voz alta de modo a ser ouvido por todos;
- g) Ao solicitar um esclarecimento, durante uma instrução, o aluno deverá levantar o braço direito, baixando-o ao ser atendido;
- h) Observar rigorosa proibidade na execução de quaisquer provas ou exercícios, considerando os recursos ilícitos como incompatíveis com a dignidade pessoal e militar do indivíduo;

- i) Lembrar que o curso funciona num quartel onde devem ser cumpridos todos os regulamentos e normas vigentes nos estabelecimentos da Polícia Militar;
- j) É vedada, aos alunos, a entrada na Sala do Coordenador, bem como, na Sala da Administração da Seção de Instrução Especializada (SIEsp);
- k) Os alunos, quando não estiverem em instrução, deverão comparecer a todas as formaturas, inclusive à revista do recolher;
- l) O alojamento do COEsp, quando estiver vazio, deve permanecer fechado, com as luzes apagadas, cortinas cerradas; e
- m) A apresentação individual dos alunos, especialmente em aulas externas, deverá ser impecável.

2) **São direitos do aluno:**

- a) Solicitar ao instrutor todo e qualquer esclarecimento que julgar necessário à boa compreensão do assunto que lhe é ministrado;
- b) Fumar durante as Instruções, somente quando autorizado pelo instrutor; e
- c) Receber atendimento médico ou de enfermagem, quando necessário.

e) **Prescrições Gerais:**

1) **Segurança:**

- a) As armas usadas no dia a dia, durante as instruções ou quaisquer outras situações, não serão apontadas na direção de ninguém, mesmo quando estiver utilizando munição de festim;
- b) O tiro de festim só deve ser feito à distância mínima de 05 (cinco) metros; os simulacros de granadas ofensivas e petardos de TNT não serão lançados sobre o pessoal a menos de 20 (vinte) metros de distância; e
- c) Não é permitido, em hipótese alguma e sob qualquer pretexto, o contato físico (luta corporal) com figurativo inimigo.

2) **Diversos:**

- a) Não é permitido aos alunos se valerem, para quaisquer fins, de elementos da tropa do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Equipes de Serviço e de montagem, figurativo, rancho, etc, sem o prévio conhecimento do Instrutor, que no momento estiver conduzindo a instrução;
- b) Quando qualquer Autoridade visitar o Curso, o primeiro a avistá-lo comandará “**Curso Atenção**”, e anunciará o posto e função do visitante, após o que, se for o caso, o mais antigo presente, Instrutor ou Aluno, dará os comandos que a Autoridade presente tem direito e fará a apresentação individual e a do Curso; e
- c) Os alunos deverão “**INDENIZAR**” ao Quartel todo o material extraviado ou danificado pela Turma. Se o referido material for de utilização coletiva, haverá um rateio entre os alunos a fim de cobrir os prejuízos.

f) **Atitude e Conduta do Aluno:**

- 1) Com Dedicção, Interesse e Motivação o aluno terá adquirido ao término do respectivo Curso, as condições básicas que lhe permitirá conduzir, com segurança, o cumprimento de uma missão de Operações Especiais, uma fração de tropa que lhe for confiada. O seu maior ou menor sucesso dependerá, porém, exclusivamente, do aprimoramento que o Aluno der aos seus conhecimentos, adquiridos no curso, através da Perseverança e do Adestramento contínuo do dia a dia da sua Unidade; e
- 2) O Aluno deve ter sempre em mente que estará sendo testado psicologicamente, não sendo, assim, admissível reações em desacordo com o comportamento exigido.

5. O ALUNO E A ADMINISTRAÇÃO:

a) Alojamento:

- 1) A cada aluno será atribuído 01 (um) armário, uma cama e um escaninho os quais receberão a mesma numeração do aluno;
- 2) A troca de uniforme deve ser feita no respectivo alojamento;
- 3) A segurança dos objetos guardados nos armários, caberá aos próprios alunos;
- 4) Cada aluno deve providenciar um cadeado para o seu respectivo armário;
- 5) Uma das cópias de cada chave do armário deve ficar no claviculário existente no próprio alojamento. A outra cópia da chave deve ser entregue na Seção de Instrução Especializada (SIEsp), onde será guardada no claviculário da seção;
- 6) Nenhum material deverá ser deixado fora dos lugares previstos, as camas devem permanecer arrumadas, o alojamento em ordem, os banheiros asseados e limpos. A desobediência a qualquer destes itens implicará em falta disciplinar ao aluno responsável, ou ao Curso como um todo, quando o responsável não for apontado. A incidência de faltas dessa natureza poderá acarretar no desligamento do Curso, do aluno responsável ou perda de pontos para todos os componentes.

b) Armamento Particular:

Os alunos deverão acautelar os seus armamentos particulares e registrados na Reserva Única de Material Bélico (RUMB), mediante a autorização do Coordenador do Curso.

c) Rancho:

Todos os alunos matriculados no COEsp estarão automaticamente arranchados e realizarão as refeições em locais pré-determinado pela coordenação.

d) Área Verde

Denomina-se como “Área Verde” o local determinado, pela coordenação, para alojamento ou espera de instrução dos alunos.

e) Estacionamento de Automóveis:

O estacionamento de automóveis particulares dos alunos, deverá ser feito na área para isto reservada, desde que devidamente cadastrado na Seção de Assuntos Internos (SAI) da Unidade.

f) Transporte

Os alunos não terão direito ao uso das conduções colocadas à disposição do restante da Unidade. Deverá utilizar-se de seus próprios meios para sair ou entrar nesta OM.

g) Telefonemas:

- 1- Os Alunos somente serão chamados para atender telefonema, durante a instrução, em caso de extrema necessidade.
- 2- Não é permitido, em hipótese alguma, o uso de telefone para ligação interurbana, abrindo-se exceção para os casos de extrema necessidade, após uma rápida avaliação;
- 3- O Telefone da Seção de Instrução Especializada (SIEsp) é: XXXXXXXX; e
- 4- O Telefone da Sala de Operações do BOPE é: XXXXXXXX e XXXXXXXX.

h) Formatura:

- 1- As determinadas pelo Comandante do BOPE;
- 2- Os alunos quando no quartel, não estando em instrução, deverão comparecer a todas as formaturas, inclusive à Revista do Recolher; e
- 3- A Formatura do Cerimonial é a principal do Curso.

6. O ALUNO RESIDENTE:**a. Definição:**

O Aluno residente é o que, procedente de OM situadas em outros Municípios, Estados ou Alunos estrangeiros, por ocasião da sua apresentação no BOPE, tenham solicitado alojamento e alimentação.

b. Alojamento:

Os alunos residentes são responsáveis pela boa apresentação do alojamento, devendo manter suas camas arrumadas e seus objetos de uso pessoal guardados no armário.

Durante o expediente, as ligações deverão ser feitas através do Coordenador. Fora do expediente, as ligações deverão ser feitas com o Oficial de Serviço.

7. ROTINA DO COEsp:

- a. 06:30 às 06:50 horas Café da manhã;
- b. 07:00 às 07:30 horas Cerimonial;
- c. 07:30 às 08:40 horas T.F.Op.;
- d. 09:00 às 09:50 horas 1º Período de Aula;
- e. 10:00 às 11:50 horas 2º Período de Aula;
- f. 12:00 às 12:50 horas Almoço;
- g. 13:00 às 14:50 horas 3º Período de Aula;
- h. 15:00 às 17:50 horas 4º Período de Aula;
- i. 18:00 às 18:50 horas Jantar; e
- j. 19:00 às 20:00 horas 5º Período de Aula.
- k. 20:00 às 06:30 horas..... À disposição da coordenação

- T.F.Op – Treinamento Físico Operacional;
- Jornadas noturnas poderão ser incluídas durante a execução do Curso; e
- Possíveis acionamentos para o Turno poderão ocorrer nos finais de semana.

8. CONCLUSÃO:

Este manual procurou reunir as experiências de Cursos anteriores, por meio de sugestões e outras informações, para facilitar o processo de adaptação do aluno ao Curso.

Atente, porém, que por melhor que seja: a Organização, a Administração, os Instrutores, Monitores e Auxiliares de Instrução, um Curso vale por seus alunos em inteligência, cultura, esforço e idealismo.

Missão dada é missão cumprida!

Então: Vá e Vença!

Boa sorte!

ANEXO AO MANUAL ALUNO

MATERIAL DO ALUNO

Kit de primeiros socorros;
Kit de higiene pessoal;
Kit de limpeza;
Kit de instrução;
Kit operacional;
Kit costura;
Kit de uniformes complementares; e
01 (um) cadeado.

DESCRIÇÃO DOS KITS

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS:

- 01 (um) Rolo de esparadrapo;
- 01 (um) Frasco de álcool iodado ou povidone tópico;
- 01 (uma) Caixa de Band-Aid;
- 01 (uma) Tesoura pequena;
- 02 (dois) Rolos de gaze;
- Algodão;
- Pinça; e
- Tesoura pequena.

KIT DE HIGIENE:

- Pasta dentifrícia (creme dental);
- Escova de dentes;
- Aparelho de barbear;
- Sabonete de enxofre ou de coco;
- Toalha pequena (de preferência as de alta absorção);
- Papel higiênico;
- Hipoglós; e
- Vaselina em pasta e líquida.

KIT DE LIMPEZA DE ARMAMENTO

- Frasco de óleo fino (lubrificação);
- Panos de limpeza;
- Escovas de limpeza;
- Graxa preta e escova de sapatos; e
- Solvente para armas.

KIT DE INSTRUÇÃO

- Caderneta de anotações;
 - Borracha;
 - Caneta esferográfica e lápis e
 - Material para impermeabilização.
- Obs.: Sugere-se usar caneta de retroprojeter e bloco plastificado para anotações.

KIT OPERACIONAL

- Lanterna pequena resistente à água (com pilhas sobressalentes);
- Canivete multiuso (tipo suíço);
- Tiras de borracha - câmara de ar de motocicleta/carro (50 no mínimo);
- Corda de 08 mm – retinidas (2 X 3m.); e
- Vasilhas plásticas para acondicionar os kits (toddy ou *tupeware* com fita veda rosca);
- LIRP (leve, impermeável, resistente e prático) 02 unidades - corda de varal.

KIT DE COSTURA

- Agulhas de costura; botões (pretos); linhas: preta, verde e cinza.

KIT DE UNIFORMES COMPLEMENTARES

- 02 (dois) pares de coturno preto;
- 01 (um) uniforme preto padrão BOPE;
- 01 (um) coldre preto (padrão BOPE) e porta carregador preto;
- 01 (um) colete tático (padrão BOPE);
- 01 (um) gorro com pala preto (verso camuflado);
- 02 (duas) camisetas meia manga azul marinho;
- 02 (duas) camisetas meia manga preta; e
- 03 (três) pares de meias pretas (no mínimo);

OPCIONAL

- Vitamina C, Cebion glicosado, Reidrat, Frutas desidratadas, Almofadas de mel, Granola, Protein Bar, e alimentação complementar; e
- Qualquer outro material ou equipamento desde que autorizado pela Coordenação.

“TREINAMENTO DURO, COMBATE FÁCIL”

CANÇÃO DO BOPE

Lealdade, destemor, integridade, serão os primeiros lemas,
Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade,
A qualquer hora, a qualquer preço,
Idealismo como marca de vitória.

Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos,
Criminosos declarados, e em igualdade derrotamos os omissos.
Guerra sem trégua, heróis anônimos:
Operações Especiais!

E o Batalhão, coeso e unido,
Não recua ante as adversidades.
Com ousadia enfrentamos realidade,
Vitória sobre a morte é a nossa glória prometida.

Hurra!

OS ONZE MANDAMENTOS

- 1) AGRESSIVIDADE CONTROLADA;
- 2) CONTROLE EMOCIONAL;
- 3) DISCIPLINA CONSCIENTE;
- 4) ESPÍRITO DE CORPO;
- 5) FLEXIBILIDADE;
- 6) HONESTIDADE;
- 7) INICIATIVA;
- 8) LEALDADE;
- 9) LIDERANÇA;
- 10) PERSEVERANÇA; e
- 11) VERSATILIDADE.

OPERAÇÕES ESPECIAIS!

ORAÇÃO DO COMBATENTE DE MONTANHA

Senhor!
 Vós que sois onipotente
 Concedei-nos no fragor da luta
 A nós que vencemos nas pedras
 A nós que conhecemos o sabor dos ventos
 O destemor para combater
 A santa dignidade para perseverar
 A força e coragem para sempre avançar
 E a fé para tudo suportar
 E dai-nos, também, ó Senhor Deus
 Quando a guerra nos for adversa
 E quanto maior a incerteza
 A determinação de nunca recuar
 E ante o inimigo jamais fracassar
 MONTANHA!
 (1º Tem EB Humberto Batista Leal)

CANÇÃO DO COMBATENTE DE MONTANHA

Se a guerra escolher como palco
 As montanhas do nosso Brasil
 Levarei minha fé, minha força
 Junto a mim estará meu fuzil

A altitude do ar rarefeito
 Adaptado tornei-me assim
 Eu sinto que sou parte delas
 E que elas são parte de mim

O meu grito de guerra é MONTANHA
 MONTANHA responde o rochedo
 Vencerei o inimigo com garra
 Sou guerreiro que luta sem medo

Escalando as paredes de pedra
 Hei de ver a vitória chegar
 E do alto contemplo o horizonte
 A planície o planalto ou o mar

E lutar bem mais perto do céu
 Esta é minha nobre missão
 Minha alma se eleva ao topo
 A seguir os meus pés estarão

O meu grito de guerra é MONTANHA
 MONTANHA responde o rochedo
 Vencerei o inimigo com garra
 Sou guerreiro que luta sem medo
 MONTANHA!

(Maj EB Marcelo Álvaro de Souza)

ANEXO II

ORDEM DO DIA - 15 de Janeiro de 2007 - Passagem de Comando do BOPE

Meus comandados,

Revolvi ao longo das duas últimas semanas algumas pilhas de textos, artigos, letras de músicas, antigas Ordens do Dia expedidas por memoráveis Comandantes da nossa Corporação, buscando inspiração para este momento tão significativo de minha vida, quando me despeço, por definitivo, da tropa especial que comandi ao longo de um ano.

Não que me faltasse o que dizer. O BOPE, mais temido e aguerrido Gládio de Combate do país, conhecido até no exterior por sua inigualável capacidade de manobra sob fogo cerrado em ambientes urbanos de geografia desfavorável, é um manancial de conteúdos: para literatura, teses acadêmicas, matérias jornalísticas e surpreendentes abordagens místicas, como encontramos nas páginas da internet.

Assim sendo, não me faltariam exemplos para discorrer sobre seus, ou nossos, feitos, realizações no campo de lutas, dores e alegrias. Todavia, despedir-se do BOPE é amputar-se. É arrancar-se de um corpo no qual se articula, vive-se, e se reconhece como ele mesmo; é saber-se mutilado para sempre; ferida incurável que sangra sem esvaír, por sinalizadora do bem que vivemos em guerrilhas legítimas, e outros labores de nossa missão constitucional.

Despedir-se do BOPE é afastar-se dos melhores, mais companheiros e mais corajosos subordinados que encontramos ao longo de toda nossa vida; do seguro fogo de proteção do fuzil amigo na escadaria da morte, no beco do sufoco, no “cem metrinho” de difícil transposição, sem cobertura e sem abrigo.

Despedir-se do BOPE é perder o convívio dos mais destemidos gladiadores da modernidade, desses soldados que enfrentam diuturnamente a morte, lutando pelo que juraram proteger: a liberdade, a pátria e a vida do inocente.

Despedir-se do BOPE é não mais ouvir a oração das Forças Especiais, antes e depois dos combates. Não mais escutar o brado exaltador dos valores norteadores da conduta ética e moral dos Caveiras, impressa em suas almas com palavras sínteses, ditas em uníssono antes de partirem para qualquer missão: Força e honra. Vitória sobre a morte!

Não há, excelentíssimos senhoras e senhores convidados, soldados melhores do que estes perfilados a nossa frente; em nenhum lugar, em nenhum tempo.

Despeço-me dos meus companheiros de jornada nesta curta caminhada de um ano e digo-lhes que a honra e o privilégio por tê-los comandado, foram meus. Não houve missão que eu não tivesse ficado apreensivo, pensando em suas vidas, em suas famílias. Festejei cada regresso. Agradei a Deus cada retorno e chorei nossos mortos, vitimados não nos confrontos do Batalhão, sempre marcados por nosso sucesso, mas em decorrência da profissão policial que expõe cada integrante da Corporação a risco constante e inexorável.

Estou indo agora para uma trincheira-abrigo, mas jamais me esquecerei do quartel-irmão.

Afasto-me do BOPE, neste momento. Transmitindo o seu comando ao Caveira nº 41, Tenente Coronel Alberto Pinheiro Neto, faço-o sabendo que estarei entregando ao mais credenciado de todos os Oficiais de Operações Especiais da PMERJ, os destinos da melhor tropa, da mais experimentada, e com maior número de enfrentamentos em Ações de Comandos em todo mundo, ao tempo que lhe desejo um bom combate.

Agradeço ao quem me confiou tão honrosa missão, o Sr Coronel PM Hudson de Aguiar Miranda, ex-Comandante Geral da PMERJ.

Agradeço e exalto a figura do meu antecessor, Tenente Coronel Fernando Príncipe Martins, combatente de primeira grandeza, realizador de grandes conquistas e amigo leal, em quem busquei inspiração para conduzir os destinos da Unidade, com segurança.

Agradeço a toda a minha equipe, em todos os níveis, pela colaboração espontânea e sem limites, evidenciada nas horas de sacrifício.

Agradeço aos meus ex-comandantes no BOPE, Coronel Paulo César, Coronel Rangel, Coronel Humberto e Coronel Meinicke, de quem pude extrair diferentes ensinamentos para o exercício do Comando e Liderança.

Agradeço e me penitencio com Sr Coronel Camilo, ex-Comandante Intermediário das Unidades Operacionais Especiais, pela paciência que teve comigo, já que, treinados para ousar, não raro somos intempestivos e impacientes, e estou certo de que o fui.

Agradeço à minha família, inicialmente a minha mãe, pela preocupação constante e suas orações.

Agradeço aos meus filhos pela vibração que nunca esconderam, por enxergarem-se parte da família bopeana e, mesmo reprimindo-os quando os surpreendia cantando, às escondidas, os “proibições” de exaltação aos Caveiras, tive o cuidado de apresentar-lhes insumos mais condizentes com a envergadura e dimensão dos homens de preto.

Agradeço a minha linda e amada mulher Viviane pelo refrigério de sua presença, do seu verbo carinhoso, seu incentivo quando a responsabilidade indelegável da função apresentava-se em toneladas emocionais, empurrando-me ao desânimo, e, ela, com vigor e sensatez, lembrava-me da responsabilidade a exigir coerência, desprendimento e altivez.

Por fim, agradeço ao Pai, Todo-Poderoso, por haver permitido que fosse assim.

Força e Honra combatentes do BOPE!

Vitória sobre a Morte!

Mario Sérgio de Brito Duarte
Tenente Coronel PM – Caveira 37
Comandante Substituído

ANEXO III

ORDEM DO DIA – 19 de Janeiro de 2008 – Aniversário do BOPE

Para se falar da importância e do significado do BOPE, é preciso voltar 30 anos no tempo. No final dos anos 70, havia a necessidade de se especializar policiais militares para o cumprimento de missões num cenário crescente de violência urbana.

Era preciso contar com homens para ações de combate nas complicadas situações operacionais que estavam por vir. Para tanto, um grupo de oficiais e praças deslocou-se para unidades especiais das Forças Armadas brasileiras, com objetivo de realizar cursos de comandos e operações contra-guerrilha – os primeiros “caveiras” da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, adquiriram capacidade para o desenvolvimento de uma doutrina própria.

Não obstante os importantes conhecimentos adquiridos naquelas instituições, adaptados e aplicados no primeiro Curso de Operações Especiais em 1978, o então NuCOE rapidamente adquiriu identidade própria.

A determinação e a perseverança de policiais militares apaixonados pela sua profissão, nortearam o hercúleo trabalho de construção dos pilares do BOPE. Não apenas pilares físicos, mas também os de uma mística que se consolidou ao longo dos anos o cumprimento de missões num cenário de crescente violência urbana

A partir do privilegiado conhecimento acumulado nas chamadas operações policiais em área de alto risco e dispondo de milhares de horas operadas em área conflagrada, passadas já três décadas, esta unidade de excelência, tem solidificado sua tradição de ser um verdadeiro celeiro no fomento e estudos de idéias relacionadas às Operações Especiais de Polícia.

As organizações só envelhecem quando perdem a capacidade de sonhar, de projetar e de implementar seus projetos. Nesse aspecto, quero lhes afiançar que o BOPE continua sendo uma jovem unidade.

Para que se possa ter uma rápida noção do volume de trabalho desenvolvido pelo BOPE, somente no ano de 2007, foram mais de 2.200 horas de operação contra o crime, 100% em área de conflito, uma média de 06 horas operadas por dia, durante 365 dias do ano, num total de 52 marginais presos e 40 mortos em confronto; 78 armas apreendidas, dentre as quais 18 fuzis de assalto, 39 pistolas, 12 revólveres, 01 metralhadora e 05 granadas; além de apreensão de drogas e recuperação de automóveis roubados.

A Unidade de Intervenção Tática, subunidade do BOPE, especializada em resgate de reféns, foi empregada em 06 ocorrências de crise com tomada de reféns, resgatando com vida e sem ferimentos todas as pessoas que se encontravam sob o jugo de armas, de psicopatas e assaltantes. Nove cidadãos fluminenses tiveram suas vidas salvas **diretamente** pelas mãos de nossos policiais.

A Seção de Instrução Especializada ministrou treinamento para 1.657 policiais e militares de 12 instituições diferentes. O BOPE é na atualidade, a Unidade de Operações Especiais que mais dissemina conhecimento técnico e tático no Brasil. Doutrina desenvolvida pelo BOPE e considerada de excelência por unidades policiais e militares do Brasil e do exterior.

Gostaria de mencionar também o trabalho que vem sendo considerado por muitos um símbolo na luta contra o tráfico de drogas: a pacificação da comunidade Tavares Bastos. Uma parceria do BOPE com a comunidade, em conjunto com instituições, governamentais e não governamentais, que já dura oito anos e que mantém livre do tráfico de drogas, em paz e prosperidade, uma localidade com 6.500 habitantes.

Neste momento, gostaria de lembrar e agradecer a todos aqueles que tiveram sua passagem, **com glórias**, por esta unidade, ao longo destes trinta anos, em especial, os que perderam a vida no cumprimento do dever.

Na conjugação de todos estes fatores, contribuintes para a formação de “profissionais de elite”, reside algo intangível, mas que se pode “sentir no ar”, aqui no quartel do BOPE, em nossas bases de instrução ou durante as nossas operações: a mística do espírito do cumprimento da missão, independente das adversidades.

“Lealdade, destemor e integridade

São os primeiros lemas, desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade,

A qualquer hora, a qualquer preço

Idealismo como marca de vitória.....”

É assim há trinta anos!

Alberto **Pinheiro Neto**
Tenente Coronel PM – Caveira 41
Comandante do BOPE